



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Representações sobre o Prefeito Severino Cabral dentro de uma
Cultura Política Modernizante na Cidade de Campina Grande (1958-
1963)**

FABRICIO PEREIRA DOS SANTOS

Campina Grande

2014

FABRICIO PEREIRA DOS SANTOS

**Representações sobre o Prefeito Severino Cabral dentro de uma
Cultura Política Modernizante na Cidade de Campina Grande (1958-
1963)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Cidades, em Campina Grande, 2014.

Orientador: Prof, Dr. Gervácio Batista Aranha.

Campina Grande

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237e

Santos, Fabrício Pereira dos.

Representações sobre o prefeito Severino Cabral dentro de uma cultura política modernizante na cidade de Campina Grande / Fabrício Pereira dos Santos. – Campina Grande, 2014.

125 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha".

Referências.

1. História Cultural. 2. Política. 3. Imaginário. 4. Teatralização.
5. Representação. I. Aranha, Gervácio Batista. II. Título.

CDU 930.85(043)

FABRÍCIO PEREIRA DOS SANTOS

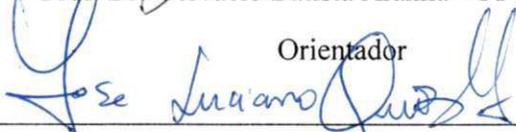
**Representações sobre o Prefeito Severino Cabral dentro de uma
Cultura Política Modernizante na Cidade de Campina Grande (1958-
1963)**

BANCA EXAMINADORA:



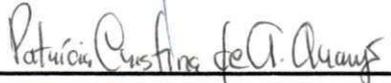
Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – PPGH/UFCG

Orientador



Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires- PPGH/UFCG

Examinador Interno



Profª. Drª. Patrícia Cristina Aragão Araújo- UEPB

Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de uma forma ou de outra me incentivaram na realização desta dissertação, que contribuíram com seu conhecimento e experiência, e que me ofereceram encorajamento e apoio nos momentos mais difíceis passados durante essa curta jornada de aprimoramento intelectual e aprendizado como ser humano que foi o Mestrado em História.

A todos os meus colegas de mestrado, por suas discussões sobre o conhecimento histórico, pela convivência e pelo respeito mútuo, ofereço minha gratidão.

Agradeço ao meu orientador, o professor Gervácio Batista Aranha, pelas sugestões durante a orientação, pelas muitas contribuições teóricas e metodológicas que foram inestimáveis para a realização desta dissertação.

À professora Patrícia Cristina de Aragão, pela aceitação do convite em participar da banca de examinadores, pelas sugestões e contribuições oferecidas durante o exame de qualificação, que se mostraram muito valiosas, meus sinceros agradecimentos.

Ao professor Luciano de Queiroz Aires, por suas sugestões sobre Nova História Política, que muito auxiliaram no direcionamento teórico e na delimitação dos temas abordados na dissertação.

Ao PPGH e a todos os professores do mestrado, que também contribuíram para este processo de aprendizado, e pela convivência.

Agradeço aos meus familiares, ao meu pai Evaldo, à minha mãe Maria de Fátima, aos meus irmãos Fabiano e Bruna, e em especial à minha esposa Laudeneide, que sempre esteve presente em todos os momentos.

A todos, meus sinceros agradecimentos. Que Deus abençoe a todos!

RESUMO

Este estudo procura analisar e compreender alguns fenômenos políticos e culturais presentes na história da cidade de Campina Grande no final da década de 1950 e início da década de 1960, período em que o prefeito Severino Cabral canalizou, em suas teatralizações do poder, os símbolos e representações sobre a cidade que a faziam se identificar com os ideais de progresso e modernização, característicos da política desenvolvimentista do Presidente da nação Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, outros referenciais simbólicos da política nacional também pesariam na construção da imagem política de Cabral na cidade, como as representações sobre coronelismo, populismo e clientelismo. Tendo como fonte principal os jornais impressos do período estudado e a literatura de cordel, este trabalho tem como ponto de partida a campanha eleitoral municipal de 1959 na construção dessas representações, e apresentando as diferentes faces de Cabral como personagem político, através das quais as diferentes representações populares sobre Cabral tomaram forma, levando em consideração as características peculiares da conjuntura política, social e cultural da Campina Grande do período estudado. Através da análise do estilo de política conciliadora de Cabral, algumas imagens sobre a cidade emergem neste trabalho: imagens de modernidade, do passado agrário e comerciário da cidade, do estilo de política assistencialista e dos anseios de progresso e industrialização, vislumbrando Cabral como uma figura política arquetípica para a história política da cidade.

Palavras Chaves: Cultura política, Imaginário, teatralização, representação.

ABSTRACT

This study seeks to analyze and understand some political and cultural phenomena present in the history of the city of Campina Grande in the late 1950s and early 1960s, during which Mayor Severino Cabral channeled, in his theatricalization of politics, symbols and representations about the city that made her identify with the ideals of progress and modernization, characteristic of the developmentalist policy of the nation's President Juscelino Kubitschek. At the same time, other symbolic references of national politics also weigh in building the political image of Cabral in the city, such as the representations of Coronelismo, populism and clientelism. Taking as its starting point the 1959 municipal election campaign in the construction of these representations, and presenting the different faces of Cabral as a political figure, this study also aims to outline the formation of a particular urban imaginary, in which popular representations about Cabral took shape, leading into account the peculiarities of the political, social and cultural Campina Grande of the studied period. Through analysis of the style of Cabral's conciliatory policy, several images of the city emerge in this work: images of modernity, the city's commercial and agricultural past, the policy of social handouts and the wishes of progress and industrialization, glimpsing Cabral as an archetypal political figure to the political history of the city.

Keywords: political culture, imaginary, theatricalization, representation.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I: As diferentes representações sobre a cidade de Campina Grande e o prefeito Severino Cabral no contexto da campanha eleitoral de 1959	19
1.1. Contexto político cultural em Campina Grande na década de 1950: Cabral e seus referenciais simbólicos para a construção de sua imagem política	20
1.2. A repercussão da imprensa local na formação de uma cultura política no contexto da campanha eleitoral de 1959	29
1.3. As representações sobre o nacionalismo em Campina Grande na década de 1950	38
1.4. As representações sobre Cabral na Campanha Eleitoral de 1959: Símbolos de uma cultura política através do marketing eleitoral	45
Capítulo II: Representações de modernização e urbanização em Campina Grande: outra imagem política de Severino Cabral (1958-1963)	62
2.1. Uma metamorfose na imagem política de Severino Cabral: sua inserção em uma cultura política campinense	63
2.2. Imagens de modernização e urbanização nos planejamentos da gestão de Cabral: entre o urbano e o rural	70
Capítulo III: Representações de um imaginário popular sobre Cabral em suas tramas do Poder	82
3.1. Cabral e Gondim na Conjuntura Política Paraibana: As Tramas do Poder em uma Aliança Política Indesejada	83
3.2. As Problemáticas Sociais de Campina Grande na Gestão de Cabral, sob as Representações da Literatura de Cordel	91
3.3. As Tramas do Poder nas Representações sobre Cabral: “Pão e Circo” e o Movimento da “Pacificação” para o Centenário	104
Considerações Finais	117
Anexos	119
Referências	121

INTRODUÇÃO:

Uma das principais motivações para a escolha da temática deste estudo foi o caráter arquetípico de uma figura política como Severino Cabral, com suas diferentes imagens deixadas como herança política para a cidade e seus representantes políticos. Não é apenas sobre o homem em si, ou sobre o político em si, mas com relação à possibilidade de se ler, através de um representante político e da sociedade de seu tempo, uma conjuntura social e cultural que ultrapassa os limites da história factual e de curto alcance. Daí provém o fascínio exercido pelos fenômenos políticos sobre quem os estuda se libertando dos estigmas da velha história política de cunho positivista.

No caso de um personagem político como Severino Cabral, algumas questões que vêm à memória coletiva na cidade são sempre indagadas. Construíram-se, ao longo das décadas, diversas imagens políticas sobre Cabral por parte dos populares, dos meios midiáticos, e de outros representantes políticos, alguns destes últimos absorvendo, em seu modo de fazer política, a herança do estilo de política de Cabral. Algumas dessas imagens, que serão abordadas no decorrer deste estudo, se contrastam com imagens mais tradicionais sobre Cabral: sua tradicional imagem de político ruralista se contrasta com o empenho cabralista de se fazer representar pela onda desenvolvimentista predominantemente urbana e modernizante, cujo símbolo mais saliente vem a ser a criação de um setor de planejamento urbano no início de sua administração como prefeito; a sua imagem de clientelista ou assistencialista também se sobreporia, no imaginário popular, à tendência de Cabral de dialogar com diferentes manifestações do pensamento político, como as ideias nacionalistas advindas do Estado Novo de Vargas e metamorfoseadas pelos diferentes movimentos políticos que se apropriaram do legado varguista durante a década de 1950.

No sentido mais pessoal, o que nos atraiu a estudar sobre ele (e sobre a cidade em sua época) foi o questionamento quanto às possíveis intenções políticas de Cabral, que foram transmitidas como tradições no imaginário popular na transição entre a primeira e a segunda metade do século XX. As diferentes imagens construídas sobre Cabral permitem entrever sinais do cultural, do social e dos fenômenos políticos de seu tempo, permitindo compreender melhor algumas representações coletivas sobre a cidade que persistiram ao longo das décadas. Dessa forma, no diálogo entre as fontes utilizadas neste trabalho, utilizaremos também textos da literatura de cordel que se constituíram, a

nosso ver, como expressões culturais do imaginário popular sobre Cabral e sobre a cidade de Campina Grande entre as décadas de 1950 e 1960. Dois cordéis em particular discorrem diretamente sobre as memórias envolvendo a figura de Cabral: *A Candidatura de Severino Cabral*, de autoria de Manoel Camilo dos Santos, e *Severino Cabral: Pé-de-chumbo, Coração de Ouro, Pavio Curto*, de autoria de Manoel Monteiro da Silva.

Algumas obras sobre a história de Campina Grande, que tratam da História Política, Cultural e Social da cidade, dentro de recortes temporais entre as décadas de 1940 e 1960, foram de fundamental importância para a realização desta dissertação enquanto fontes primárias com as quais se dialogou, às quais se procurou imprimir outras considerações relevantes às temáticas deste trabalho. Neste trabalho, as temáticas sobre a história da cidade que mais enfatizamos no diálogo com as referidas fontes foram certas contextualizações históricas que revelaram a formação de um imaginário social na cidade sobre fenômenos políticos, sociais e culturais, como o nacionalismo, o desenvolvimentismo e o comportamento tido como “populista” dos representantes políticos da cidade e do Estado entre as décadas de 1950 e 1960. No que tange ao aspecto cultural, procuramos abordar, neste trabalho, a forma como esse imaginário social se expressou. Analisamos, nesta dissertação, enquanto expressões do imaginário social, os meios midiáticos que atuaram como veículos das representações sobre a cidade e seus líderes feitas por grupos sociais elitistas (como os jornais impressos); e a literatura de cordel enquanto manifestação de um imaginário popular mais afeito à visão de mundo de segmentos sociais mais carentes economicamente.

Uma das principais obras que influenciaram a composição deste trabalho foi a dissertação de mestrado intitulada *Agradando a Deus e ao Diabo – Um Estudo dos Efeitos Sociais da Gestão de Severino Cabral na Cidade e no Campo (Campina Grande – 1959-1963)*, de autoria de Josefa Lúcia Jordão de Souza (1988), pelo Mestrado de Sociologia da UFCG, anteriormente UFPB. Concebemos os objetos de pesquisa deste estudo de modo a trazer novas imagens sobre o legado político de Severino Cabral na cidade, dialogando com a referida obra no sentido de enriquecer o panorama historiográfico local sobre Cabral e as representações sobre a cidade entre as décadas de 1950 e 1960.

O trabalho de Josefa Lúcia nos oferece um quadro geral sobre a administração de Cabral como prefeito da cidade, enfatizando os efeitos sociais dessa gestão na cidade e no campo, através da análise de seus programas sociais que causaram um profundo

impacto no imaginário social campinense em sua construção da imagem política de Cabral. Iniciando sua discussão pela repercussão e legado político das duas sucessivas eleições para prefeito disputadas por Cabral (1955 e 1959) até a sua administração sobre Campina Grande e os distritos que a formavam, a autora oferece em sua obra um rico material contendo fontes orais e midiáticas sobre a atuação política de Cabral incidindo sobre o imaginário popular na cidade. Partindo desta ponte que a autora faz entre o registro dos programas sociais e obras de Cabral durante sua gestão, assim como a continuidade de sua política assistencialista, e entre a repercussão popular e midiática que se construiu a partir daí, o presente trabalho procura se centrar na análise da renovação da imagem pública tecida por Cabral e seus partidários a partir de momentos cruciais em sua trajetória política que lhes ajudaram a tecer suas tramas do poder durante a sua eleição em 1959 e sua gestão municipal até 1963.

O ponto de partida para as temáticas abordadas no presente trabalho é a campanha eleitoral de 1959, durante a qual Cabral, na formação de suas alianças políticas, passou a se reconstruir como personagem político de maneira mais contundente, absorvendo a gama de inovações no pensamento político daquele período ao mesmo tempo em que conservava seu tradicional estilo assistencialista e ruralista na representação de sua imagem diante de seu potencial eleitorado. Assim, procuramos enfatizar as teatralizações políticas em que Cabral tenta reconstruir sua identidade diante do imaginário popular, nas tramas de suas alianças políticas, nas representações de sua imagem para a população local, e fazendo-se representar também por signos de modernização, como o discurso de industrialização presente nos planejamentos de sua gestão como prefeito, em contraposição à ideia de *“agradar a Deus e ao Diabo”*, presente na obra de Josefa Lúcia Jordão. A autora se refere à versatilidade que Cabral possuía em lidar ou dialogar com os diferentes segmentos sociais na cidade (de operários e camponeses a comerciários e industriais), ao mesmo tempo em que Cabral renegava sua própria classe (a dos ricos, segundo a autora) diante dos seus eleitores e dos meios midiáticos, fazendo-se representar como o político “pobre” ou “da pobreza”.

Da ideia proposta pela referida obra, nos apropriamos dessa percepção da ambiguidade nas representações das imagens sobre Cabral, mas não com referência ao seu tratamento com as diferentes camadas sociais, mas com relação a sua “permuta” de máscaras no palco das encenações políticas: no presente trabalho, o “enredo” do “teatro” político se refere às apropriações por Cabral dos ideais de modernização, nacionalismo e industrialização a partir da campanha eleitoral de 1959, cuja produção

de símbolos se tornou crucial na elaboração de seu marketing eleitoral; também se refere aos seus esforços, durante sua gestão, em veicular e propagandar uma imagem de conciliação política (como nas homenagens ao ex-vereador Felix Araújo e no movimento da “pacificação” eleitoral no contexto das comemorações do centenário da cidade, que veremos no terceiro capítulo), ao mesmo tempo em que Cabral conservava as metas ruralistas em seu programa administrativo e a utilização do poder público a serviço do seu assistencialismo.

Outra obra que também foi crucial como fonte de diálogo para a realização deste trabalho foi Nacionalismo e Coronelismo – Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964), de autoria do historiador e jornalista Josué Sylvestre (1988). Através da análise da dicotomia entre nacionalismo e coronelismo, expressa no título da obra, a política em Campina Grande e na Paraíba parecia oscilar, na visão de Sylvestre, entre diferentes direcionamentos políticos e ideológicos, instaurando-se um conflito entre o tradicional estilo de política baseado no personalismo propagado por grupos locais dominantes (reminiscências da política coronelista e clientelista da Primeira República¹) e entre as ideologias políticas “inovadoras” que acenavam no horizonte da política municipal, estadual e nacional durante a década de 1950.

Assim é que, abordando diferentes momentos políticos pelos quais a cidade de Campina Grande passou durante esse recorte temporal, Sylvestre representa e personifica essa dicotomia entre o “velho” e o “novo”, entre o atraso “coronelista” e a inovação “nacionalista e desenvolvimentista”, respectivamente, nas figuras de Severino Cabral e Newton Rique. Dessa forma, Sylvestre sinaliza a disputa entre Cabral e Rique, particularmente na campanha eleitoral de 1959 e nos eventos que antecederam a eleição de Rique em 1963, como o *epicentro* de uma turbulência política que atravessou as décadas de 1950 e 1960, turbulência caracterizada pelo embaralhamento dos ideários políticos que tornaria confusa a política a nível municipal e estadual. Desse modo,

¹Sobre as noções de coronelismo e clientelismo, assim como de mandonismo e patrimonialismo, e suas delimitações históricas e os eventuais anacronismos nas suas utilizações teóricas, ver artigo de José Murilo de Carvalho: Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Artigo publicado na revista Dados (Ciências Sociais), pela UERJ, em 1997. Discutindo sobre a literatura existente sobre essas temáticas, Carvalho distingue o coronelismo, fenômeno político tradicionalmente circunscrito à Primeira República, do alcance mais amplo do significado de mandonismo, que caracterizou o período coronelista, mas que o transcendeu no tempo, tornando-se parte ativa e uma característica da política nacional, segundo Victor Nunes leal. Refere-se ao “mandão”, ao chefe político capaz de coagir uma população a cumprir suas vontades, o que lhe confere uma conotação autoritária. É assim que parece surgir o anacronismo na atribuição de coronelismo a indivíduos políticos que apresentam ou apresentaram características presentes no coronelismo (como clientelismo e mandonismo) em seu estilo de política.

Sylvestre, nos bastidores da campanha eleitoral de 1959, veria com desconfiança a aproximação entre o “coronel” Cabral e o grupo nacionalista na cidade, da qual ele próprio fazia parte no fim da década de 1950, e cuja principal manifestação social de seu pensamento político se dava pela publicação de textos de autoria diversa no jornal nacionalista *Evolução*.

Outras obras da historiografia local também foram confrontadas e dialogadas para a produção deste trabalho, como os trabalhos de Araújo (2000), Agra do Ó (2006), Aranha (2006), Montenegro (2004), Souza (2001), dentre outros. Auxiliando-se da contribuição dos referidos autores para a historiografia local, este trabalho seguiu a linha de pensamento segundo a qual a história da cidade entre as décadas de 1950 e 1960 se constituiu numa rede formada por rupturas e continuidades no que tange aos seus aspectos políticos, culturais e sociais, traços que se coadunaram, do ponto de vista desta dissertação, na construção de uma cultura política de exaltação e orgulho da cidade, presente no discurso modernizante, nacionalista e desenvolvimentista, e sua cristalização no imaginário social. Segundo este trabalho, constatou-se que, no recorte temporal estudado (entre as décadas de 50 e 60), presenciou-se no município de Campina Grande uma confluência de ideias e tendências políticas e sociais que favoreceram a construção de representações sobre a cidade, forjadas de acordo com os interesses de determinados grupos políticos e sociais², que procuraram redirecionar a seu favor o impacto das teatralizações e manipulações políticas presentes nas diversas manifestações do campo político, como é o caso da campanha eleitoral de 1959.

Nacionalismo³, trabalhismo e desenvolvimentismo, no contexto da década de 1950, eram tendências de amplo alcance nacional e local, cujas ideias gerais (tais como patriotismo, modernização, progresso e industrialização) se combinaram para influenciar as práticas de seus representantes políticos municipais no tocante à construção de uma imagem modernizante e progressista sobre a cidade, também

²Ver capítulo 1.

³Sobre a difusão do nacionalismo no pensamento político nacional durante a década de 1950, Weffort (2003, p.25) afirma: “O nacionalismo constituiu-se, sem dúvida, a partir do governo de Kubitschek, em centro de polarização ideológica. Ainda os grupos políticos cuja formação é anterior a este período, viram-se obrigados a tomadas de posição que, de uma ou de outra maneira, giravam em torno desta forma dominante de consciência social. Resultou que o nacionalismo não apenas se impôs a si próprio como ideologia, como obrigou a ideologização de quase todo o debate político. Não apenas exigiu reconhecimento como ideologia dominante como obrigou a explicitação das demais posições políticas. Constituindo-se no critério de balizamento de toda a situação brasileira, foi também o principal critério ante o qual os diversos grupos políticos se definiram”.

colocando em movimento as manifestações culturais e sociais de sua população, afetando a sua consciência enquanto parte integrante desse processo de transformações.

Embora fossem divergentes na forma de condução desses processos, tais ideologias políticas possuíam similaridades essenciais em suas principais teses. Desse modo, o desenvolvimentismo juscelinista⁴, embora afeito ao capital estrangeiro na mediação dos anseios de progresso e industrialização, tinha em seu âmago o seu próprio direcionamento nacionalista, no tocante à intensa valorização propagandística das riquezas do país, das empresas estatais (como a Petrobrás), e da soberania da nação e ufanismo patriótico. Os principais partidos políticos do período, como o PSD (de Juscelino) e o PTB (de João Goulart), apresentavam-se como herdeiros do legado político e ideológico de Getúlio Vargas. No caso da UDN, embora fosse considerado o principal partido de oposição à ideologia de Vargas, também não escapou da onda de se fazer representar por ideias políticas reconstruídas do aparato ideológico varguista, como é o caso de sua apropriação de alguns ideais nacionalistas. A Frente Parlamentar Nacionalista, criada em 1956 e superando diferenças partidárias, tinha, entre seus membros, muitos representantes udenistas (DELGADO, 2007). Nesta compreensão sobre a configuração fragmentada, embaralhada, dos ideários dos partidos políticos neste período, este trabalho partilha com a opinião de Bersntein sobre a natureza dos partidos políticos inseridos no contexto de uma cultura política:

“Para a maioria dos membros de um partido, a base doutrinária da ideologia não é algo evidente. **Na maior parte dos casos, é sob a forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação.** O conceito de cultura política é relativamente recente, ainda que seu conteúdo seja conhecido e utilizado há muito tempo. Mas o fato novo é provavelmente que o termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, e ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica. Essa cultura difusa se exprime por um sistema de

⁴Segundo Benevides (1991, p. 9), o termo desenvolvimentismo era originalmente indissociável da figura de Juscelino, tendo sido criado por ele. Criou-se, a partir da utilização em ampla escala desse termo, todo um imaginário no universo político nacional denotando a ideia de um “país do futuro”, que dava início, segundo essa visão de mundo, à segunda metade do Século XX sob os auspícios de industrialização e modernização, ao mesmo tempo em que absorvia os signos “retrógrados” do passado, como as práticas clientelistas, caracterizando um período político de assimilação, de rupturas e continuidades. Nas palavras da autora: “Em breve resumo sobre o governo Kubitschek, considero que se poderia caracterizar o “juscelinismo” por uma política que, nas palavras de Celso lafer, procurou a conciliação entre o velho e o novo, entre a elite e as massas. **Esse “ismo” também se identifica com um novo tipo de nacionalismo que se distanciava do nacionalismo getulista pela ênfase concedida ao capital estrangeiro,** cujo ingresso privilegiado constituiria o principal motivo das esquerdas ao governo” (Benevides, 1991, p.12) (grifo nosso) .

referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas etc. É assim que os historiadores contemporâneos atribuem hoje uma importância fundamental aos ritos como expressão de uma cultura política específica, remetendo aqueles que dela participam a todo um contexto implícito cujo conteúdo ideológico eles sentem e nem sempre podem exprimir. (BERSTEIN, 2003, p. 88-89) (grifo nosso)

Mesmo a análise historiográfica referente a indivíduos políticos se renova na medida em que se leva em consideração que tais indivíduos são parte de um todo social e cultural, expressando ou partilhando dos signos do imaginário social. O heroísmo positivista, antigamente presente na exaltação patriótica dos heróis nacionais, regionais e locais na “tradicional” historiografia política, demonstrou-se antiquado em consequência da abertura de horizontes proporcionada pelo surgimento da chamada Nova História Política. Esta Nova História Política surgiu como uma reação a certa marginalização da história política que se deu com o direcionamento socioeconômico da historiografia da Escola dos Annales, entre o fim da década de 1920 e a década de 1960. Na sua luta contra o positivismo historiográfico, os Annales terminaram por se “entrincheirar” na sua idealização de uma “história total”, sem contemplar os fenômenos políticos adjacentes às questões sociais e culturais. A partir da terceira geração da Escola dos Annales, geralmente identificada com o advento da chamada Nova História Cultural, entre as décadas de 1960 e 1970, tendo como expoentes historiadores do imaginário (mentalidades) como Jacques Le Goff e George Duby, ocorreu então a expansão das pesquisas historiográficas, paralelamente com a História Política sendo reabilitada como Nova História Política. O grande triunfo dessa vertente de pensamento historiográfico político é o diálogo com outras áreas do conhecimento histórico, que por sua vez também se abre como um leque na contemplação das contribuições das mais diversas disciplinas, como a antropologia, a linguística e a sociologia.

Partindo dessa constatação, introduzimos a noção de cultura política. A autora Ângela de Castro Gomes compreende a noção de cultura política como:

Um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento no tempo, (...) redimensionando o

acontecimento político para além da curta duração”. (2005, p. 31, 32 e 33).

Rodrigo Sá Motta partilha da mesma opinião sobre esse conceito:

Parece inadequado usar cultura política tendo como referência situações efêmeras, passageiras, pois se perde a força do conceito, que reside exatamente em revelar como certos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo. O valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição. Por isso, não há lugar para o efêmero” (2009, p. 22).

É esse impacto da longevidade das tradições culturais e políticas incidindo sobre o imaginário popular que se torna o cerne do presente estudo das representações sobre Cabral: por que elas não são representações apenas de Cabral, mas da própria cidade e de seus habitantes.

O contexto político campinense, incluindo a administração de Elpídio de Almeida⁵, prefeito anterior a Cabral, estava imbuído do discurso desenvolvimentista e de outros ideais progressistas, como o nacionalismo. Para que esse discurso encontrasse ampla aceitação, era necessário que vastos setores de sua população tivessem familiaridade com certas maneiras de pensar e de agir. A reprodução do discurso de exaltação da cidade, sempre em defesa do progresso e modernização, não seria recebido de forma passiva pela população. Antes mesmo de se pretender ser utilizado como “bandeira” por seus representantes políticos, já se encontrava disseminado no seio social, através de seus diversos segmentos, como os setores operários que seriam abordados por ambos os candidatos à campanha eleitoral de 1959, Rique e Cabral, nos seus discursos de valorização trabalhista, como veremos na abordagem dos capítulos. Salienta-se aqui a consciência de classe de um setor social, (nesse caso, o operariado), utilizando-se a seu favor das tendências e ideias políticas que circulavam no contexto desenvolvimentista do final da década de 1950.

A campanha eleitoral para prefeito do município de Campina Grande, no ano de 1959, canalizou importantes representações e identidades da política nacional que se fizeram presentes naquele período. Essas tendências foram assimiladas e expressas

⁵Prefeito de Campina Grande de 30/10/1947 a 30/11/1951, voltando a assumir o cargo de Prefeito de 30/11/1955 a 30/11/1959. Tido como o primeiro prefeito a adotar a política desenvolvimentista em Campina Grande (ARAÚJO, 2000), Elpídio de Almeida também contribuiria para a construção de um imaginário urbano em Campina Grande, contribuindo com a obra História de Campina Grande, lançada em 1962 no contexto dos preparativos para a comemoração do Centenário da cidade em 1964.

através das posturas e discursos políticos dos seus candidatos a prefeito naquele ano, Newton Rique e Severino Cabral, cujas idéias estavam permeadas por diversas representações sobre a cidade, baseadas na percepção da cidade como “lugar privilegiado” no contexto regional.

Como veremos nas constatações que se seguem no decorrer do estudo, procuramos analisar como Severino Cabral recorreu, na construção de sua própria imagem política, às representações da política a nível nacional e local, traduzindo-as ao próprio contexto político-cultural em que a cidade se encontrava, tendo como ponto de partida os símbolos progressistas e modernizantes elaborados em sua campanha eleitoral, fazendo-os se mesclar com os seus hábitos políticos assistencialistas ou clientelistas. Procuramos analisar de que maneira essas representações políticas expressaram as visões e idéias sobre o sentimento de importância conferido à cidade.

Através da teatralização de suas posturas e práticas políticas, os políticos campinenses desse período procuraram afetar as percepções sociais⁶ sobre a realidade política de sua cidade, em seu esforço de manipulação das sensibilidades populares. Uma campanha eleitoral pode se apresentar, dessa forma, como um momento oportuno para a reprodução de práticas e idéias políticas, que se manifestam através de discursos, atos, imagens e representações, e legitimadas na vida social que se apropria e procura, a seu modo, por em prática essas manifestações políticas, sociais e culturais.

Neste estudo, optou-se por não analisar extensivamente a conjuntura factual da campanha eleitoral ou da gestão de Cabral, como os passos dos atores políticos ao longo da campanha, e seus movimentos e teatralizações. Ao invés disso, buscou-se analisar a conjuntura político-cultural adjacente à movimentação da campanha eleitoral e administração municipal, abordando a maneira em que certas tendências e idéias comuns ao período foram absorvidas na construção da identidade dos agentes políticos, possibilitando assim o estudo sobre a constituição de um imaginário urbano desses fenômenos político culturais.

⁶Becker, sobre o conceito de opinião pública em Nova História Política, questiona a visão unilateral de muitos historiadores que conceituam a opinião pública como reação imediata ao acontecimento com efeito de curto alcance: ela pode ser “dinâmica” no sentido de oscilar com a efemeridade do acontecimento histórico (“tempo breve”), mas pode ao mesmo tempo conter raízes mais profundas no seio de uma sociedade, em uma temporalidade mais ampla. Pluralidade do conceito: opinião pública pode significar opinião dominante (no sentido de que ela se expressa por convicção, sem espaço para dúvida), mas não será necessariamente majoritária. O autor cita como exemplo um caso de pesquisa de opinião em que 36% dos opinantes eram favoráveis **ou tendiam a ser favoráveis** a certa instituição, e 31% eram contrários ou tendiam a ser contrários; no entanto, constatou-se que, dos que tinham opinião formada, 48% eram favoráveis e 51% eram contrários. Becker então salientou que ““minorias atuantes” podem influir mais no acontecimento que maiorias silenciadas” (p.191)

O caráter “ufanista” ou “bairrista”⁷ nas representações sobre a cidade passaria a ditar a direção discursiva da campanha eleitoral de 1959, com os candidatos a prefeito construindo suas próprias identidades em torno desta percepção da cidade como “lugar privilegiado”.

As sensibilidades populares sobre esse aspecto peculiar da percepção de cidade passariam a ser exploradas através de sua “personificação” nas construções identitárias dos candidatos. Os candidatos assumiriam, em sua pessoa, aquilo que considerariam como representação da vontade e pensamento popular. Somente uma leitura compartilhada sobre o passado da cidade poderia propiciar essa percepção de cidade. Bernstein reforça esse aspecto de “partilha social” dos fenômenos políticos:

“Ela (cultura política) é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. (BERSTEIN, 1998, p. 363).

Conforme será constatado no decorrer deste estudo, o ano de 1959 foi de grande efervescência política para a história da cidade, por fazer convergir diversas identidades e representações da política nacional, e por fazer com que essas identidades e representações fossem assimiladas ou apropriadas pelos candidatos citados, favorecendo a constituição de um imaginário de progresso e modernização para a cidade.

No primeiro capítulo, abordamos as influências mais imediatas, exercidas por algumas das principais tendências políticas da década de 1950, como o nacionalismo e o desenvolvimentismo, na construção das representações sobre a campanha eleitoral de 1959 e Severino Cabral, seja através de filiação partidária, ou através da apropriação das ideias que considerassem mais condizentes com as representações que queriam transmitir. As décadas anteriores àquela campanha eleitoral foram importantes para a constituição de uma cultura política baseada na exaltação do status da cidade no cenário

⁷ Utilizamos a idéia de “bairrismo” no decorrer deste trabalho para significar a exacerbação de um sentimento conferido à importância da cidade em torno de suas supostas potencialidades econômicas e culturais no período estudado. O significado original de ufanismo, outro sinônimo utilizado, evoca a atitude de jactância em torno das riquezas do país, e neste caso, é usado em analogia no contexto político cultural da cidade.

regional, que encontrou terreno favorável no ano de 1959. Assim, a construção da identificação de Cabral com o personalismo político próprio da década de 1950 direcionaria seu estilo de fazer política na reconstrução de sua imagem a partir da campanha eleitoral de 1959. Quais condições foram favoráveis para a constituição dessa cultura política específica, em torno dos valores políticos e culturais adotados na campanha eleitoral? Analisamos também o contexto social que propiciou a recepção das representações políticas dentro da população da cidade, e de forma mais específica, do eleitorado “cabralista”.

No segundo capítulo, analisaremos as transformações na imagem política de Cabral, na forma como ele passou a se representar a partir de referenciais simbólicos da campanha eleitoral e do contexto político e social entre os anos que a antecederam e os anos que se sucederam na gestão de Cabral. Abordaremos como, na gestão de Cabral, o discurso de modernização e progresso do período desenvolvimentista encontraria seu espaço nos aparelhos de propaganda de seu governo, especialmente através do Semanário oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Desse modo Cabral revelaria uma política ambígua que oscilava entre as posturas políticas ruralistas e assistencialistas e entre as imagens propagandeadas de modernização e desenvolvimentismo.

No terceiro capítulo, abriremos espaço para as representações do imaginário popular sobre Cabral, particularmente através das representações da literatura de cordel, que contribuiu para a formação de uma cultura política de exaltação da cidade e de seus atores políticos, tornando Cabral em uma das principais influências políticas para as gerações posteriores da cidade. Também veremos como Cabral, valendo-se dessas representações do imaginário popular, tentaria construir uma imagem de conciliação política com seus adversários e através de suas tramas do poder.

CAPÍTULO 1

AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES SOBRE A CIDADE DE CAMPINA GRANDE E O PREFEITO SEVERINO CABRAL NO CONTEXTO DA CAMPANHA ELEITORAL DE 1959

Antes de iniciarmos a abordagem sobre as teatralizações políticas da gestão de Severino Cabral como prefeito (1959-1963), e as representações do meio político cultural da cidade e os simbolismos daí resultantes, analisaremos neste capítulo o contexto político, social, econômico e cultural em que a cidade de Campina Grande se encontrava na década de 1950, como ponto de partida que possibilitou a construção da imagem de Severino Cabral como político conciliador dos diversos ideários políticos que se descortinavam no cenário político nacional durante aquela década. Analisaremos também certas tramas da campanha eleitoral municipal de 1959 que se revelaram importantes para a reconstrução de sua imagem política diante do seu eleitorado, das elites e dos principais meios de comunicação da época.

Observamos que foi através das representações no meio social que se formou um imaginário⁸ popular sobre sua figura política na cidade. Assim, nos momentos cruciais das suas disputas políticas, mais especificamente durante algumas de suas campanhas eleitorais, como nas suas duas candidaturas a prefeito, em 1955 e 1959, respectivamente, analisaremos como Cabral assimilou os símbolos políticos em evidência naquele momento político para a fabricação de uma imagem de sincronia com as identidades sociais mais manipuladas no meio político de então: Cabral criaria um elo de identificação com os pobres ao ser chamado de “pai da pobreza”, e adotaria o discurso de industrialização e modernização através da apropriação desses impulsos simbólicos pelo seu marketing eleitoral na campanha eleitoral de 1959.

Como veremos no primeiro tópico deste capítulo, essa construção imagética seria possível através da absorção das influências das tramas políticas a nível estadual e

⁸Por imaginário chamamos todas as construções coletivas de imagens e percepções na sociedade a partir da absorção de símbolos e representações que se reproduzem nela. A concatenação dessas representações forma o que entendemos por imaginário social. Segundo Le Goff, o imaginário social pertence ao universo das representações, sendo apenas uma parte do seu domínio, na medida em que expressa uma realidade exterior percebida. Dessa maneira, para Le Goff, o que o homem considera real através de suas percepções é fruto do próprio imaginário, ou seja, é construído imaginariamente. Cf. Le Goff, 1994.

nacional, imersas no jogo das disputas partidárias, na defesa de ideais políticos em voga naquele período, e no fortalecimento do personalismo no campo político (com o populismo exercendo uma influência mais incisiva). Dessa forma, nas representações sobre si, Cabral se revestiria dos simbolismos oriundos da força política de personalidades como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, na esfera nacional, e Pedro Gondim, Newton Rique e até mesmo de seu adversário político Argemiro de Figueiredo, a nível local. Como analisaremos no último tópico, a adoção das imagens do “pé de chumbo” e da “panela vazia” foram símbolos políticos carregados de significações diversas em suas representações sobre Cabral durante aquela campanha eleitoral.

1.1 - Contexto político cultural em Campina Grande na década de 1950: Cabral e seus referenciais simbólicos para a construção de sua imagem política

Durante a primeira metade do Século XX, a cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, adquiriu em seu imaginário social uma rede de representações que reuniu uma série de símbolos identificando a cidade com os ideais de modernização e progresso, dessa forma preenchendo o discurso de seus atores políticos e sociais, sejam eles cidadãos comuns ou representantes políticos eleitos. Essa rede de representações fornecia à cidade uma produção de sentidos, captada em seu seio social, que a imaginava numa posição de destaque regional ou mesmo nacional no campo simbólico dos lemas de modernização e progresso. Do ponto de vista deste trabalho, essa conjunção de signos de modernização e progresso atingiria seu auge durante o final da década de 1950, quando o discurso desenvolvimentista forneceria o tom das campanhas eleitorais a nível nacional, estadual e municipal.

No caso de Campina Grande, a campanha eleitoral de 1959, com os candidatos a prefeito Newton Vieira Rique (pelo Partido Trabalhista Brasileiro) e Severino Bezerra Cabral (pelo hoje extinto Partido Social Democrático), atingiu o “ponto de ebulição” de uma conjuntura política, cultural e social que atravessou várias décadas e construiu diversas representações sobre a cidade: uma Campina “do trem”, ou “moderna”, ou “desenvolvimentista”, ou “nacionalista”, ou “industrialista” (anteriormente, com a exaltação do setor algodoeiro como símbolo da superioridade econômica regional).

As sensibilidades populares expressaram, sob o imaginário social campinense, as suas percepções sobre a cidade, expressas sob o manto das representações modernizantes. A reprodução dessas representações durante várias décadas terminou por produzir um imaginário social evocando o sentimento de importância e orgulho de se considerar parte da cidade. A respeito do imaginário urbano, Pesavento afirma:

(...) pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representações da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais. O imaginário urbano, como todo imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações urbanas. Estas se oferecem como um variado campo de investigação ao historiador. Por exemplo, são objeto de uma História Cultural Urbana as formas pelas quais a cidade foi pensada e classificada ao longo dos tempos, o que poderia lidar com as arquetípicas avaliações da **boa e da má cidade** (PESAVENTO, 2003, p. 78) (grifo nosso).

A cidade, avaliada enquanto arquétipo ou protótipo pela sociedade na qual se constitui, passa por processos de idealização pelos quais certas representações favoráveis ou positivas são articuladas, de forma a constituir tradições e crenças partilhadas por indivíduos e grupos sociais. Esse aspecto coletivo e partilhado de representações sobre a cidade, em dado contexto político, pode delinear aquilo que os historiadores da chamada Nova História Política denominam de *cultura política*. Nesse sentido, as sensibilidades populares passam a absorver o ufanismo ou bairrismo tão comum a uma cidade que passa por significativas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, em dado contexto histórico.

Diversos segmentos sociais participaram da reprodução desses sentidos que lentamente passariam a evocar o “orgulho da terra”, a singularidade de “pertencer à Campina”, ou a vontade de embarcar em um “trem imaginário” que prometia em seus vagões enferrujados a comodidade do progresso, de tempos ditos modernos⁹. Grupos políticos, forças econômicas, parcelas da população menos favorecidas, setores sociais mais abastados, meios midiáticos, todos esses segmentos fizeram circular e reproduzir o discurso de exaltação da cidade de Campina Grande e as representações sobre suas

⁹ A ideia de “trem imaginário” é usada aqui como metáfora dos anseios de modernização da cidade, embora também aluda ao trem propriamente dito, cuja concessão de sua ferrovia à Campina Grande também passou por um processo de manipulação política, entre fins de século XIX e início de século XX. Cf. ARANHA, Gervácio Batista. Trem e Imaginário na Paraíba e Região: Tramas Político-econômicas (1880-1925). EDUFPG, 2006.

peculiaridades em comparação implícita ou explícita a outras cidades no cenário regional.

Desse modo, as representações sobre a cidade vieram acompanhadas de práticas sociais, políticas e culturais que legitimaram a apropriação de símbolos por seus atores sociais e políticos, símbolos que, como no caso de Campina Grande da década de 1950, fizeram esta cidade se identificar com os ideais de progresso e modernização. Ocorreu então, através do imaginário social, um julgamento de valores que separava aquilo que se almejava representar positivamente sobre a cidade daquilo que se considerava como retrógrado ou ultrapassado, como por exemplo: a oposição entre tendências político-econômicas ruralistas (símbolos do passado “agrário” da nação e, por extensão, da cidade) e o turbilhão de promessas progressistas e industrializantes que marcou o fim da década de 1950.

O declínio da atividade econômica algodoeira em Campina Grande, a partir da década de 1930¹⁰, se tornou marcante para o imaginário social campinense na medida em que a cidade foi perdendo seu principal referencial simbólico de exaltação de sua superioridade econômica no âmbito regional. O discurso industrialista e desenvolvimentista na segunda metade da década de 1950 viria para substituir simbolicamente, nesse imaginário sobre a cidade, a antiga primazia conferida ao ciclo do algodão. A imagem da cidade como polo comercial no cenário local, nacional, e até mesmo internacional, expressa na primazia do “ouro branco” até as décadas de 1930 e 1940, vai sendo paulatinamente substituída pela imagem de industrialização e modernização cobiçada a partir da década de 1950, e de forma mais contundente na transição entre as décadas de 1950 e 1960, até a implantação do Distrito Industrial do Ligeiro, em 1963, no início da breve gestão do prefeito Newton Rique.

Assim, para se efetivar essa percepção da cidade como “líder do interior nordestino”, era mandatório que houvesse essa assimilação das ideias desenvolvimentistas, modernizantes e nacionalistas pela manobra política dos agentes políticos, que assim teciam sua identidade política de forma a estar em sintonia com o que era considerado “avançado” ou progressista no pensamento político. Apenas uma identidade política considerada “forte” poderia legitimar o senso de progresso que se pretendia conquistar para a cidade. O personalismo na política brasileira da década de

¹⁰Campina Grande perderia essa primazia nacional sobre o comércio algodoeiro para a cidade de São Paulo na década de 1930. É importante salientar que, nas décadas seguintes, a imagem da cidade como “maior do interior do Nordeste” continuaria a ser reavivada no imaginário social através do discurso político.

1950, expressando-se na construção da imagem de líderes carismáticos, fluiria paralelamente à sagração de correntes de pensamento políticas e econômicas naquele período, como é o caso do nacionalismo e desenvolvimentismo, respectivamente. Essa dualidade na configuração política nacional (personalismo e ideologia político-econômica) afetaria a formação das alianças entre os partidos na Paraíba, ao mesmo tempo acarretando em conflitos e disputas pessoais pelo poder.

Historicamente, o PSD e o PTB eram considerados como os partidos herdeiros do legado de Getúlio Vargas, com seu personalismo político tendo influenciado a imagem pública e o ideário político de líderes que o sucederam, como João Goulart, no próprio PTB, e Juscelino, no PSD. Entretanto, os ideários políticos que expressavam o trabalhismo e o nacionalismo varguista (e o desenvolvimentismo juscelinista) nem sempre tiveram conteúdos fixos, oscilando entre as diversas ideias políticas que estavam em voga na época, parcialmente absorvendo-as. Como afirma a historiadora e cientista política Angela de Castro Gomes:

A marca do PTB foi sempre a defesa e a expansão da obra social de Vargas, mas as variantes e os matizes ideológicos que poderiam dela variar foram múltiplos. Tanto é assim que a definição dos conteúdos do trabalhismo se tornou um acirrado campo de disputas, além de sofrer transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, ele foi sendo associado a sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo. (GOMES, 2007, p. 65)

A fragmentação dos ideários políticos, transcendendo sua circunscrição a determinados partidos, permitiria a absorção seletiva de ideias políticas que normalmente seriam consideradas incompatíveis com a ideologia de determinado partido (como foi o caso de muitos políticos da UDN aderindo à onda de se representar como nacionalistas, mesmo se declarando tradicionalmente “antivarguistas”)¹¹. Diante dessa confluência de ideias políticas divergentes a nível nacional, as alianças partidárias nos Estados e municípios brasileiros, particularmente no Nordeste, oscilariam entre a fidelidade às ideologias partidárias da década de 1950 e as alianças de interesses entre

¹¹ Delgado (2007, p.360) considera o nacionalismo, por sua influência sobre a população e o pensamento político brasileiro da década de 1950, como o “substrato de um tempo”. A autora enfatiza a sintonia do nacionalismo com as ideias econômicas do desenvolvimentismo, propiciada pela instituição da Frente Parlamentar Nacionalista, em 1956, que foi constituída por representantes de diferentes matizes políticas e partidárias. É neste sentido que, segundo a autora, se estabelece neste contexto a matriz de pensamento político “nacional desenvolvimentista”, mesmo que essas vertentes de pensamento político, tomadas isoladamente, fossem discordantes na formulação de suas ideias fundamentais e em sua apropriação pelas ideologias partidárias.

os diversos grupos de poder locais, imersos na construção de imagens de “líderes carismáticos”.

A política de apadrinhamento e troca de favores entre os líderes locais foi um dos fatores determinantes para o andamento das alianças partidárias na Paraíba ao fim da década de 1950, herdando tais características da força política que o coronelismo¹² exerceu no Estado durante a chamada República Velha. Assim, os grupos ou famílias políticas dominantes ditavam os direcionamentos ideológicos dentro dos partidos, e o atrito entre esses grupos não demorou a imprimir suas marcas na confusa e fragmentada configuração ideológica dos partidos no Estado.

Nesse “vai e vem” de alianças e rompimentos, destacou-se naquela década a inusitada aliança entre PSD e UDN na Paraíba, com o PTB posteriormente constituindo-se como bloco de oposição, particularmente em Campina Grande. Assim é que, nessa década, as alianças e apadrinhamentos passariam a girar em torno do personalismo de figuras como Ruy Carneiro, líder pessedista, e José Américo, líder do PL (partido Libertador) e governador do Estado até 1956. Na eleição para governador naquele ano, Américo, do lado do PL e UDN, indicaria Flavio Ribeiro como candidato, e, do lado pessedista, seria apontada a figura de Pedro Gondim¹³ como seu candidato a vice.

¹²Segundo a conceituação tradicional, pode-se dizer que o coronelismo, enquanto manifestação de poder no Brasil Republicano, teve suas raízes no Brasil Imperial, quando oligarquias agrárias ganharam prestígio e poder político à revelia do poder central. Com o advento da República Velha, grandes latifundiários passariam a se impor politicamente em diversas regiões do Brasil pelo poder do hábito, incidindo autoritariamente nas decisões e conflitos políticos de seus Estados e cidades, utilizando como recurso principal uma forma de troca compulsória de favores (clientelismo) entre o coronel e seus “protegidos”, sejam eleitores ou aliados políticos. Alguns aspectos do coronelismo ultrapassaram sua delimitação temporal à República Velha, tornando-se elementos constantes na política nacional após a Revolução de 1930. Leal (1997, p.41-42) diz o seguinte sobre a influência do coronelismo na política dos municípios interioranos: “O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. (...) Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras”. Na interpretação de Leal, a força simbólica do “coronel” é legitimada pelo seu prestígio social e econômico diante de seus “protegidos”. Sem necessariamente adotar a ideia de coronelismo como sistema de poder próprio da República Velha, como defendida por Leal, este trabalho procura fazer refletir sobre a influência simbólica que a postura “coronelista” exerceu sobre o comportamento de políticos da década de 1950 que foram igualmente influenciados pelo estilo carismático e populista de Getúlio Vargas. Na obra de Sylvestre (1988), especialmente no contexto da campanha eleitoral de 1959, atribuir-se-ia pejorativamente o termo “coronel” a Severino Cabral, por motivo da distribuição, entre a população mais carente (da qual uma boa parcela era oriunda da zona rural), dos fichários que comprometeriam “moralmente” os eleitores a votar em Cabral, também influenciados pelo poder simbólico de sua imagem paternalista: o rico, dono de terras, que se assume como “pai dos pobres”.

¹³ Para um estudo mais aprofundado sobre Pedro Gondim e suas tramas políticas, ver O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: Imprensa, imaginário e representações (1958-65), dissertação de mestrado, de autoria de Railane Martins de Araújo (2009). Gondim, assim como Argemiro, discordaria de seu partido e apostaria no apelo popular (ou populista) na representação de uma imagem carismática diante de seu eleitorado.

Naquela ocasião, o então senador Argemiro de Figueiredo era o Presidente da UDN paraibana, assim mantendo-se até 1958. A perda de prestígio político de Argemiro dentro da UDN se tornaria evidente no processo de formação da aliança partidária com o PSD, particularmente em sua rivalidade com José Américo. Como consequência desse conflito, Argemiro penderia então para o lado pessedista nas suas indicações de candidatos, como veremos mais adiante. No fim da década, ele paulatinamente abdicaria de sua imagem como “líder local”, representando Campina Grande no Estado e no Senado Federal, e passaria a exercer um tipo de poder mais simbólico, baseado na manipulação de seu campo de influências e indicações de seus candidatos nos municípios paraibanos, especialmente em Campina Grande. É dessa forma que Argemiro se transformaria no “tutor” político de Newton Rique na campanha eleitoral de 1959, que passaria a ser promovido como o mais promissor “líder local” em Campina Grande.

Este era o cenário político estadual montado pelas alianças partidárias e pela política de apadrinhamento, que se ramificaria na configuração política de Campina Grande nos anos que antecederam a campanha eleitoral de 1959. Contrariando a tradicional oposição entre PSD/PTB e UDN a nível nacional, o jogo político das alianças eleitorais na Paraíba alçaria a voz do personalismo político transcendendo a força política dos partidos e seus ideários. Severino Cabral, após a derrota para Elpídio de Almeida na eleição para prefeito de Campina Grande em 1955¹⁴, canalizaria esses impulsos de personalismo e pensamento político e começaria a reconstruir sua imagem política em suas representações para o seu eleitorado e o imaginário popular. Assim, se na esfera nacional o PSD estava em sintonia com o PTB, representados respectivamente pelo presidente e seu vice (JK e Jango), tal situação não ocorreria na formação das alianças políticas que antecederam o desenrolar da campanha eleitoral de 1959, em Campina grande. As tramas políticas em Campina Grande seriam determinadas pelas alianças entre grupos tradicionais da política estadual, cujo campo de influência transcenderia a fidelidade partidária e despertaria as tradicionais rivalidades entre indivíduos políticos como Argemiro e Cabral.

O deputado federal João Agripino, em desacordo com Argemiro de Figueiredo quanto a alianças e formação de chapas eleitorais, logrou fazer com que o senador abandonasse a UDN ainda em 1958. Com as alianças entre UDN e PSD, Argemiro havia

¹⁴Cf. Sylvestre, 1988, p. 85.

se negado a apoiar Jose Américo para senador, preferindo o tradicional chefe pessedista Ruy Carneiro, contrariando as intenções do deputado estadual João Agripino, o “cacique de Catolé do Rocha”. Segundo Sylvestre (1988, p.139), Agripino havia identificado em Argemiro uma “inclinação getulista indisfarçável”, destacando que Argemiro havia sido eleito governador em 1935, e com o golpe do Estado Novo em 1937, fora nomeado interventor estadual por Getúlio Vargas, assim permanecendo até 1940.

Também havia, desde longa data, uma grande disputa pela liderança da UDN na Paraíba. Com a confirmação da liderança de Agripino na UDN, Argemiro migrou então para o PTB, tornando-se presidente do partido no Estado¹⁵, o que acarretaria na tentativa de reconstrução de sua imagem pública em consonância com os ideais de progresso, industrialização e valorização dos direitos dos trabalhadores. Essa migração partidária e a procura de identificação de Argemiro com o trabalhismo¹⁶ foi prefigurativo do embate político que se manifestaria na campanha eleitoral de 1959, como bem podemos notar nas duras críticas feitas pelo jornal *Evolução* a Argemiro, no ano que precedeu aquela eleição:

Agora, o senador Argemiro, um tanto deslocado da política de massas, desambientado ante o trabalhador que não é mais aquele de uma década passada, caminha para o mesmo erro do seu antecessor (Hermano de Sá) no comando do trabalhismo... no rumo do 'coronelismo', do ruralismo, do 'banqueirismo' (Jornal *Evolução*, 12 Jul. 1958).

Segundo Sylvestre (1988, p.140), “o tempo conspirava contra o tribuno de Campina Grande. Desde 1928 estava em evidência na sua terra e desde 1930 atuava como estrela de primeira grandeza no cenário político administrativo do Estado.” Sylvestre sustenta que a longa chefia política de Argemiro (do seu ponto de vista, cerca de 30 anos), enquanto representação da imagem de “líder campinense” à frente do Estado, começava a demonstrar sinais de desgaste no fim da década de 50. Essa liderança simbólica de Argemiro, almejada

¹⁵ Foi eleito como presidente do PTB em 20 de Junho de 1959, segundo edição do Diário da Borborema de 23 de Junho. Na ocasião, Argemiro discursaria enfatizando seu apoio incondicional ao governador Pedro Gondim e ao líder pessedista Ruy Carneiro, ao mesmo tempo em que se opunha a Severino Cabral, candidato do PSD na campanha eleitoral de 1959 em Campina Grande.

¹⁶ A noção de trabalhismo, assim como a de populismo, nos remete à ambiguidade na compreensão de seu processo histórico no Brasil: se por um lado os diversos movimentos sindicais ganhavam autorização do governo na representação das demandas dos trabalhadores, essa autorização concedida impõe que o Estado manipule e retire a autonomia das representações populares, tornando-as instrumentos do próprio Estado, incorporando e assimilando essas representações sob o peso da autoridade. Entretanto, a carga entendida como positiva, originária do período Vargas, do trabalhismo, está na sua utilização, enquanto discurso, para a apropriação dos interesses e demandas populares, mesmo em um contexto de campanha eleitoral.

por indivíduos políticos que logravam “hastear” a bandeira bairrista de suas cidades de origem na paisagem política estadual, seria “despojada” por inimigos e herdeiros políticos. Entre os adversários de Argemiro, naquela conjuntura política, se destacaram João Agripino e Severino Cabral, respectivamente a nível estadual e municipal. Com o ingresso de Argemiro ao PTB, seu herdeiro político durante a eleição municipal de 59 seria Newton Rique.

Como se verifica na denúncia efetuada pelo jornal *Evolução*, o trabalhismo petebista paraibano se encontraria estigmatizado, do ponto de vista do jornal, pela representação do estilo de política argemirista, compreendida como “coronelistas” e “ruralistas”. De todo modo, a migração de partido efetuada por Argemiro também fortaleceu os bastidores da campanha eleitoral de 1959, na medida em que a representação da liderança de Argemiro era recriada e incorporada por ambos os candidatos ao pleito municipal. Argemiro havia representado a liderança política campinense por mais de vinte anos diante da política estadual. Agora, a sua liderança enquanto símbolo seria recriada naquela campanha sob o prognóstico das representações em torno de JK por parte de ambos os candidatos.

Como resultado final, após a saída de Argemiro, João Agripino passou a liderar a UDN paraibana. A partir de então, ambos os líderes partidários, Agripino, pela UDN, e Argemiro, pelo PTB, buscaram firmar a sua liderança partidária através da escolha de nomes para a formação de alianças que fortalecessem sua posição no referido pleito, cujo principal norte eram os seus comprometimentos com ideias políticas que encontrassem grande aceitação popular, especialmente as ideias trabalhistas e o Movimento Nacionalista Brasileiro que se fazia presente no Estado e, no caso particular, em Campina Grande.

A situação política que se deflagrou tornou a união dessas duas tendências insustentável, principalmente após o ingresso de Argemiro de Figueiredo no PTB. Ao mesmo tempo em que Agripino tentava determinar a direção política do PSD, em Campina Grande, associando-se com líderes do Movimento Nacionalista Brasileiro, o PTB, por seu turno, se afastava daquela corrente política na medida em que esta optasse ou fosse vinculada ao PSD ou UDN. Sylvestre (1988), analisando esse clima de alianças e predileções dos prefeitáveis, escreveu que

(...) Mas Agripino, um dos líderes do moralismo brigadeirista, não simpatizava com os métodos fisiológicos da política de Cabral nem o considerava capacitado para dirigir um município do porte de

Campina Grande – o maior do interior do Nordeste – a reclamar um prefeito com formação cultural e visão administrativa capaz de aproveitar todo o potencial da comunidade para fazer a cidade ingressar na fase de industrialização, única alternativa que garantiria a continuidade do seu progresso. (...) Que fez o homem de Catolé? Foi buscar nas hostes do PSD um nome excepcional que reunia qualidades pessoais, méritos partidários, prestígio nacional e além de tudo, era o dirigente estadual da *coqueluche* ideológica da época – o Movimento Nacionalista Brasileiro. (...) Particpei, representando Joffily, de várias reuniões lideradas por João Agripino na residência do velho Álvaro Gaudêncio, onde se buscou, semanas a fio, um consenso entre a UDN, o PSD e o grupo nacionalista (SYLVESTRE, 1988, p. 178).

Observamos que esse autor se solidarizava com José Joffily, da mesma forma que também partilhava das visões comuns do período sobre a percepção da cidade de Campina Grande como “a maior do interior nordestino”. Para Sylvestre (1988), Joffily se posicionava entre aqueles que estavam a favor do desenvolvimento de Campina Grande, contrapondo-o aos candidatos que considerava retrógrados e envolvidos no atraso político-cultural na construção da “cidade dos sonhos”. Por meio dessas representações, Sylvestre reforçava o sentido do dualismo presente em sua obra, o antagonismo entre coronelismo e nacionalismo, que também se expressava pelos antagonismos entre antigo e moderno, entre rural e industrial, entre a Campina Grande do passado e aquela que, a seu ver, se projetava para o futuro.

Notamos ainda que João Agripino também favorecia a candidatura do deputado federal José Joffily, à semelhança do que ocorreria entre Argemiro e sua predileção por Newton Rique para candidato a prefeito de Campina Grande. As imagens de Rique e Joffily eram, assim como pretendidas e veiculadas por seus líderes partidários, as que melhor se coadunavam ao clima político e cultural daquele período na cidade, em que o dinamismo dos respectivos candidatos representaria o compromisso com as idéias “renovadoras”. Do mesmo modo como os seus comprometimentos ideológicos reforçavam a construção do perfil de “líder capacitado” para lidar com os desafios que se pusessem a caminho da conquista do “moderno”. Contudo, Agripino teve sua expectativa quanto a Joffily frustrada pela decisão do PSD de Campina Grande em firmar a candidatura de Severino Cabral.

1.2. A repercussão da imprensa local na formação de uma cultura política no contexto da campanha eleitoral de 1959

Os jornais impressos que circularam em Campina Grande ao longo das décadas também arrogaram o papel de expressar os anseios populares, tais como as demandas sociais por melhoria de vida, progresso econômico, cultural ou social. Verificamos que, ao final da década de 1950, os jornais campinenses que tiveram uma participação política mais significativa nas disputas eleitorais da cidade foram os jornais Diário da Borborema¹⁷ e A Evolução¹⁸.

O Diário da Borborema era conhecido por incitar em seus leitores, através de suas matérias e reportagens, o sentimento de importância e orgulho de pertencimento à cidade, enfatizando em suas páginas as conquistas econômicas, políticas e culturais da cidade ao longo de sua história, conquistas que pareciam atingir seu apogeu (ao menos no plano discursivo) no final da década de 1950¹⁹.

Em sua primeira edição, publicada em 02 de Outubro de 1957, o jornal já recorria à utilização de mensagens de exaltação da cidade, arraigadas no ideário desenvolvimentista propagandeado pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek. A matéria de capa intitulada “Campina Grande: porta do Sertão e centro de trabalho incansável” ressaltava a “primazia” conquistada pela cidade, pela qual “nenhuma cidade interiorana do Nordeste lhe pode disputar”. Apresentava o desenvolvimento industrial como “roteiro para o futuro”. Era, nas páginas do jornal, o primeiro sinal de superação da crise identitária da cidade com o declínio do comércio algodoeiro.

Segundo dados do IBGE apresentados por Sylvestre (p. 23, 1988), as estatísticas populacionais e econômicas sobre a cidade, durante a década de 1950, superavam as da Capital João Pessoa: em 1950, o município possuía uma população de 173.206

¹⁷ Jornal campinense fundado em 02 de Outubro de 1957 por Assis Chateaubriand, como parte do seu conglomerado de meios de comunicação conhecido como “Diários Associados”, de ampla circulação nacional.

¹⁸ Esse jornal foi fundado em 1958 por Lúcio Rabelo, José Joffily, Josué Sylvestre e Jason Gonçalves, dentre outros integrantes do Movimento Nacionalista Brasileiro, na forma de um semanário. Durante a campanha eleitoral de 1959, sob a direção de Josué Sylvestre, foi transformado em diário, período em que o MNB constituiu aliança política com o PSD de Campina Grande, sendo um dos meios que serviu a campanha cabralista. Cf. Sylvestre, 1988

¹⁹ Sobre o papel atribuído ao DB de representar em suas páginas os anseios de modernização na cidade entre as décadas de 1960 e 1980, ver a dissertação de mestrado: Uma outra Representação da Modernização em Campina Grande: a Cidade nas Páginas do Diário da Borborema (1960/1980), de Silvana Torquato Fernandes. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2011.

habitantes (incluindo todos os distritos que compunham o município), enquanto que a população da Capital chegava a 119.326 habitantes; ainda segundo Sylvestre, em 1955 funcionavam na cidade 245 estabelecimentos industriais, dos quais se destacavam a indústria têxtil, de beneficiamento de algodão e a de couros e peles (curtumes), embora o número de operários empregados na maioria desses estabelecimentos fosse irrisório para a composição de uma indústria (segundo a mencionada matéria do DB, esse número chegaria em 1957 a 253 estabelecimentos, destacando-se, além dos já mencionados, fábricas de óleo e sabão, e de gêneros alimentícios); o autor cita também a contribuição da cidade para a arrecadação total do Estado como sendo de 43%, e em 1963 essa arrecadação posicionaria a cidade em primeiro lugar na Paraíba.

Manifestações de bairrismo nos meios de comunicação da cidade se fizeram sempre presentes nos mais diversos contextos políticos, sociais e culturais de sua história no Século XX. Porém, o final da década de 1950²⁰ se sobressaiu por assinalar um ponto de ebulição dessas glorificações das imagens sobre a cidade, tornando-se “ponto de encontro” entre duas tendências: as “velhas paixões” sobre a cidade (modernização, urbanização, o sentimento de “primazia”); e a apropriação do discurso desenvolvimentista e industrializante presente no pensamento político nacional daquele período.

O desenvolvimentismo funcionava como motor ideológico para o posicionamento político do Diário da Borborema, sendo reforçado pelas representações sobre o trabalhismo petebista durante a campanha eleitoral de 1959. O candidato do PTB naquela eleição, Newton Rique²¹, seria apresentado pelo jornal como a solução para os problemas socioeconômicos da cidade. Noticiando um comício feito por Rique em 03 de junho de 1959, no Bairro de São José, o jornal se esforçou em representar o

²⁰Sobre a construção de um imaginário de progresso na cidade durante a década de 1950, ver o artigo de Rosilene Montenegro, “História política e imaginário de progresso em Campina Grande no anos 50”, publicado em Saeculum, Revista de História (2004, p.65-78). Um dos pontos abordados pela autora nesse artigo é a utilização da imagem presidencial de JK na construção identitária dos candidatos a prefeito na campanha eleitoral de 1959. No seu ponto de vista, Cabral venceria a eleição também em decorrência de sua proximidade partidária com o Presidente da República, além da transmissão do carisma presidencial diante das camadas populares, entrando para o imaginário popular como o autêntico representante “juscelinista”. Apesar disso, a autora reconhece que Rique assimilou as ideias desenvolvimentistas de modo mais efetivo, através de seu programa de governo intitulado Revolução da Prosperidade, criado em analogia ao Plano de Metas de JK.

²¹ Newton Vieira Rique era descrito por seus adversários políticos como o “representante das elites”. Oriundo de uma das famílias mais ricas da cidade, Rique priorizava as atividades bancárias de sua família, proprietária do Banco Industrial S.A., dentre outros estabelecimentos, tidos como o seu maior patrimônio material. Segundo Sylvestre (1988), Rique teria se introduzindo no mundo da política com uma certa relutância, sempre sendo instigado por amigos ligados ao poder público. Após a derrota na campanha eleitoral de 1959, Rique conseguiria se eleger como prefeito em 1963, ocupando este cargo de 11 de novembro daquele ano até sua cassação em 15 de junho de 1964.

operariado sob o patrocínio do PTB, procurando legitimar o referido partido como sua única representação. A matéria, intitulada “Newton Rique faz verdadeira Política dos Trabalhadores”, procurava aproximar a imagem pública de Rique às camadas mais carentes da população:

O detalhe mais curioso do comício foi à presença de **diversos operários**, que, com espírito e desembaraço, apartearam os oradores, dando contribuições interessantes às suas argumentações e demonstrando, com alto senso das suas próprias necessidades, que Newton Rique, com seu programa de industrialização de Campina Grande, iria fazer a **verdadeira política dos trabalhadores**.(...) Encerrando a concentração, falou o candidato Newton Rique numa linguagem perfeita, cuja repercussão, no seio da opinião pública, vem aumentando cada dia (Jornal Diário da Borborema, 04 jun. 1959) (grifonosso).

No esforço de visualização da imagem do referido comício, pode-se perceber as engrenagens da encenação política em ação, com a ênfase posta sobre a presença de diversos operários na sagração de Rique como o candidato trabalhista, e, por extensão, como o “candidato do povo”. Daí infere-se dessa imagem a analogia entre os discursos, falas e gestos políticos com a encenação teatral, na qual o representante político se autodisciplina de forma a criar empatia com o “povo”²². O palanque é o palco, em que a presença ilustre do protagonista principal é reforçada pela aclamação simbólica dos seus atores coadjuvantes (os operários), que ali se encontram apenas para reforçar a legitimação do protagonista como “herói do povo”. O efeito de ilusão provocado na sociedade é, segundo Balandier (1982), um dos mais eficazes na legitimação e aceitação do poder, já que produz percepções que, partindo daqueles que se encontram na posição de formular direcionamentos políticos, buscam manipular a vontade social criando a aparência de que o poder político “dominante” ou “profissional” está em consonância com a vontade popular.

²²Sobre o aspecto manipulador e disciplinador dos agentes políticos, a socióloga Claudine Haroche, colaborando com o pensamento político do sociólogo francês Pierre Ansart, enfatiza o papel da autodisciplina do governante como espelho para a obediência e disciplinarização dos corpos dos súditos na monarquia absolutista francesa do Século XVII. Essa autodisciplina, expressa nos gestos, na vida familiar e social do monarca, funcionava como espelho dos anseios populares, dos costumes da época, e gerava a empatia dos súditos, pela qual a manipulação política se tornava indissociável da demonstração de afetividade entre o governante e seus governados. Como salienta Haroche (1998, p. 58), falando sobre o “Rei Sol”: “Alguns atributos do poder, fundamentalmente ligados à apresentação pública do monarca, contribuem à instauração dessa ordem. Vestimentas, ornamentos, ou como dizia La Bruyère, equipagem ou aparatos; posturas, gestos, olhares, condutas aparecem, assim, como instrumentos de poder, instrumentos destinados a aumentar, graças à aparência, (...), o domínio sobre seus súditos. Esses instrumentos, esses dispositivos inscrevem-se nos corpos, produzem sentimentos, efeitos que atingem a imaginação: efeitos de distância, mas também de proximidade, de respeito, de deferência (...)”.

Diante dessas tentativas de aproximação com os seus possíveis eleitores das camadas mais carentes da população, o aspecto simbólico mais significativo nessas representações sobre Rique é o fato de que elas se constituíram enquanto apropriações das representações populares sobre Severino Cabral. Em contrapartida, a representação de Cabral como político que se importava com os mais carentes seria invertida pelo discurso da campanha eleitoral de Rique: Cabral seria representado como “coronel”, extremamente rico, que entregava à população campinense apenas as migalhas de um banquete político. Também seria demonstrado que o patrimônio material de Cabral era quase oito vezes maior do que o de Rique (Sylvestre, 1988, p.217).

Essa postura, de depreciação das imagens políticas ou de sua substituição por imagens mais condizentes ao clima político do período, expressava também o caráter fragmentário na construção das identidades dos atores políticos, como é o caso dos candidatos citados. A seguinte afirmação de Stuart Hall sobre identidades fragmentadas pode ser aplicada não apenas a indivíduos “comuns”, mas também à ação política dos indivíduos:

“o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não-resolvidas. (...) O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (...) Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.” (HALL, 2006, p. 12)

É importante salientar o caráter plural e fragmentário da busca por identidade no âmbito político, e o cenário político da década de 1950. Essa “fragmentação” na construção das identidades ocorria espontaneamente, pela absorção das idéias políticas que se encontravam em circulação ao fim da década de 50 (nacionalismo, desenvolvimentismo, populismo), mas também poderia ocorrer, ao mesmo tempo, de forma manipulada com o intuito de se fazer representar sob uma nova imagem política. Essa afirmação se aplica especialmente ao caso do candidato Severino Cabral, que buscou conciliar sua imagem política popularmente mais aceita (“pai dos pobres”) com a eminência desses novos modos de representação política.

Sob circunstâncias políticas, o que também se verificou foi a manipulação desses impulsos simbólicos dentro de tramas políticas, cujos atores procurariam construir ou

reconstruir suas próprias representações sobre a cidade e sobre si mesmos. No jogo das teatralizações políticas, a desconstrução das imagens políticas, expressas nas representações diante da sociedade (nesse caso específico, do eleitorado), ocorreria no sentido de fazer com que representações favoráveis ou desfavoráveis (dependendo de quem articulava a desconstrução, ou contra quem a articulava) fossem reconstruídas de forma a favorecer o “ator” político que as manipulava, ou de forma a “manchar” a imagem de seu opositor.

Diante dessas circunstâncias de apropriação de imagens políticas, o Jornal Evolução, na edição de 03 de Abril de 1959, zombaria das manobras políticas de Newton Rique previamente à campanha eleitoral daquele ano:

“Há um candidato a prefeito da cidade que quer fazer em meses o que não conseguiu em dezenas de anos, apesar de rico e filho da terra: granjear popularidade entre os que só são lembrados em véspera de eleições. Para isso, saiu recolhendo alguns conselhos ou opiniões entre os amigos mais íntimos e com alguma experiência no assunto. E a verdade é que está obtendo êxito em sua missão. Por exemplo, entre outras coisas, já não é mais visto no seu Cadillac de luxo, **tendo aparecido modestamente em alguns bairros abraçando pessoas humildes, embora a sua condição social e o seu comportamento, até há pouco, não emprestem autenticidade às suas novas atitudes puramente eleitoreiras, como se pode constatar.** Mas apesar da metamorfose que se está verificando na vida desse jovem candidato, não temos estranhado tanto, posto estarmos vivendo um período de grandes transformações em todos setores de atividades humanas. O que costumamos a crer é que o povo acredite na sinceridade dessas atitudes, mormente quando já está cansado de ser ludibriado pelos que se julgam donos de tudo e de todos. **Popularidade não é um patrimônio que se compra ou se transfere**” (grifo nosso)

Pela inversão dos significados nessas representações do campo político, Newton Rique se revestia, nas ocasiões referidas acima, dos mesmos sinais que consagravam Cabral como “homem do povo”, no seu esforço de aproximação com cidadãos humildes. Queria se livrar da imagem de “representante das elites”, mas a aproximação era simbólica: sob o direcionamento de seu programa eleitoral, aqui o abraço era suficiente, enquanto ato simbólico, para o rompimento das barreiras sociais; do lado de Cabral, essa aproximação ocorria de forma bem mais pragmática, através de sua política assistencialista.

O Jornal *Evolução* denunciava o ato simbólico de Rique como “oportunismo eleitoreiro”, sem atentar para a possibilidade de que tais denúncias também poderiam ser revertidas pelo PTB e aplicadas contra Cabral. Isso é verificável na própria conclusão do texto do jornal, quando se insinua a “compra” de popularidade por parte de Rique, embora o texto deixe claro que o mesmo não ultrapassou a linha do simbólico na “compra” de popularidade. No texto não havia qualquer menção de Rique se empenhando em ajudar materialmente as pessoas humildes. O que se percebeu naquele contexto eleitoral foi uma disputa em se fazer representar por uma imagem política paternalista, em que o peso da autoridade política se legitimava pelo apelo sentimental da aproximação do agente político ao seu eleitorado, de forma simbólica ou pragmática. Cabral conquistaria vantagem nessa disputa ao camuflar a coerção clientelista (expressa no comprometimento moral do eleitor em votar em seu auxiliador) sob os signos de caridade e solidariedade.

Nesse sentido, a imagem pública de um candidato a prefeito como Severino Cabral, bem como a deturpação da imagem do opositor, poderia se metamorfosear de forma análoga a uma troca de “máscaras” numa encenação teatral, dependendo do ato político que o candidato considerasse oportuno representar. Esse jogo político, essa reordenação de sentidos no palco das disputas eleitorais, conduziria todo o processo da campanha eleitoral de 1959, e Cabral saberia canalizar, inverter ou reconstruir as diversas representações sobre si e sobre a cidade a seu favor, dessa forma sagrando-se vitorioso como prefeito eleito.

Na rede de representações que se tecia, os candidatos procuravam manipular o imaginário social através das respectivas imagens com os signos do passado e do presente, favorável ou desfavoravelmente. Tomaremos como exemplo favorável para ambos os candidatos a grande repercussão da visita de Juscelino Kubitschek à cidade em 07 e 08 de novembro de 1958. Nos dias que antecederam a visita observamos o tom de denúncia dirigido ao então prefeito municipal Elpídio de Almeida, que o jornal *Evolução* evocava, como segue:

Até Que Enfim JK Vem Cá

Finalmente, o Presidente Juscelino virá a Campina Grande no próximo dia 7, a fim de inaugurar o que por aí existe do serviço da adutora de Boqueirão. Sim, leitores, dizemos o que por aí existe, porque, na realidade, os trabalhos não estão concluídos, levando o seu término mais uns três meses (se não faltar verbas), embora a “Comissão

Central dos Festejos”, composta do Prefeito, Presidente da Câmara de vereadores, da Federação das Indústrias e da Associação Comercial, além de outras pessoas da nossa “elite”, haja telegrafado ao Presidente da República, numa demonstração de pouca responsabilidade, afirmando que os serviços estavam terminados a 31 de julho último. Há três meses passados, portanto, a Comissão fazendo o jogo não sabemos de qual grupo ou a serviço de que interesse, ocultou a verdade ao Povo, dizendo que tudo ia às mil maravilhas. E até, não sabemos quantas vezes, se pleiteou a vinda do Presidente (...) (Jornal *Evolução*, 01 nov. 1958, p. 07).

No contexto da visita do presidente, o jornal *Evolução* era dirigido pelo líder sindicalista Lúcio Rabelo, que no ano seguinte teria lançada a sua candidatura como vice-prefeito do lado de Cabral. O jornal se posicionava como um veículo de comunicação de esquerda, criticando, entre outros assuntos, a aliança entre o prefeito Elpídio de Almeida (PSP) e Argemiro de Figueiredo (PTB). Representavam a Argemiro como a antítese do pensamento nacionalista e progressista.

Apesar do acirrado debate proposto pelos que faziam o referido periódico, a visita presidencial movimentou intensamente o cenário político campinense, tal como assinala Sylvestre (1988, p. 155):

Nos dias 7 e 8 de novembro de 1958, Campina viveu horas de intensa movimentação. O Presidente Juscelino, naquela ocasião inaugurava duas obras da maior importância para o município: a adutora de Boqueirão e a pavimentação da avenida que liga a cidade ao Aeroporto João Suassuna.

Notamos que a presença de JK em Campina se tornou emblemática e se demonstrou paradigmática para as representações das imagens políticas de ambos os candidatos da eleição municipal do ano seguinte. Os ânimos políticos se direcionaram no sentido de absorver as significações simbólicas decorrentes da liderança de Juscelino no cenário político nacional. O presidente serviria então de protótipo na modelação do perfil de liderança local que se buscava construir pelos candidatos na campanha de 1959. Desse modo, observamos que aquela visita específica foi marcante na memória política e social da cidade, e a imagem de sua liderança do país trazia consigo símbolos de referência às posturas progressistas e modernizantes que se intencionava absorver por parte dos candidatos que concorressem nas campanhas eleitorais imediatamente posteriores.

O presidente encontrava-se na cidade com o intuito político de participar da inauguração de duas obras públicas²³ que relutantemente eram negligenciadas ou atrasadas pelos conflitos políticos locais (SYLVESTRE, 1988). A inauguração da adutora de Boqueirão teria significações contundentes para a formação da opinião pública. A obra era simbolicamente representada como parte de política tradicionalmente “ruralista”, como parte de discurso sobre a seca, e relacionado ao contexto “coronelista” que perseguia a cidade, pelo qual sempre se explorava a potencialidade da carência de água no círculo de promessas políticas ao qual a cidade havia se acostumado, sendo o senador Argemiro de Figueiredo (Jornal *Evolução*, 3 de abril de 1959) tradicionalmente associado a esse espectro de promessas. Sob a visita de Juscelino, essa imagem “coronelista” da política local seria anulada simbolicamente pelo caráter populista e carismático²⁴ de sua política desenvolvimentista.

Desse modo, se por um lado Argemiro de Figueiredo havia inaugurado a adutora de Vaca Brava no ano de 1938, sacralizando a sua imagem de “líder local”, reconstruía-se, agora sob a ação de Juscelino Kubitschek, os significados dessa liderança local, expressando, em sua “renovação”, o efeito simbólico de uma obra, de caráter próprio do “discurso da seca”, sendo efetuada, paradoxalmente, por uma personalidade política mais afeita ao industrialismo. Portanto, observamos que JK passou então a ser percebido como o mediador do abastecimento de água na cidade, mediação cujos signos seriam interpretados como sendo um passo necessário para a industrialização.

Reforçando as conotações simbólicas à imagem política de Juscelino, tal como era apresentada em Campina Grande, inaugurava-se em sua homenagem uma estátua²⁵, no dia 07 de novembro de 1958, em uma das praças públicas da cidade, a Praça da

²³ A adutora de Boqueirão e a pavimentação da avenida que liga a cidade ao aeroporto João Suassuna (Assis Chateaubriand), em 7 de novembro de 1958. Cf. SYLVESTRE, 1988. A nível estadual, o governador interino Pedro Gondim (PSD) era a maior representação política a prestar suas homenagens ao presidente. Naquele contexto, Gondim havia firmado aliança com Argemiro. Apesar das circunstâncias eleitoreiras no ano seguinte que colocaram os partidos PSD e PTB como rivais na disputa municipal, Gondim seria a favor da campanha de Cabral pelo compromisso partidário, mas não cindiria a aliança com Argemiro. Cf. Sylvestre, 1988.

²⁴ O populismo expresso pelo estilo de política de JK não apelava simplesmente para a tradicional imagem do governante “protetor dos pobres” em tempos de crise econômica e social. Havia em JK uma capacidade de seduzir a opinião pública incorporando aspectos racionais na implementação de sua política econômica. Portanto, a criação de seu Plano de Metas procurava fazer surtir na população o efeito de confiança na resolução dos problemas econômicos e sociais do país. Cf. Montenegro, 2001. Essa forma de sedução, por meios racionais, seria adotada pelos candidatos Rique e Cabral em 1959, expressa principalmente na forma de programas de governo e na difusão da idéia de desenvolvimento acelerado da cidade. Cf. Agra do Ó, 2006.

²⁵ A estátua foi inaugurada por Alvinho Pimentel, presidente da Comissão Promotora. Discursaram na ocasião Newton Rique, Antônio Vital do Rego e o presidente da República Juscelino Kubitschek. Cf. Sylvestre, 1988.

Bandeira (SYLVESTRE, 1988), sacralizando a sua imagem política e transformando-o em um dos principais referenciais na representação da condução da liderança local durante aquele período. Esta imagem funcionava como significante das aspirações quanto ao desenvolvimento da cidade, decorrendo daí símbolos associados a uma pretensa grandeza da urbe, apropriados e incorporados pelos candidatos à campanha eleitoral de 1959²⁶.

A visita do presidente foi explorada pela mídia local no seu esforço de conferir à cidade uma condição de destaque no contexto regional, evocando-se, pelos jornais *Evolução* e *Diário da Borborema*, a afinidade entre a política desenvolvimentista do presidente e o momento político cultural vivenciado pela cidade. Como enfatiza Agra do Ó (2006), enfatizando as sensibilidades populares sobre essa visita presidencial:

A dimensão de grande centro populacional era dada pela recorrente figura de que *cem mil habitantes gratos pela água* acorriam às festividades que arroteavam o presidente. Todos estes beneficiados pela atitude tão comemorada de Suas Excelências os governantes espalhavam-se... por uma *São Paulo em miniatura*, em que a **um comércio em declínio sucedia-se uma industrialização promissora**. Vivia-se um *crescente desenvolvimento*, que o jornalista Lopes de Andrade entendia ter acontecido, nos últimos dez anos, de forma anormal (AGRA DO Ó, 2006, p. 28). (grifo nosso)

Na memória social local, o comércio, especialmente aquele presenciado na fase “áurea” do algodão, simbolicamente encontraria uma almejada substituição nas representações do desenvolvimentismo, para preservação de um imaginário de exaltação ufanista.

O impacto social causado pela visita de Kubistchek direcionaria, a partir de então, os significados que poderiam ser extraídos de uma pretendida liderança local pelos candidatos Newton Rique e Severino Cabral. Estes assimilariam, em suas posturas e discursos, o estilo carismático da política exercida pelo presidente da República, agregando a isso a postura modernizante nos discursos que anunciavam a construção do futuro da cidade. Tendo como ponto de partida dessas representações a campanha eleitoral de 1959, em que panorama social, político e cultural a cidade de Campina Grande se configuraria no início da gestão de Cabral? E como esse panorama contribuiu

²⁶ “(...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” Cf. NORA, 1993, p. 13.

para a aceitação popular e mitificação da imagem de Cabral a partir da campanha eleitoral de 1959? Procuraremos abordar essas questões no próximo item e nos capítulos seguintes.

1.3. As representações sobre o nacionalismo em Campina Grande na década de 1950

Como já enfatizamos anteriormente, a política desenvolvimentista do presidente da nação Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático, seria simbolicamente apropriada pelo discurso dos políticos campinenses²⁷ por ocasião das campanhas eleitorais (sendo a campanha de 1959, para prefeito, a mais emblemática nesse sentido). No contexto local, seu lema de progresso dos “50 anos em 5”²⁸ se associaria ao ideário nacionalista.

O nacionalismo foi um ideário político adotado por diferentes partidos políticos nacionais, na conflagração da defesa da soberania nacional no plano político e econômico, e herdado da Era Vargas. Entre seus principais postulados, havia a crítica à política internacional “imperialista”, e a defesa do patrimônio da indústria nacional “autossuficiente”, que tinha a Petrobrás como seu maior símbolo. O termo “entreguismo” seria utilizado nessa época para se referir de forma pejorativa a adversários políticos representados como condizentes com uma política “imperialista”, de ameaça à soberania nacional. O nacionalismo transformou-se em movimento político em 1956 (Frente Parlamentar Nacionalista e Movimento Nacionalista Brasileiro). A Paraíba, especialmente Campina Grande, teria sua própria representação local do MNB, com o deputado federal José Joffily, do PSD, sendo o seu principal representante e porta-voz. A imagem pública “nacionalista” seria disputada pelos candidatos a prefeito na campanha eleitoral de 1959, com Cabral sendo oficialmente reconhecido como candidato representante dos nacionalistas. O Jornal Evolução seria o grande porta-voz do pensamento nacionalista na cidade ao final da década.

²⁷ Destacaram-se neste contexto os prefeitos Elpídio de Almeida (1955-1959), Severino Cabral (1959-63) e Newton Rique (1963-1964). A Revolução da Prosperidade era o nome do programa administrativo de Rique, apresentado na campanha eleitoral de 1959. Havia sido inspirado pelo Plano de Metas de JK, e seria adaptado para a conjuntura política da campanha seguinte (1963).

²⁸ Cf. GOMES, Ângela de Castro, et AL (ORG). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FVG)/CPDOC, 1991.

À conjunção desses movimentos políticos, própria do governo de Juscelino, se daria o nome de "nacional-desenvolvimentismo"²⁹. Essa dupla identidade seria almejada pelos políticos campinenses em seu jogo de representações perante o eleitorado.

O grupo nacionalista em Campina Grande fez sua maior tentativa na participação daquelas eleições lançando um candidato à vice-prefeito, o líder sindicalista Lúcio Rabelo. A formação de uma chapa com Newton Rique poderia ter se concretizado se não fosse pela intervenção do então prefeito Elpídio de Almeida³⁰, que tinha predileção por Noaldo Dantas, outro integrante do Movimento Nacionalista Brasileiro (SYLVESTRE, 1988, p. 197). Confirmou-se, porém, a formação da chapa Severino Cabral e Lúcio Rabelo, em clima de um velado e mútuo contragosto entre ambas as partes. Quais os significados possíveis para a exacerbação da importância de se fazer representar pelas ideias nacionalistas por parte de ambos os candidatos?

Segundo Sylvestre (1988), as ideias do Movimento Nacionalista Brasileiro representavam a "vanguarda" na perspectiva de mudança dos quadros políticos em todo o território nacional. Surgido em 1956, o Movimento se estabeleceria em Campina Grande no ano seguinte, formando um restrito círculo intelectual que reunia diversas personalidades do mundo político e cultural local. O deputado federal José Joffily era percebido e sentido como o seu principal ícone referencial, representando a Paraíba à frente das ideias nacionalistas. Estas ideias se fundamentavam principalmente na crítica à política externa no tocante às suas relações com a economia nacional. A Petrobrás era o símbolo da propriedade estatal, do orgulho da autossuficiência econômica pretendida e idealizada pelo governo de Getúlio Vargas. A defesa da economia nacional contra a intervenção estrangeira era uma das principais ideias defendidas e propagadas pelo grupo nacionalista, e esta postura condicionaria o posicionamento político de diversas campanhas eleitorais, afetando a maneira como os candidatos lidariam com questões sociais. Ainda de acordo com Sylvestre (1988), quem não se declarava nacionalista se fazia automaticamente "entreguista", considerado subordinado à ordem econômica internacional, o que serviria de exploração para um círculo vicioso de acusações contra determinados políticos em períodos eleitorais.

²⁹ Cf. Delgado, 2007.

³⁰ O prefeito Elpídio de Almeida elegeu-se em 1955, pela segunda vez, pois já havia sido prefeito pela UDN, entre 1947 e 1951. Após dissensões com Argemiro em seu primeiro mandato e ingresso no PSP (Partido Social Progressista), Elpídio formou aliança com o seu antigo adversário udenista para concorrer com Severino Cabral (então pelo PL) nas eleições municipais de 1955. Cf. Araújo, 2000, p. 87. A aliança com Argemiro continuaria (mesmo após sua transição da UDN para o PTB) no contexto da campanha de 1959, na qual Elpídio apoia Newton Rique, novamente contra Cabral.

Desse modo, ambos os candidatos a prefeito em 1959 tencionavam fazer-se representar perante o eleitorado campinense como o “proclamador” das ideias nacionalistas e desenvolvimentistas. Agra do Ó (2006) observa que este era um dos fatores políticos e culturais que contribuiriam para a imagem de exaltação da cidade feita pelos candidatos, diante das promessas que se faziam sobre o desenvolvimento acelerado da cidade. As representações sobre o desenvolvimentismo e o nacionalismo preencheriam o roteiro do marketing eleitoral de ambos os candidatos. Porém, Newton Rique, pelo PTB, seria o candidato que daria início às representações sobre o desenvolvimentismo naquela campanha eleitoral, enquanto Cabral, oficialmente apoiado pelo grupo nacionalista na cidade, apenas se apropriaria e ressignificaria as ideias desenvolvimentistas.

Elaborado durante a campanha eleitoral de 1959, o sofisticado plano de governo de Newton Rique, chamado Revolução da Prosperidade, baseava-se em três objetivos considerados básicos para o desenvolvimento pretendido para a cidade:

- **Educação:** sendo esta o fundamento para o início da mudança na cidade, a sua realização se daria pela conscientização coletiva dos cidadãos campinenses sobre sua importância, inferindo-se que somente através da educação a cidade conseguiria ingressar no modelo de sociedade moderna e desenvolvida que se pretendia construir;
- **Industrialização:** tendo a política desenvolvimentista como parâmetro, Rique apresentava-a como a sua principal meta, embora fizesse com que as outras metas se interdependessem para a realização do sonho de modernização na cidade;
- **Alimentação:** ciente da crise social que se alastrava com o crescimento da cidade, essa era a sua principal meta de valor social, elaborada para se contrapor racionalmente à extensa “política de esmolas” que se alegava fazer na cidade, e Cabral era representado na campanha de Rique como o principal propagador dessa situação (Revolução da Prosperidade, Programa de Metas de Rique, 1959) (grifos nossos).

Na introdução do seu “plano de metas”, Newton Rique procurava criar nos seus leitores a percepção da cidade como lugar privilegiado, procurando fazer compartilhar a mesma visão de exaltação sobre o destino da cidade:

Campina Grande tem hoje graves problemas a entravar a rapidez do seu avanço no caminho do desenvolvimento. Esses problemas não surgiram do dia para a noite, sendo, antes, a resultante de uma lenta e constante acumulação de condições adversas que exigem corretivo pronto e eficaz.

Campina Grande progrediu, cresceu, consolidou sua posição de **cidade líder do interior nordestino**, como empório comercial, como centro de distribuição de riquezas. Durante muito tempo, conseguimos centralizar aqui o mercado dos principais produtos de exportação do Nordeste interior, principalmente o algodão. E, no rastro do algodão,

que aqui teve a sua mais alta expressão comercial em todo o Nordeste, vieram outras mercadorias, como os cereais, os minérios, os tecidos, os combustíveis, os artefatos mais diversos, que constituíam objeto de trocas entre nossa cidade e os centros principais da região e de todo o país (Revolução da Prosperidade, Programa de Metas de Rique, 1959, p. 05) (grifo nosso).

A repetição da expressão “cidade líder do interior nordestino” se tornava exaustiva com sua utilização nos meios de comunicação local, e o programa de metas de Newton Rique agora canalizava essa percepção, chamando a si a responsabilidade de realizá-la. Entretanto, a distribuição de seu escrito não chegou às mãos de todos os segmentos da sociedade, mas foi direcionada principalmente aos mais letrados como uma justificação e legitimação de sua candidatura. O seu apelo no imaginário popular teve mais um efeito simbólico, como um “livro sagrado” que não pode ser tocado, mas que sacraliza o seu autor e se torna objeto de reverência na propagação de ideias consideradas inovadoras. Na sua “teatralidade”, ele procurava legitimar-se perante os olhos da população local pela sua suposta capacidade incomparável de guiá-los rumo ao futuro.

Se a expressão “cinquenta anos em cinco” não era citada explicitamente, o apelo à percepção de “necessidade” e “urgência” do desenvolvimento da cidade fazia surtir o mesmo efeito que ocorria no contexto da política desenvolvimentista a nível nacional, com a reprodução de uma visão ampla sobre as possibilidades de crescimento que se atribuíam à cidade. Os “cinquenta anos em cinco” de Newton Rique eram análogos, em essência, ao plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek, em que o tema da industrialização ganhava preponderância diante de outros aspectos da sociedade que se pretendiam alterar, pois as propostas sobre educação e eliminação da pobreza seriam intermediadas, no discurso da campanha eleitoral de Rique, pelo tema da industrialização.

A necessidade de industrialização era colocada como o tema central de seu projeto, ao mesmo tempo em que, sob sua ótica, seria o divisor de águas na história da cidade³¹. Utilizando esse aparato simbólico de representações, Newton Rique conclamava a população a participar desse processo, discursando, em seu programa administrativo, sobre a percepção da urgência do “problema”, como segue:

³¹ Cf. Agra do Ó, 2001.

Meus conterrâneos!

Eis aí expostos vossos problemas! Eis as medidas que vos proponho para o seu equacionamento e solução. Agora que conheceis a dura realidade em que nos encontramos, **dizei-me se ainda duvidais da necessidade de caminhar mais ainda para frente**, para aprimorados métodos de governo, ao invés de retrogradar para a inconsciência e para os processos superados da política de cambalachos e de compromissos de bastidores.

Temos os nossos destinos em nossas próprias mãos. Não vos peço apenas o voto que me conduzirá ao governo de vossa cidade e de vosso Município. Peço-vos, acima de tudo, a **vossa compreensão**, a vossa ajuda e o vosso trabalho, a vossa fé e o **vosso entusiasmo nos destinos de Campina Grande**, para que eu possa realizar plenamente o programa que vos prometi. Vamos fazer a revolução da prosperidade, que terá como resultado, não a socialização da miséria, mas a democratização da riqueza. De minha parte, dar-vos-ei o meu esforço. A minha capacidade de lutar pelos vossos interesses, a minha inteira dedicação à função a que me levareis pela força irreprimível de vossos sufrágios (Revolução da Prosperidade, Programa de Metas de Rique, 1959, p. 28). (grifos nossos)

Newton Rique procurava impor-se, pelas ideias que lhe foram atribuídas, como o único caminho possível para a concretização de sonho de modernização e industrialização da cidade. Para isso apelava para a capacidade de *compreensão* dos cidadãos perante as suas propostas, na partilha de projetos de cidade em que se criava a ilusão de que toda a população participava desse processo³². Assim, Newton apelava também para a ilusão de que toda a população cidadina compartilhava do mesmo *entusiasmo* pela construção de sonhos de modernização e desenvolvimento industrial.

Enquanto se veiculava nas propagandas e cartazes distribuídos pelas ruas o perfil de político capacitado intelectual, política e culturalmente, esta mesma imagem era contraposta àquela que se creditava ao candidato Severino Cabral, representado pela imagem do analfabetismo, que vinha acompanhada de símbolos considerados “repulsivos”: “coronelismo”, “ruralismo”, “autoritarismo”, e até mesmo “comunismo”.

A “peça publicitária” de sua campanha parecia seguir o caminho inverso daquela apresentada pelo marketing eleitoral de Severino Cabral. Enquanto Cabral teatralizava a sua condição de “homem do povo”, fazendo-se valer para isso da apropriação das ideias políticas “modernas” (conforme verificaremos mais adiante), Newton Rique, de certa forma se distanciava do “povo”, mas também se aproximava dele simbolicamente na construção de sua imagem como condutor, representante exemplar dos anseios de desenvolvimento ufanista atribuídos à cidade, produzindo um misto de posturas

³² Cf. Agra do Ó, 2001.

racionalistas e sentimentais na percepção de que a cidade necessitava desenvolver-se. Essas posturas ganhavam o seu contorno dramático na apresentação de Rique aos eleitores como um modelo do perfil de cidadão, demonstrado na sua extensa preocupação em promover o desenvolvimento da cidade. O seu comportamento político assumia o tom de “espetáculo” para os olhos dos eleitores enquanto incorporava um personagem “mitológico”, criado para as sensibilidades populares com o intuito de provocar sentimentos de identificação; o arquétipo³³ do cidadão campinense, com todas as suas qualificações que melhor representassem o “espírito ufanista” da cidade, cuja grande meta era a industrialização. Como salienta Agra do Ó,

Mal aparecia no horizonte como candidato e Newton Rique já era demonstrado como uma figura de impacto, *esclarecendo* com certa pressa que isto ou aquilo era digno de atenção por parte da administração municipal. É interessante perceber, no entanto, que era visto como problema exatamente aquilo que poderia significar empecilho para a concretização de seu sonho de cidade. A prefeitura, sob a sua gestão, atenderia as demandas que cobravam um mais bem articulado sistema de distribuição de água, ou uma melhor estruturação do ensino primário, mas tudo isto era sintetizado na preocupação maior, que dava sentido a todas as outras: a **industrialização. Esta era a marca da candidatura Rique.** Sua postulação (...) galvanizava o eleitorado *esclarecido, independente, descompromissado* (AGRA DO Ó, 2006, p. 69) (grifo nosso).

Desse modo, destacamos que o esquema eleitoral apresentado pelo PTB para a campanha de Newton Rique punha em evidência o apelo racionalista do estilo da política desenvolvimentista, mas havia uma distorção na manipulação dessas ideias que se faziam representar em nome das aspirações atribuídas à cidade. Tal como havia acontecido em outras épocas na cidade, presenciava-se uma tradição político-cultural pela qual os representantes do poder (incluindo candidatos e políticos em exercício) se impunham como porta-vozes de uma concepção personalista de cidade. Esta era descrita em seus discursos quase como que se fosse possuidora de vontade própria, um sujeito quase “etéreo”, e eles, imbuídos do espírito de liderança, “captavam” as mensagens emitidas por essa “entidade”, por esse “ser” não manifesto ao qual parecia se atribuir uma “personificação” da urbe. Essa “personificação” da urbe é que produzia a

³³ A obra de Sylvestre, *Nacionalismo e Coronelismo* (1988), reflete em suas páginas a glorificação dessa imagem de Rique como maior representante das aspirações de progresso e modernização da cidade. Partindo desta percepção, Sylvestre conclui sua obra com o relato do drama da cassação política de Rique por ocasião do Golpe de 1964, apresentando este evento como um dos mais traumáticos na história política da cidade.

percepção, nas sensibilidades populares, de que *toda a cidade* sentia e pensava sobre suas questões da mesma maneira. Diz ainda Agra do Ó que

Criava-se uma mítica: era como se Newton Rique fosse o responsável por uma observação dinâmica e integrada de Campina Grande, e que este seu movimento de *grande homem* se desse exatamente no ato de ver, por sobre a aparente diversidade da vida cotidiana o seu sentido, o seu elemento interno e definidor (AGRA DO Ó, 2006, p. 94).

Daí, os candidatos à campanha eleitoral de 1959, especialmente Newton Rique, se sentiriam impulsionados a expressar aquilo que consideravam como a vontade popular, e o efeito de repetição criava a aparência de que todos os cidadãos compartilhavam do mesmo sonho ufanista de “cidade voltada para o futuro”. Com a repetição estratégica do discurso desenvolvimentista de “cinquenta anos em cinco”, reforçada ainda mais pela prévia visita do Presidente Juscelino Kubitschek no ano anterior, Newton Rique colocara em movimento a ideia da necessidade urgente de industrialização da cidade, como o principal meio econômico de garantir a realização daquela projeção cultural que enxergava a cidade como lugar privilegiado, quase semelhante a uma “Terra Prometida” que precisava ser reformulada se quisesse garantir na liderança regional. Agra do Ó fez esta observação, como segue:

Ora, um sonho perseguido pelas articulações que compunham a candidatura Rique era demonstrar que o seu candidato era o único indivíduo capaz de provocar a catalização de todas as energias que estavam latentes na alma da cidade. O projeto petebista era francamente unilinear, no sentido de que previa *um* futuro para Campina Grande e só via *uma* forma de efetivar este futuro, configurada na eleição de Newton Rique (AGRA DO Ó, 2006, p. 93).

Observamos que ambos os candidatos, na sua teatralização perante o eleitorado, representavam-se como personalidades políticas em sintonia com os valores e ideias que encontravam maior aceitação na sociedade de seu tempo. Em suas mútuas representações sobre a oposição, elaborava-se uma imagem distorcida que definia a imposição de uma barreira, dividindo o posicionamento de ambos os políticos de forma simbolicamente antagônica. Estar “do outro lado” não simbolizaria apenas a oposição corriqueira de qualquer campanha eleitoral, mas implicaria na representação do dualismo entre os defensores dos projetos de desenvolvimento da cidade, com sua carga

de significados “bairristas” e megalomaniacos, e entre aqueles indivíduos ou grupos que seriam imediatamente identificados ao passado de forma depreciativa.

1.4- As representações sobre Cabral na Campanha Eleitoral de 1959: símbolos de uma cultura política através do marketing eleitoral

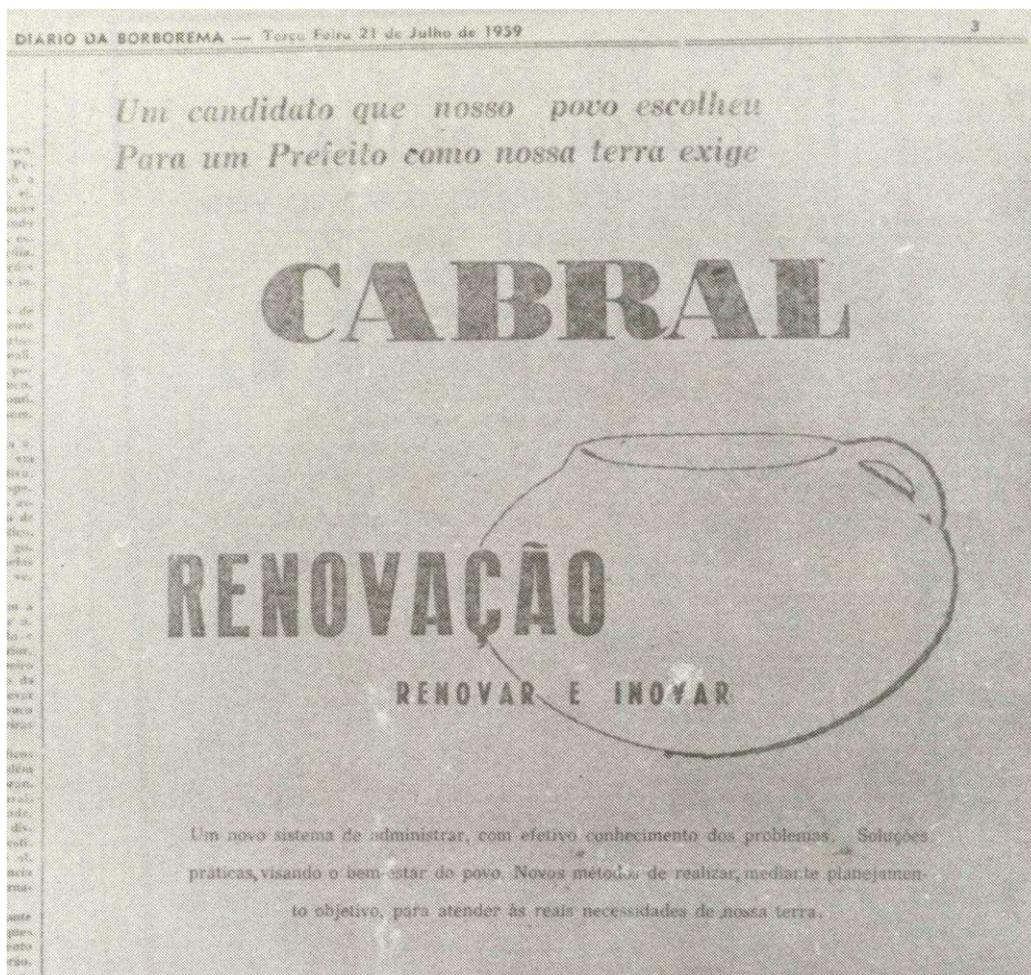
Cabral tinha sido, até então, representado por seus opositores políticos sob a rede de práticas e posturas consideradas “clientelistas” (SYLVESTRE, 1988, p.291). Cabral usava a sua experiência no cenário político de Campina Grande no sentido de conquistar a simpatia do eleitorado, e de estabelecer laços de identidade com a população mais pobre. Como rememora o jornalista Josué Silvestre (p. 177, 1988): “Depois que resolveu fazer política, (Cabral) não parou um só dia de colocar em atividade o arsenal clientelista de que dispunha como um dos homens mais ricos de Campina Grande”.

Havia sido eleito e reeleito como deputado estadual (eleições de 1954 e 1958) com amplo apoio dos eleitores campinenses, construindo uma ponte de identificação com seus eleitores na medida em que distribuía favores em troca de votos e se fazia representar igualmente como o “candidato pobre”. Essa identificação de Cabral com a pobreza seria ironizada pelo jornal Diário da Borborema, na edição de 30 de maio de 1959, por ocasião da divulgação da declaração de bens dos candidatos a prefeito de 1959. Cabral era contabilizado como tendo um patrimônio oito vezes maior que o de seu adversário Newton Rique, candidato pelo PTB (SYLVESTRE, 1988, p. 217).

Nessa guerra de representações, Rique seria pejorativamente representado pelo partido de Cabral como o “candidato do cofre”, em alusão às suas origens sociais (o Banco Industrial S. A. pertencia à sua família). A inexperiência de Rique na política também seria explorada pelo marketing cabralista naquela campanha eleitoral. O publicitário Roberto Jorge Albano, que passaria a dirigir a campanha de Cabral, se referiria a Rique como sendo “um neófito em política”, em entrevista publicada no Diário da Borborema (23/06/1959). No esforço eleitoreiro de aumentar o “abismo” da diferenciação social entre a população mais pobre e Rique, este seria também

considerado como o candidato dos “punhos de renda”³⁴, em contraste aos símbolos empregados na representação da imagem pública de Cabral, de apelo mais popular.

Um dos símbolos mais utilizados pelo marketing eleitoral de Severino Cabral era a imagem da “panela vazia”, da “panela de barro”, nos cartazes e propagandas de jornais distribuídos pela cidade:



FONTE: Jornal *Diário da Borborema*, 21 jul. 1959.

Sob o lema de “Renovar e Inovar”, insinuava-se a promessa cabralista de “renovar” o quadro social da cidade, oferecendo aos desamparados os auxílios que lhe fossem solicitados. “Renovação” era uma palavra sedutora para a população rural que havia migrado para a cidade, reforçando-lhes a esperança de reconstrução do futuro. A oficialização do assistencialismo cabralista transmitia a garantia de realização das

³⁴ Cf. ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro Araújo. “A Ciranda da Política Campinense”. IN: **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). Prefeitura Municipal de Campina Grande – Secretaria da Educação, 2000.

“promessas”: o “fichário”³⁵ de Cabral entra em cena, consistindo numa espécie de “contrato” com seus possíveis eleitores, comprometendo-os numa troca de favores (o auxílio material recebido em troca do voto). Sobre o fichário, Souza (1988) afirma:

À primeira vista, a ficha encerra o significado puro de controle da sujeição e da amarra eleitoral em relação ao “fichado”. Porém, uma análise do significado das anotações do verso da ficha, chamado histórico, fornece uma idéia mais além da simples compra de voto. A continuidade do pedir/receber por parte do eleitor, pode ser considerado uma estratégia de sobrevivência ou até de manipulação (SOUZA, 1988, p. 44).

O fichário consistia então numa espécie de “contrato” entre Cabral e seus possíveis eleitores, em que Cabral receberia o voto do favorecido, e este receberia, em troca, as doações solicitadas. Anotavam-se informações pessoais dos favorecidos, como nome, endereço, zona eleitoral e número do título eleitoral. A charge tentava insinuar o constrangimento sofrido pelos que recebiam esses favores, evocando em sua interpretação a imagem do “coronel” que compromete seus “protegidos”, pela coerção e dívida, a apoiá-lo politicamente. Entretanto, na concepção de Souza (1988) ocorre uma apropriação dos significados dessa “obrigação” pelas camadas populares, pois estas, dada a situação de miséria em muitos de seus casos, também tirariam o máximo de proveito dessa situação na cobrança das “promessas” de Cabral. Neste caso, na visão de Souza, Cabral passaria de “manipulador” a “manipulado”.

Souza (1988, p.42,44 e 46) observa que

Na filosofia do fichário estavam presentes interesses diferenciados: o fichar significava o ganho do voto; o deixar fixar-se, gozar algum benefício. Existia, pois, a convivência de diferentes interesses, onde podiam estar implícitas manipulação e reação, sem, contudo, ameaçar o projeto inicial do fichário. (...) Aparentemente contraditórios, os significados da ficha apontam, no entanto, para uma complementaridade. Por um lado, Cabral, que desejava não só controlar o voto, mas desenvolver também uma política assistencialista de doações; por outro, eleitores, efetivos ou em potencial, usavam o espaço da doação para satisfazerem necessidades, mesmo reconhecendo que “ele ajudava em interesse (...) foi o pioneiro social, dava muita receita, óculos, terreno”.

Infere-se, da fala de Souza, um reconhecimento das intenções eleitoreiras e assistencialistas de Cabral por parte dos seus potenciais eleitores, ao mesmo tempo em

³⁵ Ver Anexos.

que esses eleitores reconheciam as “boas intenções” de prática de caridade por parte de Cabral.

A promessa de “inovar” refletia, por sua vez, o clima político do final da década de 1950, em que a “inovação” consistia na aceleração do desenvolvimento econômico, representada pelo desenvolvimentismo “juscelinista”, além de prometer a modernização da cidade tão apregoada naquele contexto. Assim, “renovar” e “inovar” seriam palavras representadas pelo marketing eleitoreiro cabralista como os dois lados de uma mesma moeda, indissociáveis para a sua execução.

Por outro lado, a imagem da “panela vazia” procurava evocar uma alegada origem humilde de Cabral, a sua proximidade com os mais carentes da sociedade. A “panela de barro” era um símbolo no qual o homem do campo, sentindo-se deslocado na cidade, encontraria sua identidade facilmente. Essa imagem se contrapunha à outra imagem articulada pelo discurso político do PSD, de caráter depreciativo, na qual Newton Rique era representado pela imagem de um cofre, significando o interesse das elites. O patrimônio material de Severino Cabral, anteriormente denunciado pelo Diário da Borborema, procurava se justificar, por meio do seu marketing eleitoral, da seguinte maneira: a sua riqueza legitimava o paternalismo cabralista, o seu status de “protetor” e “pai dos pobres” na medida em que se alegava que o uso de seu dinheiro era direcionado ao saneamento dos males sociais. Souza (1988) afirma que

O comportamento político de Cabral permitiu fazer aproveitamento de sua condição de “rico”, assumindo essa condição com a perspectiva de “dividir”, “doar”, “ajudar”. O que poderia, então, ser motivo de afastamento do eleitor, caminhou no sentido inverso: serviu de ajuda para a campanha (SOUZA, 1988, p. 33).

Na edição de 23 de junho de 1959, o Diário da Borborema apresentava aos seus leitores uma entrevista com Roberto Jorge Albano, na qual o marqueteiro político deixava entrever o poder simbólico de uma pesquisa eleitoral na construção de uma imagem vitoriosa de seu candidato:

“Não tenho nenhuma fórmula atômica, mas as possibilidades são de Cabral”

“Já retornou a Campina Grande desde ontem, onde vem dirigir a campanha política do Deputado Severino Cabral, o conhecido técnico R. J. Albano, que durante onze dias realizou um intenso trabalho de pesquisas no município, verificando a verdadeira posição dos candidatos no meio do eleitorado. **Falando ao Diário, o Sr. Albano,**

que declarou ter vinte e dois anos de experiência nesses serviços, tendo dirigido importantes campanhas políticas no Brasil e exterior, como, por exemplo, as dos Srs. Jânio Quadros, em São Paulo, Cid Sampaio, em Pernambuco, Truman, Eisenhower e Nelson Rockefeller, nos Estados Unidos, afirmou ser favorável ao deputado Severino Cabral, a situação de Campina Grande.
(grifo meu)

Embora houvesse a pretensão, por parte de Albano, de se colher os resultados dessas pesquisas de forma precisa e imparcial, fica evidente que a divulgação dos resultados por meios midiáticos, dependente de resultados favoráveis ao seu candidato, era explorada de forma a se criar, para o eleitorado, um deslumbramento diante da imagem de conquista. Percebe-se então o efeito político de um dado instrumento de marketing eleitoral, neste caso, a pesquisa sobre intenções de voto, podendo incidir sobre as percepções e sensibilidades políticas da sociedade campinense, levando-se em consideração que as pesquisas sobre intenções de voto eram algo inédito no cenário político local, refletindo nesse ineditismo o mesmo deslumbramento diante da introdução dessas técnicas de marketing eleitoral em outras partes do país durante a década de 1950, como em São Paulo e Pernambuco, citados no DB. Cabe salientar que não foi propriamente Albano quem introduziu a utilização dessas pesquisas eleitorais durante a década de 1950 no país, mas a ele credita-se, como pioneiro, a manipulação publicitária dessas pesquisas em campanhas eleitorais dirigidas por ele³⁶. Referindo-se a Rique:

“Disse que não tem o menor fundamento a notícia espalhada pelos adeptos do Sr. Newton Rique de que os resultados de suas pesquisas tenham sido favoráveis ao candidato do PTB. Muito ao reverso disso, os elementos colhidos no trabalho de sua equipe foram todos amplamente satisfatórios ao Sr. Severino Cabral. (Diário da Borborema, 23 de Junho de 1959)

Havia ficado evidente, para os dirigentes da campanha de Rique, que o poder simbólico da pesquisa eleitoral como propaganda política poderia influenciar a opinião do eleitor pelo deslumbramento diante da introdução desse recurso na cidade, mas que esse efeito do simbólico

³⁶Segundo o jornalista Ciro José Peixoto Pedroza, em sua Dissertação de Mestrado ‘Comunicação Política em cena: atores, cenários e espetáculo eleitoral (Natal, 1960)’, defendida na Universidade de São Paulo (USP, 2003), Albano foi pioneiro em marketing político no país, tendo contratado o pernambucano Pedro Alencar, considerado pelo autor como pioneiro das pesquisas eleitorais no país, para a campanha eleitoral de 1960 para o governo do Estado do Rio Grande do Norte, defendendo a candidatura de Aluísio Alves (PSD).

poderia ser revertido através do boato antecipado ao resultado da pesquisa. Daí surge a resposta de Albano na entrevista, em tom depreciativo:

“O Sr. Newton Rique é ainda politicamente um neófito, e segundo revelam os elementos que tenho em mãos, o Senador Argemiro de Figueiredo não conseguiu até hoje transferir ao mesmo o seu prestígio pessoal, mesmo por que isso é um fato que depende de vários fatores, inclusive de psicologia das massas”. Prosseguindo em suas declarações, **o Sr. Albano disse que nenhuma campanha política, hoje em dia, pode ser dirigida a não ser através de um trabalho técnico de pesquisas, e com apoio absoluto nas massas,** que é quem tem tarefa de seleção dos candidatos, nos regimes democráticos. Frisou, entretanto, que não dará nenhuma publicidade aos seus trabalhos, pois isso seria fornecer armas aos adversários do Sr. Severino Cabral (...). (grifos meus)

Havia na linguagem política local essa tendência em se identificar grandes blocos de poder representados no personalismo político. O nome de Argemiro era um dos mais recorrentes na exaltação das virtudes e defeitos de liderança política, dentro da cidade, feita pelos principais meios de comunicação. Em seu trabalho de autoafirmação como orientador dos movimentos da campanha eleitoral de Cabral, Albano procurava semear a ideia de que o trabalho com pesquisas eleitorais era crucial na propagação da imagem de vitória do candidato por ele dirigido.

O jornalista Josué Sylvestre (1988, p.205-206) havia apelidado Jorge Albano de “bruxo Albano” por causa da versatilidade de seu esquema marqueteiro criado para a campanha de Cabral, cujo conteúdo era envolto em mistérios. A discrição de Albano quanto às suas táticas utilizadas nessa campanha fizeram com que se tecessem indagações, por parte dos dirigentes da campanha de Rique, sobre o real efeito de seu trabalho junto a Cabral. Sylvestre salienta que, num primeiro momento, Albano havia se tornado um mito no imaginário político daquela campanha, tão esquivo à publicidade havia se demonstrado, a tal ponto que muitos sequer acreditavam que ele existia.

Embora não admitisse publicamente, havia ficado evidente que Albano dirigia a campanha de Cabral como um todo, e que, como foi implicitamente exposto em sua entrevista ao DB, enxergava em Cabral um visionário político que bem sabia explorar sua própria imagem diante das massas. Esse personalismo ao redor da figura de Cabral, herdado do populismo varguista, foi um dos principais temas publicitários utilizados por Albano nas representações da imagem de Cabral para o eleitorado. Nos símbolos e representações que foram criados durante aquela campanha eleitoral, o trabalho de

marketing eleitoral de Albano criaria seus próprios símbolos e ressignificaria outros que eram usados para depreciar a imagem de Cabral.

Na sua edição de 27 de Julho de 1959, o jornal *Diário da Borborema* permitiria a publicação em suas páginas de uma charge que bem refletiria o círculo de representações que se impunha através de símbolos ou imagens que identificavam Cabral ao retrocesso político, social e cultural da cidade:



FONTE: Jornal *Diário da Borborema*, 27 jul. 1959.

A utilização de imagens e símbolos, como os presentes nessa charge, representando os candidatos, revelaria o caráter simbólico dos recursos de produção de sentidos utilizados nessa campanha eleitoral. Recursos aparentemente simples, como as

ilustrações e charges que apareciam nos jornais do período, condicionavam, sob a forma de símbolos políticos, a produção de significações diversas no imaginário social, muito embora a interpretação desses signos variasse de acordo com a perspectiva social de quem os viam.

A intencionalidade da charge era de representar os medos e aspirações de indivíduos comuns, ainda que representados pelos indivíduos ditos mais “esclarecidos” do marketing eleitoral. A charge em questão foi elaborada pelo marketing eleitoreiro do PTB, sem autoria individual assinada, como era de costume nos espaços da mídia cedidos à propaganda eleitoral. Desse modo, podemos ver também as inferências pejorativas ou preconceituosas dos marqueteiros eleitorais sobre essa mesma população que alegam representar. É o caso do preconceito social subjacente ao título da charge. O “povo”, representado na charge pela multidão correndo apavorada, é “castigado” por mergulhar de cabeça no esquema assistencialista de Cabral, apesar da imagem de “vítima”.

O papel da imagem na representação política atende a interesses de grupo, interesses que são concretizados na medida em que tais símbolos são veiculados e reproduzidos com significados que variam de acordo com quem os manipula. Deduzindo-se da ideia de “castigo” expressa no título da charge, as imagens apresentadas buscavam denotar em si uma aparência de “realidade”, evocando signos do passado que ali se demonstravam para “assombrar” a opinião pública e provocar o efeito de aversão ao “retorno” do passado. Chartier (1991), citando o conceito de representação para as sociedades do Antigo Regime, na Idade Moderna, nos situa diante da ideia de substituição de um objeto ou pessoa “ausente” por uma imagem que lhe represente simbolicamente:

(...) Nas definições antigas (...), as acepções correspondentes à palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditório: por um lado, **a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado**; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, **a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é.** (...) Outras imagens funcionam num registro diferente: o da *relação simbólica* que, para Furetière, é “a representação de algo de moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais (...). O leão

é o símbolo do valor, a bolha a da inconstância, o do pelicano o do amor materno". Uma relação decifrável é, portanto postulada entre o signo visível e o referente significado – o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal como deveria ser (CHARTIER, 1991, p. 184). (grifos nossos)

Percebe-se na charge a atribuição de valores morais aos símbolos identificados a Cabral, valores que permitem decifrar, enquanto texto (mas não como verdade revelada), as peculiaridades do pensamento político, religioso, social e cultural de uma época. A imagem da charge, em sua substituição ao “objeto ausente” (neste caso, Cabral, representado apenas pelo seu “Pé de Chumbo”) era livremente manipulada em seus múltiplos e possíveis significados. Nesta charge, articulada pelo marketing eleitoreiro da candidatura de Newton Rique, apelava-se para a exacerbação dos simbolismos expressos nas diversas representações sobre os atos e posturas de Severino Cabral. Expunham-se na charge as características atribuídas ao perfil político de Cabral e sua atuação política ao longo da década de 1950, pela qual saía estigmatizado como um político retrógrado nas representações inferidas na charge, a imagem personificada do atraso político e cultural da cidade.

A referência à ideia de “castigo”, expressa no título da charge, também transmitia a percepção de que o governo de Cabral ameaçaria as conquistas entendidas como realizadas pela administração do então prefeito Elpídio de Almeida. Segundo Araújo (2000)

(...) o Prefeito Elpídio de Almeida vinha realizando uma administração que se enquadrava nos parâmetros “desenvolvimentistas” (...). Em agosto de 1958, havia sido aprovada uma lei que isentava os impostos das novas indústrias, beneficiando também as indústrias sem similares que tivessem se instalado há 5 anos (ARAÚJO, 2000, p. 90).

A menção ao “pé de chumbo” simbolizava a austeridade dos “tempos coronelistas”, onde o peso da autoridade definia a política de Cabral. Com essa ideia, a charge do jornal transmitia aos seus leitores a compreensão de que o governo de Cabral seria exercido com “pé de chumbo”. Significaria a ideia da expressão popular “mão de ferro”, o autoritarismo ao qual se conjugava, pela visualização da cena, a imagem do pânico da população que tentava fugir ou mesmo “exorcizar” os “fantasmas” do

passado: coronelismo, clientelismo, ruralismo, atribuídos à imagem de Cabral. Porém, Araújo (2000) afirma que

No decorrer da campanha política, a alusão à falta de cultura do candidato Cabral, considerado pejorativamente pelos seus adversários como “Pé de Chumbo”, serviu para a polarização entre os candidatos, passando Newton Rique a ser considerado o candidato de “punhos de renda” da classe rica e Cabral, o **“Pé de Chumbo”, “gente simples como nós”, o candidato das classes pobres** (ARAÚJO, 2000, p. 91) (grifo nosso).

Desse modo, pela apropriação cultural na interpretação dos signos, o PSD de Cabral modificava totalmente o sentido original da expressão “Pé de Chumbo”, sob a supervisão do publicitário Jorge Albano na ressignificação desses símbolos. Uma interpretação que se tornou possível graças à ressignificação dos símbolos pelo trabalho de Albano seria a ideia de que o “chumbo”, enquanto símbolo de modéstia, se anteporia, simbolicamente, ao “ouro” do “cofre”, imagem esta também criada pejorativamente pelo pessoal de Cabral para denotar as origens sociais de Rique (SYLVESTRE, 1988, p. 217). Assim, o “chumbo” perderia a sua conotação original de rigidez e austeridade (arquitetada pela propaganda política de Rique expressa na charge) para ser interpretado como um símbolo de uma suposta simplicidade social de Cabral. “Chumbo” e “ouro” são assim representados como símbolos da posição social dos candidatos, e o apelo carismático de Cabral diante da população mais pobre seria explorado de modo a tirar vantagem sobre essa luta de representações.

A charge acusou explicitamente as práticas clientelistas de Cabral ao referir-se à ao “fichário”. Segundo Sylvestre (1988, p. 299), Cabral não escondia o uso dessa prática na consolidação de sua imagem, com esse esquema estando em pleno uso em 1959, e continuaria em uso durante sua gestão como prefeito.

A seguir, a charge também explorava o tema do “analfabetismo”, possibilitando duas interpretações que se combinam para delinear o círculo de representações sobre Cabral. A primeira interpretação alude à “premissa da educação”, um dos componentes do chamado trinômio da “Revolução da Prosperidade”, o programa de governo de Rique. O tipo de educação apregoado era o da formação dos indivíduos para a sua inserção no mercado de trabalho, no panorama do advento da indústria; mas, segundo Agra do Ó (2006), divulgava-se também a necessidade de conscientizar a população

quanto às possibilidades de modernização, tornando-a parte do processo, através da modelagem do indivíduo que se constituía como cidadão educado, pois “a realidade precisava ser transformada a partir de suas crenças, e um passo fundamental aí residia na mudança da substância deste elemento perturbador, o *povo*” (Agra do Ó, 2006, p. 112).

A esta interpretação sobre a proposta de educação de Rique se sucede, pela agressividade crítica da charge, a ridicularização da formação cultural de Cabral, que era apresentado como “analfabeto”, e, portanto, considerado inapto para se adequar ao clima desenvolvimentista e modernizante que se anunciava, no qual a educação teria papel preponderante segundo a “Revolução da Prosperidade”. A depreciação da imagem de Cabral como analfabeto naturalmente se coadunava com o “fantasma” do analfabetismo que “rondava” as camadas mais pobres da população, assim como também se coadunava com as outras representações depreciativas presentes na charge. A charge seguinte, dando ao símbolo de Cabral o nome de “panela da corrupção”, seria outro recurso da campanha de Rique a explorar a imagem veiculada sobre Cabral, na associação que se fazia entre analfabetismo, ignorância e corrupção:



Fonte: Sylvestre, 1988, p. 228.

Voltando à primeira charge, não bastando a sua depreciação como “o candidato analfabeto”, havia a acusação, de ordem estritamente político-administrativa, referente às “negociatas” de Cabral. Sylvestre (1988, p.290), fornecia uma indicação de como Cabral, no ano de 1947, se ofereceria, em sua condição de empresário, para financiar a candidatura de Elpídio de Almeida naquele ano. Daí por diante, o patrimônio material de Cabral seria alvo constante de crítica por seus adversários políticos, embora a sua representação popular o aproximasse dos anseios da população local. Como já foi mencionado anteriormente, na sua edição de 30 de maio de 1959, em uma reportagem intitulada “Quem é o candidato rico?”, o *Diário da Borborema* já havia publicado a declaração de bens de ambos os candidatos, com o intuito de expor que o patrimônio de Cabral era muito maior que o de Rique.

Nessa troca de acusações sobre corrupção, Lúcio Rabelo, candidato a vice-prefeito na chapa de Cabral, utilizaria o jornal *Evolução* (do qual era um dos fundadores), em sua edição de 16 de julho, para fazer uma denúncia intitulada “Em pânico os depositantes do Banco Industrial” (SYLVESTRE, 1988, p.251). A alegação era a de que Rique usava o dinheiro dos depositantes do Banco Industrial, patrimônio de sua família, para financiar a sua campanha. A denúncia, considerada infundada, causou grande impacto nas reações e respostas do PTB, acarretando ao mesmo tempo no processo judicial de Lúcio por João Rique (pai de Newton). Assim, a charge publicada, cerca de duas semanas depois do ocorrido, e às vésperas de eleição, manteria a temática da corrupção em sua acusação das “negociatas” de Cabral, e acirraria esse conflito de representações sobre corrupção, ao mesmo tempo em que expunha o antagonismo ideológico entre os dois citados jornais, que se colocavam em lados opostos durante a campanha.

O comunismo é referido na charge e junto com ele as suas representações durante aquele período político. Essa menção deixa claro como no decorrer desta eleição o marketing de Rique recorria à rememoração do comunismo, melhor dizendo das versões que se criaram sobre ele, como também a sociedade campinense de então imaginava o comunismo, projetado enquanto discurso na memória oficial³⁷. Cavalcante Neto (2005, p. 106) demonstra como o processo de “redemocratização”, no período entre 1945 e 1947, conservou os mecanismos repressivos da ditadura varguista,

³⁷ Sobre o PCB Paraibano no Imaginário Social (1945-1953) ver Cavalcante Neto, 2005.

acarretando na demonização do comunismo pelo poder instituído mesmo durante a instauração do PCB em Campina Grande.

A Igreja Católica teve papel preponderante nesse processo condenatório, utilizando sua influência moralizante no contexto político de então. Essa visão sobre o comunismo se cristalizou no imaginário social durante aquele período, constituindo uma cultura política específica: a depreciação política do comunismo no imaginário social em Campina Grande.

Durante a década de 50, no contexto desenvolvimentista, a Igreja passaria a se adequar à nova realidade social, ao mesmo tempo em que incorporaria formas mais amenas de combate à “ameaça comunista”. A instituição religiosa absorveria o apelo popular latente do comunismo, através das práticas assistencialistas adotadas durante esse período. Essas práticas assistencialistas ancoravam-se no padrão “populista” de política, como salienta Araújo (2000):

É patente, pois, a ligação da Igreja com as formas mais representativas da estrutura de poder na cidade. Diante do processo de mudança em curso, a Igreja, inserida de forma privilegiada no social, aderiu ao pacto populista (principalmente a sua ala mais progressista) para a realização das transformações sem “traumas” (RIBEIRO, 2000, p. 89).

Assim, já no contexto da campanha de 1959, ocorreria a apropriação simbólica pela Igreja de certos impulsos assistencialistas ou socializantes que seriam identificados com o comunismo sob outras circunstâncias.

A paranoia da acusação ao comunismo, expressa na charge, denunciava também a rivalidade entre os jornais *Evolução* e *Diário da Borborema* durante a campanha eleitoral. Em diversas ocasiões, o jornal *Evolução*, alinhado a campanha eleitoral de Cabral, tinha sido acusado de fazer apologia ao comunismo, com suas reportagens de cunho nacionalista que criticavam a política internacional “imperialista”, defendendo apaixonadamente o patrimônio da indústria nacional “autossuficiente”, quase sempre simbolizado pela Petrobrás. Em 23 de agosto de 1958, quando suas alianças políticas na cidade ainda não haviam sido definidas, o jornal lançou um editorial trazendo no título a indagação “um jornal comunista?”:

Este jornal, desde o primeiro número, tem, como prometeu, mantido uma linha de absoluta independência política, procurando **defender unicamente os interesses da coletividade, principalmente da classe dos trabalhadores**, que são os maiores sofrendores de todo o

desajustamento social. (...) Entretanto, o pagamento que temos recebido são campanhas de infâmias e injúrias de toda espécie. Já disseram que EVOLUÇÃO estaria vendido ao PSD, ao PTB, à UDN, a Argemiro e mais a alguns outros. (...) Agora espalham que EVOLUÇÃO é um órgão comunista. É comunista, argumentam, porque **só fala em interesses dos trabalhadores**, em luta anti-imperialista, em falta de assistência aos necessitados, **em exploração dos operários**, nas injustiças sociais; além disso, só vive a criticar os erros das autoridades administrativas do município, do Estado e da União; ainda acha também de verberar contra os partidos políticos em geral, e sua completa ausência de programas condizentes com as atuais condições sociais da nação. É comunista porque não tem medo dos poderosos e mostra ao povo como os ricos espoliam a miséria dos pobres. (...)

Bem. O leitor vê que EVOLUÇÃO tem procurado combater os erros e as injustiças e defender a verdade e os oprimidos. (...) Apontamos os fatos e comentamos os defeitos e as virtudes. Depois chega alguém e lhe diz: “esse jornal é comunista”. Que vai ele pensar? “Ah, então comunismo é isso?” – “Ser comunista é falar a verdade, é defender a justiça, é combater os erros, é estar ao lado dos mais fracos?” – “Como eu estava enganado a respeito dessa ideologia!” Perguntamos, novamente, quem ganhou? Foi o povo, foi EVOLUÇÃO, foram os que se aperrearam com as nossas críticas justas e indestrutíveis ou foram os comunistas? (grifos nossos)

É fundamental considerarmos algumas implicações quanto às influências do comunismo sobre o imaginário social brasileiro a partir de 1945, período em que ocorre a redemocratização a partir do fim da ditadura do Estado Novo³⁸. Em seu esforço de captação das simpatias populares, Getúlio Vargas havia se aproximado e se apropriado de certos elementos dos discursos das esquerdas, anistiando líderes comunistas como Luís Carlos Prestes, ao mesmo tempo em que o Partido Comunista Brasileiro entraria para a legalidade, lançando candidato próprio ainda naquele ano já no contexto do fim do governo de Vargas e da redemocratização. A imagem que se procurava propagandear era a de que os mais diversos segmentos políticos e sociais estavam do lado de Vargas, e lutariam pela causa do *povo*, dos trabalhadores, contra a deposição do ditador. A anistia e legalização do PCB concorreram para a construção do sentimento de união nacional, e do “queremismo” (pela permanência de Vargas no poder). Na postura de Severino Cabral em tentar concatenar diante de si os impulsos políticos de maior apelo popular, percebemos uma emulação da própria trajetória política de Vargas no seu papel de político conciliador e apaziguador das diferenças no fim do Estado Novo. Não

³⁸ Cf. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). (SANTANA; SILVA, 2007)

inferimos que Cabral conscientemente produzia essa emulação, mas sim que a memória sobre as tramas políticas em torno da figura de Vargas deixaram raízes profundas no imaginário político e social da nação, e essa memória se converteu em um forte referencial simbólico para a construção das identidades políticas que desabrocharam nos anos seguintes.

No contexto em que esse editorial do *Jornal Evolução* foi redigido, ainda não havia ocorrido a aliança entre o PSD de Cabral e os nacionalistas de Campina Grande. Desde sua criação, essa associação entre a ideia de *povo*, trabalhadores e nacionalismo era o principal suporte argumentativo do *Jornal Evolução* contra os “imperialistas”. Percebe-se que, no fim da década de 1950, os ideais nacionalistas e trabalhistas, de inspiração varguista, se confundiam, em parte do imaginário político e social daquele período, com as representações depreciativas sobre o comunismo. Por isso, o jornal expressava também, em suas páginas, a preocupação social com os “oprimidos”.

Desse modo o pensamento considerado como “subversivo” (ou comunista) do referido jornal seria implicitamente confrontado, na imagem pitoresca da charge do *Diário da Borborema*, pela “alternativa” assistencialista da religião, representada pelo padre “empunhando” a cruz. Pois no seu discurso oficial, a Igreja Católica continuaria combatendo o comunismo. Entretanto, uma outra situação é verificada na forma como a Igreja se posicionou politicamente durante a campanha de 1959, como veremos abaixo.

Segundo Souza (1988), a Igreja não se posicionava oficialmente sobre que lado apoiava. A mesma autora analisa que “ainda que publicamente a Igreja não tenha tomado posição, ficou registrado na memória social que, na campanha de 1959, uma parte do clero apoiara Severino Cabral” (SOUZA, 1988, p. 40). Isso entraria em conflito com a declaração pessedista em propaganda veiculada no *Diário da Borborema*, citada por Souza (1988, p. 40): “À família católica e evangélica de Campina Grande: os comunistas estão com Cabral porque elerepresenta os verdadeiros anseios do povo campinense”. (*Diário da Borborema*, 08 jul. 1959). Estrategicamente, o marketing cabralista afirmava que os comunistas estavam com Cabral, mas não o contrário. Cabral era então apresentado como um conciliador de tensões políticas e culturais, com a carga simbólica de sua liderança legitimando essa conciliação.

Em sua estratégia, Cabral procurava captar as tendências que encontrassem maior aceitação popular, e a assimilação do comunismo, enquanto simbólica, não comprometia o apoio das alas mais progressistas da Igreja ao assistencialismo cabralista. Nem fazia com que a Igreja apoiasse oficialmente qualquer um dos

candidatos. Porém, o PTB de Rique continuaria explorando a alegada vinculação de Cabral ao comunismo, ao mesmo tempo em que se apropriava da imagem da Igreja, expressa na imagem do padre “empunhando” a cruz, verificada na charge. Assim, enquanto a instituição religiosa não apoiava publicamente qualquer um dos candidatos, ela ao mesmo tempo abria espaço para que ambos os candidatos se fizessem representar, em suas teatralizações, pelo apoio da Igreja, comprovando a importância atribuída à moralidade religiosa no desenrolar daquela campanha.

A charge apresentada às vésperas da eleição não influiu drasticamente nos resultados daquela campanha. Severino Cabral se sagrou vitorioso, com uma diferença de 1716 votos a seu favor³⁹. Porém, a charge se mostra reveladora das manobras políticas através das quais Cabral conseguiu se desvencilhar de representações desfavoráveis sobre si, garantindo o sucesso de sua campanha eleitoral. Pela força do marketing eleitoral cabralista, o que ocorreu foi uma inversão dos significados das representações expressas na charge estudada e sua reordenação em consonância com representações sobre Cabral já conhecidas por seus eleitores.

O que podemos verificar, nas representações inferidas na charge apresentada, são as diferentes interpretações que se extraem nas suas imagens. Essas imagens traduzem a formação de uma cultura política na história da cidade, de representações que foram partilhadas no imaginário social através das décadas. Os símbolos contidos na charge se expressaram sob a forma de lutas de representações no campo político, cultural e social, como, por exemplo, a distinção entre o futuro e o passado, o “moderno” e o “arcaico”, “industrialismo” e “ruralismo”, Igreja e comunismo.

A canalização de símbolos e representações que estavam em circulação durante a primeira metade do século XX é que favoreceria o auge da construção de uma cultura política na cidade, cuja rede de representações faria com que os candidatos funcionassem como os “elementos receptores” desses impulsos simbólicos. Nesse sentido observamos como Cabral utilizou a “desordem” social então vivida para montar uma suposta ordem. Diante desse círculo de representações, evidenciava-se a manipulação do imaginário social por via de uma “teatralização do poder”. No papel a ele atribuído de “distribuidor de favores”, o candidato pessedista não abandonava a sua condição simbólica de homem poderoso nos moldes do “coronelismo”, pois a sua figura

³⁹ Cabral ganhou a eleição com 52,7 % dos votos válidos, contra 47, 2 % de Rique. O total de eleitores chegou a 38.785. Destes, 16.483 votaram em Cabral, contra 14.767 eleitores de Newton Rique (Sylvestre, 1988, p.269). Dados também disponíveis no *website* do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba: <http://www.tre-pb.jus.br/>.

considerada paternalista e autoritária de certa forma substituía a antiga convivência dos migrantes com os grandes proprietários rurais e poderosos de suas cidades de origem e a sua campanha soube manipular imagens que aparentemente seriam uma ameaça ao seu sucesso eleitoral, convertendo as possíveis adversidades dos símbolos a seu favor.

Neste jogo “teatralizado” da ambivalência política e social de Cabral, o seu próprio poder se reforçava ao mesmo tempo em que também se reforçava o destaque da sua crescente liderança política na cidade de Campina Grande. Essa liderança política encerrava dentro de si a contenção simbólica da desordem social corriqueiramente representada pela migração rural, sintonizando-se com a assimilação dos anseios populares e garantindo a ordem social por meio da aproximação e absorção do que era representado como a desordem.

CAPÍTULO 2

REPRESENTAÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE: OUTRA IMAGEM POLÍTICA DE SEVERINO CABRAL (1958-1963)

O presente capítulo trata das manobras políticas na construção e veiculação de imagens sobre o prefeito Severino Cabral que se consolidaram no imaginário popular, através das representações sobre seu estilo político que destoavam das suas representações mais tradicionais na cidade de Campina Grande. Partindo da constatação de que a campanha eleitoral de 1959 foi crucial como auge e ponto de virada dessas representações sobre Cabral e sobre a cidade, analisaremos neste capítulo as formas de como Cabral se apropriou dos diferentes discursos políticos que se evidenciaram entre a década de 50 e 60, efetuando uma espécie de “metamorfose” na representação de sua identidade política diante do povo, caracterizada pela teatralização de suas aspirações e planos administrativos tendo como referencial simbólico as representações da campanha eleitoral de 1959.

Assim, no primeiro tópico deste capítulo, procuraremos expor, em termos mais gerais, as teatralizações de Cabral na reelaboração de sua imagem política diante da sociedade campinense, enfatizando o aspecto de “excentricidade” na representação de sua imagem perante seu eleitorado, no seu esforço de tecer um elo de identificação com a população campinense. Essa “excentricidade” seria reforçada, como veremos, na ambivalência de seus atos e gestos durante sua gestão como prefeito e em sua trajetória como político de um modo geral.

No segundo tópico, abordaremos os planos administrativos de Cabral no início de sua gestão nas suas representações de imagens modernizantes sobre a cidade, ancoradas sob a perspectiva da política desenvolvimentista. Essas imagens sobre a cidade contrastariam, como veremos, com a orientação ruralista de sua gestão como prefeito, período em que distritos que compunham o município de Campina Grande receberiam uma maior atenção. Fazendo uma ponte com o tema do tópico anterior, analisaremos essas oscilações em sua agenda administrativa enquanto expressão da ambivalência e “excentricidade” de suas teatralizações do poder.

2.1 Uma metamorfose na imagem política de Severino Cabral: sua inserção em uma cultura política campinense

“Todo mundo já conhece
 Seu Cabral é gente fina
 E como pai da pobreza
 Já o povo o denomina
 É o candidato Bizarro
 Da panelinha de barro
 Quem vai melhorar Campina”

(Manoel Camilo dos Santos, 1959)⁴⁰

Atribuir o adjetivo “Bizarro” à representação de uma personalidade política como Severino Cabral, expressa no cordel de Manuel Camilo, poderia expressar o sentimento de desdém político em certos contextos políticos, sociais e culturais. Pois a ridicularização de um oponente, no contexto de um embate político tão acirrado como uma campanha eleitoral, encontraria corriqueiramente seu espaço no palco das teatralizações políticas que buscam representar este ou aquele candidato de forma a manchar sua imagem política.

Diversas representações sobre os candidatos a prefeito foram construídas durante a campanha eleitoral de 1959 em Campina Grande. E em muitas ocasiões essas representações construídas foram deliberadamente invertidas em suas significações, de modo a favorecer a apropriação das representações de um candidato pelo outro. É o caso da referida qualificação de “bizarro”, dada à pessoa do candidato Severino Cabral que, assim como a expressão “pé de chumbo”⁴¹, inicialmente denotava uma imagem política negativa.

⁴⁰ Manoel Camilo dos Santos (09 de Junho de 1905- 09 de abril de 1987) foi um escritor, violeiro, repentista e poeta popular. Em 1957 introduziu em Campina Grande uma tipografia que, no contexto da campanha eleitoral de 1959, passaria a se chamar “A Estrela da Poesia”, onde naquele ano seria impresso o cordel sobre Cabral, entre tantos outros.

⁴¹ O então vereador Raymundo Asfora (PTB) havia criado o apelido em seu sentido pejorativo, ironizando o porte “avantajado” de Cabral. O publicitário Jorge Albano, pelo marketing do PSD, apropriou-se do termo e passou a usá-lo como símbolo da campanha e de Cabral. A partir de então, segundo Sylvestre (1988, p. 217), “Pé de Chumbo” passou a representar força, determinação, coragem, vigor, para derrubar e derrotar a candidatura do PTB de Newton Rique.

Esse tipo de dualidade nas significações dos símbolos revela o caráter coletivo das representações incidindo nas percepções do imaginário popular, produzindo resultados diversos. Peter Burke, em sua obra *A Fabricação do Rei (A Construção da Imagem Pública de Luis XIV)*, aponta para o sentido ambíguo do termo “representações coletivas”, no seu estudo das representações sobre o “Rei Sol”, mais especificamente sobre a fabricação de sua imagem e sua mitificação nas sensibilidades populares, na França do fim do Século XVII:

“Uma vantagem do termo “representação” é que ele pode se referir não só aos retratos visuais e literários do rei, à imagem projetada nos meios de comunicação ou por eles, mas também à imagem recebida, a imagem de Luís na imaginação coletiva ou, como dizem os historiadores e antropólogos franceses, as “representações coletivas” da época. A desvantagem da expressão “representações coletivas”, pelo menos em inglês, é dar lugar à suposição de que todos têm imagens idênticas do rei, ou até de que existe de fato uma imaginação coletiva, segundo o modelo do inconsciente coletivo de Jung. (BURKE, 1994, p. 21)

O autor do cordel se apropriou do discurso que ridicularizava e representava Cabral como sendo um indivíduo analfabeto, “desengonçado”, rude, insensível às mudanças políticas e culturais que se anunciavam à sociedade campinense (principalmente por meio dos discursos sobre modernização e progresso), e reintroduz em seus versos uma nova significação: a das peculiaridades na pessoa de Cabral, o “candidato Bizarro”, sua excentricidade em sintonia com o clima político do final da década de 1950; um contexto político-cultural que bem poderia ser considerado “excêntrico”, diante da avalanche de intrigas políticas no âmbito estadual e municipal (como veremos mais adiante), de apropriações simbólicas e discursivas por parte de seus atores políticos, de representações de exaltação sobre a cidade, e de representações que conferiam à cidade imagens de modernidade e progresso.

Assim, essa “inversão de papéis” e ressignificação dos símbolos políticos se verificariam nas representações que se construíram sobre Cabral antes, durante e após a campanha eleitoral de 1959, tecidas tanto por populares contemporâneos (indivíduos “ilustres” ou comuns, políticos ou não) quanto pelo seu marketing eleitoral, bem como pelos meios de comunicação de massa (importantes veículos de propagação dos discursos e ideias políticas).

Aqui, no verso do cordel, se refere às excentricidades do seu estilo de fazer política, que se fundiram ao imaginário popular sobre sua pessoa. Porém, pode-se afirmar que o seu estilo político considerado excêntrico ou “bizarro” não se restringiu aos seus trejeitos, gestos, posturas e falas nas representações cênicas do palco político, nem na rememoração de suas inúmeras gafes públicas, recontadas por populares. Mas, de certa forma, o estilo “cabralista” ostentou-se em uma visão política conciliadora que fazia com que Cabral e seus partidários buscassem se apropriar de toda uma gama de ideias e pensamentos em voga no turbulento cenário da política nacional de fim da década de 50 e início da década de 60. Ao mesmo tempo, procuravam combinar o que havia de “novo” ou “moderno” com os traços políticos mais característicos e tradicionais de “Seu Cabral”, às vezes descrito como sendo “coronelista” e “populista”.

É correto afirmar que esse efeito conciliador pode, na prática, ser atribuído às representações e encenações arquitetadas por qualquer ator político. Mas, na maré das representações do universo político de Campina Grande, rememorando sua história de lutas por modernização, progresso, cultura e desenvolvimento social no Século XX, e associando essa história ao peculiar imaginário social de glorificação da cidade, cujos discursos, no parecer deste estudo, se fariam ressoar de forma mais acentuada no contexto desenvolvimentista do final da década de 1950 e início da década de 1960, Cabral surge, na virada das décadas, como uma figura política arquetípica, que saberia assimilar, na construção de sua imagem pública, a ebulição política e cultural própria de sua época.

Cabral vinha de dois mandatos consecutivos como deputado estadual (1950 e 1954) e de uma derrota para Elpídio de Almeida nas eleições de 1955, para prefeito da cidade. Sylvestre⁴² (1988, p. 85) se refere a Cabral da seguinte maneira com relação a esta última eleição: “A coligação (PSD e PL), dispunha de um candidato natural, o empresário Severino Cabral: comerciante, banqueiro, grande proprietário rural e um dos mais votados deputados estaduais da Paraíba em 1950 e 1954”.

⁴² O jornalista e historiador Josué Sylvestre evocava em sua obra *Nacionalismo e Coronelismo – Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964)*, as suas próprias memórias políticas. A obra teve a sua primeira edição em 1988. Posicionava-se, do seu ponto de vista, a favor do progresso e industrialização de Campina Grande, tendo participação ativa nas decisões políticas formuladas pelo grupo nacionalista cidadão. Também via em Newton Rique a ponte que faria Campina Grande cruzar seu destino rumo à industrialização. No contexto da campanha de 1959, Sylvestre assumia a direção e edição do jornal *Evolução*, de ativismo nacionalista, ocupando o espaço deixado pelo líder sindicalista Lúcio Rabelo, que nessa ocasião lançava a sua própria candidatura como vice-prefeito na chapa de Cabral.

Observamos que Sylvestre, herdando as ideias do grupo nacionalista no final da década, associava a imagem de Severino Cabral ao passado coronelista da cidade, apontando ao longo de sua obra a imagem opressora da grande propriedade rural como símbolo máximo do coronelismo. E compreendia essa imagem de Cabral como a personificação do atraso político, econômico e cultural da cidade, uma imagem em direta oposição àquela veiculada sobre Newton Rique, cujo desabrochar das promessas progressistas e modernizantes anunciava, a seu ver, uma era de mudanças drásticas e benignas para o quadro geral da cidade. Sylvestre também apresentaria a vitória de Rique na eleição seguinte, em outubro de 1963 e sua quase imediata cassação (em março de 1964, pelo AI n° 1 da recém-instituída Ditadura Militar), como uma das maiores decepções na história política de Campina Grande⁴³.

Perdendo a campanha eleitoral para prefeito em 1955, Cabral parecia ter ficado ciente da necessidade de mudar suas estratégias políticas. Seria necessária uma “metamorfose” nas representações de sua imagem pública. Em meio a um sorriso enigmático na resposta à sua esposa Anita, desalentada com a derrota para Elpídio e com o parcial fracasso das táticas assistencialistas, Cabral se posicionaria como opositor perpétuo de Elpídio, conforme relatado por Amaury Vasconcelos (1993, p. 194): “(...) a partir daquele momento, general, que perdera a batalha e não a guerra, (Cabral) dispara a atitude: “Amanhã continuaremos nosso atendimento, não abandonaremos nossos pobres, nossos necessitados eleitores. Continuo candidato de oposição ao Dr. Elpídio.”” Embora se candidatasse e saísse vitorioso como deputado estadual em 1958, era no posto de prefeito que Cabral procuraria assimilar símbolos de liderança local, e a “oposição” contínua a Elpídio se revelaria na assimilação e ressignificação dos seus impulsos desenvolvimentistas e industrializantes. A oposição a Elpídio também funcionava como uma extensão da antiga rivalidade entre Cabral e o então senador Argemiro de Figueiredo, que em 1959 havia ingressado no PTB como presidente do partido na Paraíba.

Cabral não negaria a importância de se fazer representar pela “onda” desenvolvimentista (sendo ele próprio companheiro partidário do Presidente da República), mas procuraria dar a essas representações outra direção, de forma que a palavra “indústria”, no vocabulário político econômico de Cabral, não era a mesma do industrialismo desenvolvimentista apregoado por Elpídio e repassado ao seu candidato

⁴³ Cf. seu texto “A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande” na obra “Poder e Política na Paraíba, uma Análise das Lideranças (1960-1990)” (1993, p.241)

do PTB, Newton Rique, na eleição de 1959. Como seria concretizado na sua gestão, Cabral daria primazia às pequenas indústrias, primazia quase sempre indissociada das políticas agrárias.

Mas uma imagem “modernizante” se tornaria parte de sua representação pública, como legitimação de sua representação como “grande líder local”. Fazendo uma retrospectiva política do ano de 1958, O Jornal Evolução, que posteriormente se aliaria a Cabral na campanha eleitoral de 1959, parecia prognosticar sobre as teatralizações do poder em torno dos símbolos de liderança política, almejada por Cabral:

Severino Cabral – O maior líder

Os resultados numéricos das eleições em Campina Grande, revelaram aos observadores da nossa política o homem que detém pessoalmente, o maior contingente eleitoral do município. Além de sua votação, (mais de 4 mil votos) destinou considerável número de sufrágios para os srs. Antonio Vital do Rego (eleito) e Agassis Almeida (1.º suplente). Superou mesmo ao líder trabalhista Argemiro Figueiredo, **merecendo o título de o maior chefe político da Rainha da Borborema** (Jornal *Evolução*, 05 Jan. 1959) (grifo nosso).

O antagonismo político entre Argemiro e Cabral seria amplamente explorado por esse jornal, que teria como um dos seus temas prediletos a perda de liderança local por parte de Argemiro, sempre sob a mira crítica do jornal que o colocava como a imagem personificada do atraso da cidade. O Jornal Evolução declarava o seguinte sobre o petebista Argemiro:

“O senador de Itararé está mesmo decadente. Outrora, nos velhos tempos udenistas, a sua fama correu mundo; orador brilhante, seus discursos se revestiam da beleza incomum duma eloquência fulgurante e de um entusiasmo juvenil espontâneo e contagiante (...). Hoje, colocado num partido que apesar dos pesares é incompatível com sua formação reacionária e seu comportamento entreguista, está como que deslocado na nova tribo, cercado tão somente por pequeno grupo de servos, últimos remanescentes dos “fiéis companheiros de luta”. Pouco a pouco está perdendo a firmeza no comando e principalmente na palavra, pois de orador fulgente está se tornando em falador comum, arengador vulgar sem maiores atrativos. **Tomaram-lhe o tema predileto: Juscelino fez um grande bem a Campina, mas deu um grande desgosto ao senador. Agora, depois de**

Boqueirão, ele não pode falar na água de Vaca Brava (Jornal *Evolução*, 03 abr. 1959) (grifo nosso).

A crítica do jornal a Argemiro fazia menção à adutora de Vaca Brava, inaugurada por Argemiro em 1938 e que até então fornecia água à cidade. Tornando-se obsoleta com a iminência do funcionamento do Açude de Boqueirão, a antiga adutora seria usada como um símbolo depreciativo da política argemirista.

Essa mesma postura, de depreciação de imagem política, seria adotada pelo Diário da Borborema e outros jornais, só que se voltando contra Cabral durante a sua gestão. É interessante observar que o próprio Argemiro parecia estar ciente dessa disputa com Cabral, em que ambos concorriam à alcunha de “maior chefe campinense”. Nos discursos que foram proferidos por ocasião da morte de Cabral, em 21 de março de 1970, consta, segundo Dinoá (1993, p. 182), e diferenciando-se do tom dos discursos de outras personalidades políticas, que Argemiro teria dito: “Tu desces ao túmulo, Cabral, como chefe invicto. Tu desces ao túmulo para o descanso eterno. Guardadas as devidas proporções, como o maior chefe político desta terra”.

Da criação de um departamento para planejamento urbano e turismo, no início de sua gestão como prefeito, que daria ênfase discursiva à tão sonhada modernização da cidade e seu destacamento como “cidade privilegiada”, visão política da cidade tão proclamada e glorificada durante a campanha eleitoral, até a construção do Teatro Municipal Severino Cabral, cuja inauguração se daria nos derradeiros dias do seu fim de mandato, Cabral conseguiria, à sua própria maneira, inscrever seu nome na história político-cultural da cidade.

Do ponto de vista deste estudo, Cabral faria isso de forma a influenciar profundamente as gerações futuras da política local, seja pela sacralização de seu nome em um monumento tão festejado (servindo-lhe quase que como uma derradeira “coroação” de sua gestão), seja por “pegar carona” em uma cultura política de engrandecimento ou exaltação da cidade (que encontrava embasamento na partilha social dos símbolos do passado), seja por assumir em sua imagem política uma conotação quase messiânica, alimentando as esperanças da população mais carente com um “assistencialismo desmedido” e vestindo-se dos símbolos de modernização e progresso tão característicos do Brasil desenvolvimentista e juscelinista.

Todos esses aspectos do estilo de política “cabralista” revelam as diferentes facetas do poder, que não são explicáveis apenas pelo poder centralizado, de um único indivíduo ou grupo político. Como enfatiza *Ciro Flamarion Cardoso*:

A questão central da legitimação do poder não deve ser abordada somente por meio do exame jurídico de seus fundamentos. É preciso, também, saber como e por que aquilo que *Gaetano Mosca* denominou de “classe política” e *Wright Milss* e *Thomas Bottomore* “elite do poder”, uma vez no controle dos recursos de uma organização que seus membros sabem como funciona, com frequência não justifica seu poder somente pelo fato de detê-lo, mas também procura assentá-lo sobre um sistema de representações jurídicas e morais decorrente de crenças e doutrinas amplamente admitidas na sociedade por ela governada, procurando reforçar noções de solidariedade e associação contratual entre governantes e governados. (*CARDOSO, 2012, p. 41*)

A própria sociedade é elemento central na difusão do poder na medida em que o legitima na sua recepção e apropriação dos símbolos, imagens e representações políticas, fundindo-as com os seus sistemas de crenças, valores e com o imaginário social, e fazendo com que os atores sociais também se tornem atores políticos na partilha desses elementos culturais.

Para compreender o contexto político cultural do final da década de 1950, no qual as teatralizações do poder efetuadas por *Cabral* tomam forma, é necessário vislumbrar um sistema de representações e percepções sobre a cidade que perpassaram por grande parte de sua história na primeira metade do século XX. É neste sentido que nos apropriamos da noção de cultura política, ao evocar a longevidade do efeito das representações no imaginário social, tal como proposta por *Rodrigo Patto Sá Motta*:

Na acepção usada aqui, cultura política só pode existir na duração, como fenômeno estruturado e reproduzido ao longo do tempo. (...) Parece inadequado usar cultura política tendo como referência situações efêmeras, passageiras, pois se perde a força do conceito, que reside exatamente em revelar como certos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo. O valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição. Por isso, não há lugar para o efêmero. (*MOTTA, 2009, p. 22*)

Assim, sob o ponto de vista deste trabalho acadêmico, foi a concatenação de ideias, símbolos e fenômenos políticos, acumulados ao longo das décadas, que

possibilitaram um conjunto de representações sobre a cidade, partilhado pela sociedade nas suas visões e percepções sobre a cidade (produção de sentidos e imaginário).

Esse conjunto de representações não foi criado por este ou aquele grupo político específico, nem por atores políticos singulares. Mas antes perpassou por todos os círculos sociais, dos mais humildes aos mais elitistas, e são interpretados de acordo com as possibilidades disponíveis a cada grupo ou meio social. Uma população mais carente, por exemplo, teria percepções e sensibilidades distintas sobre a cidade em que vive, sobre seus fenômenos políticos e culturais: a “realidade” teria aparências ou representações diferentes daquelas que são apresentadas às elites. No jogo das teatralizações políticas, a manipulação dessas representações por parte dos atores políticos não dilui o fato de que os diferentes grupos sociais assimilam e até mesmo reconstróem as suas significações. Assim, no seio do *povo*, um representante político pode facilmente passar de manipulador a manipulado.

2.2. Imagens de modernização e urbanização nos planejamentos da gestão de Cabral: entre o urbano e o rural

No palco das representações políticas que se teceu durante a campanha eleitoral de 1959, uma das representações sobre a cidade que adveio dos simbolismos dessa campanha, e se fez ressoar durante os primeiros meses da administração de Cabral, foi a primazia conferida à demanda por progresso e industrialização, presente nos discursos que tanto os candidatos a prefeito daquele ano, Newton Rique (PTB) e Severino Cabral (PSD), expressaram nas maneiras de como se representaram e de como representaram a cidade perante o eleitorado.

Um dos símbolos mais comuns pelos quais se fazia representar a busca pelo progresso na cidade era o da urbanização modernizante, capaz de conferir ao representante político campinense, no campo simbólico, a legitimidade de sua empreitada rumo ao progresso (no contexto desenvolvimentista, rumo à industrialização). Na edição de 09 de Janeiro de 1960 (Cabral assumiu o posto em 30 de Novembro do ano precedente), o Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande anunciava a escolha, por parte do prefeito, do engenheiro Austro de

França Costa, para a direção do Departamento de Planejamento e Turismo, recém-criado. Na ocasião, o referido jornal informou:

Investido no exercício das funções para que foi convidado pelo Prefeito Severino Cabral, o dr. Austro de França tem em mente a realização de um moderno plano de urbanização, para o que irá iniciar muito em breve os estudos respectivos. Sabe-se por outro lado que o prefeito Severino Cabral convidou os srs. Hélio Modesto e Wit Olaf Prochinik, conhecidos urbanistas do Rio de Janeiro a virem a Campina Grande, afim de juntamente com o Diretor do Departamento de Planejamento e Turismo, traçarem o plano diretor da cidade. (Semanário Oficial- Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1960, “engenheiro Austro Costa: Diretor de Urbanismo”, 09 de Janeiro)

Esse planejamento anunciado entrava em sintonia com os discursos sobre modernização da cidade, que preencheram grande parte do itinerário marketeiro da campanha eleitoral de 1959, e do qual os candidatos a prefeito se serviram na representação de seus atos políticos diante do eleitorado. Vencendo a eleição e garantindo seu terreno político, Cabral poderia ter se desvencilhado, no campo simbólico, dos símbolos políticos que transmitiam os ideais de industrialização, progresso ou modernização. Mas isso não ocorreu no campo das representações simbólicas.

O discurso de modernização proferido no jornal, embora não se demonstrasse de forma tão expressiva nos anos posteriores da administração de Cabral, ainda ressoava como reminiscências de todas as teatralizações políticas presentes na célebre campanha eleitoral. O anúncio de um “moderno” plano de urbanização parecia encontrar legitimidade simbólica quando se enfatizava o convite feito a urbanistas cariocas para que viessem à cidade, servindo-se da cidade do Rio de Janeiro como arquétipo de metrópole, ao qual Campina Grande aspirava (e tal como era representada pelos jornais da época). Era comum, nos meios de comunicação locais, referir-se à Campina Grande como a “Metrópole do Interior Nordeste”, especialmente quando este título ressoava na comparação com as grandes metrópoles do Sul e Sudeste.

Em matéria do dia 13 de fevereiro de 1960, no mesmo jornal, se explicava com mais detalhes os propósitos da visita dos urbanistas cariocas. Dentre levantamentos estatísticos sobre a cidade como população, custo de vida e habitação, o jornal também destacava:

Além desse planejamento, que deve fundamentar-se em aspectos objetivos e matemáticos da realidade sócio-econômica local, aqueles

urbanistas procederão também ao levantamento de um novo mapa oficial da cidade, e a elaboração de anteprojetos de um centro cívico, centro industrial, parque e jardins nos açudes de Bodocongó e Açude Novo, **criando uma nova paisagem urbanística naqueles recantos pitorescos da urbes campinense.** (Semanário Oficial- Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1960, “Técnicos em urbanismo estudam o plano diretor da cidade”, 13 de fevereiro)

Analisando as particularidades presentes nessa mensagem do Semanário, percebe-se a reiteração de temas comuns no imaginário social e político campinense que remontam às primeiras décadas do Século XX, e de forma mais contundente durante a gestão do prefeito Vergniaud Wanderley durante as décadas de 1930 e 1940⁴⁴. O historiador Fabio Gutemberg, em sua Tese de Doutorado intitulada **Cartografias e Imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**, analisa o efeito simbólico da visita à Campina Grande, em 1932, do urbanista Nestor de Figueiredo, pernambucano mas radicado no Rio de Janeiro, cujo plano de urbanização e modernização que ele apresentava à cidade vinha carregado de um discurso ufanista e sentimento de grandeza, discurso que foi rapidamente apropriado pelos jornais locais. O autor enfatiza:

Esse discurso, ou o que ele ajuda na construção de uma certa imagem para a cidade, aproxima-nos dos escritos de pesquisadores que, nos anos 1960, estiveram na cidade, fazendo-nos perceber uma certa continuidade em torno da construção de uma memória, em grande parte marcada pela ilusão de grandeza e ufanismo. (SOUZA, 2001, p. 246).

O mesmo tom de discurso progressista e desenvolvimentista ainda se manifestaria em uma notícia do mês de fevereiro do mesmo ano, no Semanário Oficial, com o habitual elogio ao crescimento da cidade, tão característico do período desenvolvimentista, mas agora com um leve toque de moderação quanto aos anseios progressistas, no que parecia prenunciar a agenda política ruralista de Severino Cabral nos próximos desenvolvimentos de sua administração:

“QUATRO municípios paraibanos já conseguiram se classificar entre os mais progressistas do Brasil no concurso de âmbito nacional pelo IBAM, em colaboração com a revista O Cruzeiro e que se intitula “Municípios Brasileiros de Maior Progresso. Estes municípios são Campina Grande, Patos, Souza e Piancó. (...) A grande cidade serrana sente necessidade de se expandir economicamente e seu crescimento,

⁴⁴ Cf. SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: Cartografias de uma Reforma Urbana no Nordeste no Brasil.** In: Revista Brasileira de História. Vol. 23. N 46, São Paulo, 2003.

mais do que um desejo, terá de ser uma decorrência de sua posição geográfica e sua condição de entreposto comercial do interior. **Mas, se a esse crescimento não correspondesse uma reforma de sua administração, Campina Grande sofreria uma expansão caótica, e isto poderia significar para a sua população, num futuro próximo, uma infinidade de angustiosos problemas**". (Semanário Oficial-Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1960, "Exemplo de Campina Grande", 06 de fevereiro)

Percebe-se no texto do jornal a repetição dos tradicionais "mantras" de exaltação da cidade, com expressões sempre recorrentes nos diferentes meios de comunicação da época, como é o caso do uso da expressão "entreposto comercial do interior", sempre se enfatizando a sua posição geográfica. Essas expressões recorrentes naturalizavam o desejo de representar a cidade em sua grandeza, com tais representações procurando se consolidar nas sensibilidades populares, contribuindo para a constituição de um imaginário urbano, no qual se pode vislumbrar um determinado agente político oferecendo ao seu público uma visão idealizada da cidade como "produto de consumo"⁴⁵.

Através do Semanário Oficial, Severino Cabral era apresentado como a solução para o "problema" do crescimento econômico exagerado de Campina Grande, simbolizado na administração anterior de Elpídio de Almeida, de orientação considerada como desenvolvimentista, e também indiretamente representado pelas propostas industrializantes de seu adversário Newton Rique na eleição de 1959. Se Newton Rique tinha entrado para a história das eleições municipais de Campina Grande como o candidato que racionalizava a industrialização⁴⁶, a educação e questões sociais como problemas correlatos, Cabral era apresentado pelo Semanário Oficial como um conciliador de duas tradições políticas da cidade: a imagem de "pai dos pobres", emprestada do Estado Novo de Getúlio Vargas, que amenizaria, nas sensibilidades populares, a angústia das incertezas no anúncio de novos tempos para a cidade; e os ideais de modernização da cidade, que expressavam as representações que os candidatos de 1959 fizeram sobre a cidade.

O anseio por mudanças drásticas na paisagem urbana imprime símbolos que identificam ou conferem significado à atividade política, constituindo-se a alteração da

⁴⁵Sobre essa analogia da produção simbólica no campo político com as noções de produção e consumo em seu sentido econômico, ver a obra de Pierre Bourdieu O Poder Simbólico (1989).

⁴⁶No programa administrativo de Rique intitulado "Revolução da Prosperidade", afirmava-se: "Somente com a instalação de novas indústrias poder-se-á resolver o angustiante problema do desemprego (...). (...) Como já se disse na nossa campanha: "Vamos fazer a política dos pobres, não dando esmolas aos pobres, mas fazendo com que os pobres possam viver sem esmolas"" (Revolução da Prosperidade, 1959, pg. 2)

paisagem urbana como símbolo identificador de modernização e de legitimação de uma liderança local na Campina Grande da primeira metade do Século XX. Esse planejamento de modernização da paisagem urbana forneceria a Severino Cabral o respaldo simbólico para sua própria representação diante da sociedade como um personagem político capaz de conciliar em seus feitos os símbolos advindos da demanda por progresso e modernização, ao mesmo tempo em que preservava sua própria tradição política de assistencialismo social, ruralismo e, segundo algumas interpretações, populismo⁴⁷ e coronelismo⁴⁸.

Os símbolos de urbanização e embelezamento da cidade mais comuns às grandes metrópoles do Sudeste do país seriam assim assimilados pela gestão de Cabral na sua idealização de um imaginário urbano para Campina Grande. Em 04 de janeiro de 1960, o prefeito Severino Cabral apresentaria junto à Câmara Municipal o Plano de Obras para o Quatriênio (1960-63)⁴⁹. Tendo a urbanização da cidade como um dos seus principais eixos, esse planejamento se dividia em cinco pontos principais: Urbanização; Saúde e Assistência Social; Educação e Recreação Pública; e Expansão Agrícola e Industrial. No tocante aos projetos de urbanização, destacavam-se nesse documento: a conclusão das obras de urbanização do entorno do Açude Velho, iniciadas na gestão anterior de Elpídio de Almeida; pavimentação das ruas e avenidas, conjuntamente com a criação de novas artérias e praças; e extensão da rede elétrica aos bairros necessitados.

Porém, sobressaindo-se aos demais projetos enquanto símbolos de modernização, anunciava-se a construção de um moderno Jardim Botânico e Zoológico e a construção de um igualmente moderno Teatro Municipal. Agrupados nesse planejamento sob a seção “Educação e Recreação Pública”, compreendemos a idealização desses projetos como símbolos de modernização através dos quais a gestão de Cabral imprimiria sua própria contribuição ao imaginário urbano.

O projeto de construção de um Jardim Botânico e Zoológico bem reflete esses parâmetros de representações modernizantes sobre a cidade, revestindo a cidade com símbolos de modernização e urbanização que a faziam se identificar com as grandes metrópoles brasileiras, especialmente com a capital carioca. De autoria do vereador Fernando Silveira (PSD), esse projeto seria inicialmente apresentado à Câmara em

⁴⁷ Cf. SOUZA, Josefa Lúcia Jordão. Agradando a Deus e ao Diabo – um Estudo Sobre a Gestão Severino Cabral. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFPB, 1988.

⁴⁸ Cf. SYLVESTRE, Josué. Nacionalismo e Coronelismo – Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília: Senado Federal, 1988.

⁴⁹ Disponível nos arquivos da Câmara Municipal de Campina Grande.

11/12/1959, sendo rejeitado na Câmara três dias depois, através de um parecer da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, ocasião em que se formou uma comissão em que se pediria a retirada do projeto e Fernando Silveira teria seu voto vencido. O projeto seria retomado por Cabral, que logo o incorporou ao plano de desenvolvimento da cidade (quatriênio) no início de sua gestão. O Semanário Oficial então divulgaria a sanção do projeto de lei sobre a construção do referido parque zoológico e botânico, cuja construção não chegaria a se concretizar:

Lei nº 77, de 11 de Maio de 1960 – Dispõe sobre a criação de um Jardim Botânico e Parque Zoológico em Campina Grande – O Prefeito Municipal de Campina Grande, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte: Art.1º. – Fica o Poder Executivo autorizado a criar o JARDIM BOTÂNICO E PARQUE ZOOLOGICO de Campina Grande; Art. 2º. – O Jardim Botânico e Parque Zoológico de que fala o artigo anterior será instalado em terreno da Prefeitura ou noutro terreno para tal fim adquirido, cumpridas as formalidades legais. (Semanário Oficial, 18 de Junho de 1960)

Os projetos do Teatro e do Jardim apareceram, dessa forma, como a idealização de monumentos cuja função simbólica seria de transmitir às futuras gerações imagens de modernidade, monumentos pelos quais Cabral teria seu nome perpetuado na cidade. Desses dois grandes projetos, apenas a construção do Teatro se concretizaria. Em virtude do fato de que o planejamento da construção do Teatro Municipal havia começado na gestão de Elpídio de Almeida, podemos presumir que o projeto do Jardim Botânico e Zoológico concederia a Cabral a sua representação diante da população da cidade como um líder local imprimindo sua própria marca na paisagem urbana de Campina Grande, através de uma obra pública mais atípica e ao mesmo tempo mais característica das grandes metrópoles brasileiras.

Mesmo sendo aprovada na Câmara após a apresentação do plano do Quatriênio, a realização desse empreendimento não se efetivou. Uma das possíveis explicações seria o redirecionamento de grande parte dos fundos de arrecadação do Executivo para as obras dos outros distritos que compunham o município, como pode ser atestado na análise das contas do Prefeito feita pela Câmara Municipal em 12 de Junho de 1961:

Há no meio das novidades administrativas que se nota nas contas do Sr. Prefeito, uma que merece menção especial, trata-se do deslocamento da ação governamental da sede para os distritos. Os agricultores distritais receberam uma substancial parcela da arrecadação. (...) Ficou constatada que foi a primeira vez na história

administrativa do município em que se deu uma oportunidade aos lavradores, para que tivessem os seus empreendimentos financiados com dinheiro do erário público municipal. Achou-se por bem chamar a atenção dos responsáveis pelos destinos da coisa pública neste município, para a imperiosa necessidade de planificar os trabalhos administrativos, visando com esta salutar medida, disciplinar os negócios públicos, objetivar as iniciativas governamentais e melhor controlá-las, bem como atender às exigências de nosso progresso.

Pelo caráter oneroso das grandes obras públicas na cidade, o projeto de construção do Jardim foi abandonado em favor da continuidade das outras obras de urbanização na cidade e do projeto de construção do Teatro Municipal. Ao mesmo tempo, o resultado da análise das contas do prefeito feita pela Câmara em 1961 apenas revelava a confirmação do que havia sido anunciado pelo Semanário Oficial em 27 de Fevereiro de 1960, sob o título ‘Assistência à Agricultura: Principal Meta da Administração do Prefeito Severino Cabral’:

Ruralista autêntico, o chefe da edilidade campinense tem, como poucos, a sensibilidade dos problemas do campo, que são, na verdade, os mais angustiantes e aflitivos de nossa comunidade. Objetivando medidas concretas e imediatas que possibilitem maior rentabilidade no plano da produção agrícola, não tem o atual Prefeito de Campina Grande poupado esforços no sentido da realização de uma política ruralista, que venha em atendimento aos justos anseios da grande massa camponesa do Município. Entre outras providências, acaba o chefe do Executivo Municipal de fundar, com apoio de mais de trezentos agricultores, a **Cooperativa Banco Rural Misto Municipal de Campina Grande**, com sede nesta cidade e área de ação nesta e nos municípios circunvizinhos. (...) Dirigindo-se aos agricultores na oportunidade da reunião de fundação da Cooperativa, o Prefeito Severino Cabral disse que **os rurícolas de Campina Grande têm, pela primeira vez, à frente dos destinos do Município, um homem de sua classe, que sente os problemas que os angustiam, e que, portanto, tudo fará no sentido de não os deixar abandonados.** (grifos nossos)

Segunda Souza (1988, p.160), a política ruralista de Cabral tentava conciliar a convivência entre os pequenos e grandes proprietários rurais, no contexto da formação das Ligas Camponesas na Paraíba. Os primeiros tentavam se libertar do jugo destes últimos, enquanto Cabral tentava apaziguar os ânimos dos pequenos proprietários com “amparo” e “auxílio”, reproduzindo o mesmo discurso assistencialista utilizado na esfera urbana. Também não queria perder o apoio político dos latifundiários, tentando unir sob seu discurso as duas classes contra aqueles a quem apontava como instigadores do conflito entre proprietários e camponeses: os “exploradores políticos”, os governos.

Cabral também tomaria outras medidas paliativas na contenção do descontentamento da população agrária mais sofrida, como a decisão, em Fevereiro de 1962, de isentar de impostos aos pequenos agricultores cuja extensão territorial não ultrapassasse trinta hectares.

Oscilando entre o poder simbólico que se poderia adquirir das representações de modernização e urbanização e entre o compromisso com as políticas agrárias, Cabral continuaria delimitando seus compromissos políticos durante sua gestão de acordo com a própria natureza atribuída a eles: os planos de modernização da paisagem urbana conservariam sua força principalmente no campo simbólico, com algumas obras mais significativas e pragmáticas, como o Teatro Municipal, constituindo-se como exceções nesses sonhos de construção de uma cidade “moderna”.

As teatralizações do poder tecidas por Cabral durante sua gestão também atingiriam expressividade nos bastidores da construção do Teatro Municipal, cuja inauguração se daria no último dia do mandato de Cabral, em 11 de Novembro de 1963. Considerada pelos opositores de Cabral como o “elefante branco”⁵⁰ da cidade, a obra receberia severas críticas do Jornal Tribuna de Campina, criado naquele ano para apoiar a candidatura de Newton Rique ao cargo de prefeito:

“TEATRO MUNICIPAL: IMPONÊNCIA FARAÔNICA - Além dos déficits constantes da Maternidade Municipal e do Pronto Socorro, a Prefeitura contará a partir do próximo ano com mais uma sangria nos seus cofres. Trata-se do Teatro Municipal, edifício bonito e majestoso, todavia incompatível com a nossa condição de região subdesenvolvida, onde os operários passam fome, as crianças não tem escolas suficientes e os doentes não encontram leitos nos hospitais. (...) Não somos contra o teatro em si. Nossa opinião é que o edifício poderia ter sido menor e menos suntuoso para não acarretar despesas tão elevadas, cuja aplicação no setor essencialmente educacional ou hospitalar seria muito mais proveitosa para o povo em geral. Não desconsideramos a importância cultural e artística de um Teatro, todavia é necessário cuidar primeiro da alfabetização em massa de nossa gente, que em sua maioria está vendo o Teatro apenas como mais um “prédio” a embelezar a cidade e nunca como um instrumento de cultura. (Jornal Tribuna de Campina, 27 de Outubro de 1963)

⁵⁰A obra era considerada por seus opositores como sendo de grande custo e de pouca serventia para a cidade. A expressão se refere ao valor sagrado atribuído aos elefantes albinos na Índia: se alguém recebia um elefante branco como presente de um monarca, arcaria com as consequências do status sagrado do animal. Em suma, era um presente que conferia grande honra ao seu possuidor, mas que atrairia “maldição” pelos custos de manutenção e da pouca utilidade prática do animal para a vida do presenteado.

Ainda no início de sua administração, os opositores de Cabral o acusariam de não cumprir essas promessas de modernização e urbanização, enfatizando o descaso da Prefeitura com o estado em que se encontravam as praças e as ruas da cidade. O Jornal Revolução Democrática, criado em 1960, apresentava em suas páginas imagens reversas do sonho de modernização e urbanização, com a reportagem intitulada “A Cidade como Ela Está”:

É realmente triste para nós campinenses passar em revista à cidade com alguém que chega de fora. As belas praças, embelezamento de uma cidade, construídas pelo dinâmico ex-prefeito Elpídio de Almeida estão aí a toa; a grama até parece algum arbusto de grande porte; **jumentos pastando de dia e de noite, sujando as calçadas dos que residem nas imediações de tais praças.**

Por falar em jumento, quero relembrar um pouco a campanha passada quando Newton Rique disputava a prefeitura com “Seu Biu”. Newton procurava o povo para suas passeatas enquanto “Seu Biu” corria às fazendas em busca de cavalos para os seus comícios. A cidade está mesmo sem prefeito! (...) É um fato. Até agora não se vê nada realizado desse tal de Cabral. A única coisa que ele tem feito é esbanjar o dinheiro da prefeitura na campanha entreguista-continuista da UDN, sem, contudo, procurar fazer o menor benefício em favor da população que o elegeu. – **Mas o povo tem o governo que merece!** (05/09/1960)

O jornal criticava veementemente a quantidade de animais de carga que circulavam mesmo nos ambientes mais urbanizados ou emblemáticos da estética da cidade, como as praças e as ruas do centro da cidade. Havia implicitamente uma conotação social nas denúncias referidas acima, pois nessa época os representantes das elites não mediam esforços para expressarem seu descontentamento através desses veículos de comunicação, diante de um quadro social que expunha a vida precária de migrantes que se deslocavam de outras cidades interioranas para tentar a vida em Campina Grande. A expressão de incômodo diante da presença constante dos jumentos nas imediações das praças possivelmente escondia outro sentido: o incômodo causado pela presença de seus donos no centro da cidade, que, na visão das elites, “enfeavam” a cidade. O tema do “povo” surge no texto como uma justificação da administração anterior de Elpídio de Almeida e como uma lamentação pela derrota de Newton Rique na campanha eleitoral do ano anterior. A afeição de Rique ao “povo” é comparada e contrastada à procura de Cabral por cavalos para os comícios, tidos como símbolos do coronelismo. No entanto, a imagem depreciativa sobre a ideia de povo é insinuada não

apenas pela posse dos animais de carga, mas por “merecer o governo que tem” (comparar com a charge apresentada no primeiro capítulo, com o sugestivo título “O Castigo”, no qual esse julgamento moral sobre o *povo* também é insinuado).

Esse jornal havia sido criado com o intuito específico de fazer oposição à administração de Severino Cabral, contando em sua edição com as colaborações de alguns de seus adversários políticos, como o deputado estadual Petrônio Figueiredo, o vereador Ronaldo Cunha Lima, o jornalista Josué Sylvestre (que antes editava o Jornal Evolução) e o diretor do jornal Henrique Miranda Sá Neto, que antes escrevia para o Diário da Borborema. O foco maior das críticas do jornal se voltava para a escolha de Cabral em apoiar o governador Pedro Gondim para as eleições de 1960 ao governo do Estado, ocasião em que Gondim se afastou do PSD e se candidatou pela “entreguista” e conservadora UDN. Essa decisão de Cabral foi encarada como traição por alguns de seus correligionários. Diante do apelo popular e carismático da figura de Gondim, Cabral quis deixar claro que “iria com o povo” na formulação de suas decisões políticas⁵¹ (ver capítulo 3 desta dissertação).

Essa canalização de um apelo “populista” não era novidade para Cabral em face de suas representações diante do eleitorado campinense. O comportamento “astuto” na representação política de Cabral se constatava pela pretensão de se fazer representar pelos símbolos políticos de seus oponentes, teatralizando o processo de sua representação perante o potencial eleitorado. Isso é verificado na assimilação dos ideais desenvolvimentistas que causaram impacto na formulação do pensamento político local, particularmente a partir de 1958. Construir-se-ia, a partir de então, uma nova imagem de Cabral, feita “à imagem e semelhança” de Juscelino Kubitschek, que ressoava dos possíveis significados simbólicos da visita do Presidente à Campina Grande em Novembro de 1958, que tinha visitado a cidade para a inauguração da adutora de Boqueirão e a pavimentação da avenida que liga a cidade ao aeroporto João Suassuna (Av. Assis Chateaubriand). Por outro lado, destruía-se parcialmente a negativa imagem do Cabral exclusivamente ruralista, feita “à imagem e semelhança” de seu rival político, o então senador petebista Argemiro de Figueiredo.

No caso de Cabral, através do apelo de líder carismático e “sensível às necessidades do povo”, se manifestava uma representação política sempre presente em

⁵¹Como relata Josué Sylvestre (1988, p.315): “A campanha de Pedro Gondim foi uma das mais vibrantes de toda a história da Paraíba. Com o slogan de forte apelo popular “Quem é o homem? – O homem é Pedro”, contagiando o eleitorado de todos os quadrantes do Estado, o *gondinismo* virou uma verdadeira “doença”.

sucessivas campanhas eleitorais campinenses que, naquele contexto específico da sua administração municipal, se agregariam às perspectivas modernizantes do desenvolvimentismo, alavancadas pelo furor da campanha eleitoral de 1959 em suas representações e símbolos sobre a cidade.

A partir de 1959, Cabral se “reconstruía” como personalidade política, assumindo, em suas representações sobre si, o papel de um novo personagem político, capaz de transmitir, à sociedade que o elegia, as representações “messiânicas” típicas⁵² de um indivíduo político que atenderia aos anseios da população e, ao mesmo tempo, absorveria em si os símbolos políticos de sua época, símbolos e representações que se constituíam em uma cultura política ancorada nos ideais de modernização.

Assim, embora houvesse conhecimento, por parte de seus correligionários do PSD, das orientações políticas de Severino Cabral (geralmente vistas como ruralistas e até mesmo “clientelistas”), percebe-se uma preocupação em representá-lo, sob as páginas do Semanário, e em seus primeiros atos de governo, como uma figura que prenunciava a maré de mudanças que tanto se proclamou durante a acirrada disputa eleitoral que culminou em sua eleição.

Saindo vitorioso da eleição municipal para prefeito de Campina Grande, fica evidente que Cabral inicializa sua administração de forma a expressar simbolismos políticos que estavam presentes durante o marketing de sua campanha eleitoral, e que agora se manifestavam, ainda sob a forma discursiva, nos primeiros planejamentos administrativos anunciados através do Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Partindo dessa constatação, percebe-se que a disputa eleitoral entre Cabral e Rique tinha se revelado como um espetáculo de representações e apropriações discursivas, com cada qual dos candidatos tentando assumir o papel do outro, no tocante aos símbolos políticos apropriados por ambos, na tentativa de conquistar a simpatia do eleitorado, procurando desse modo deixar suas próprias impressões nas sensibilidades populares.

Cada qual se apresentava primariamente aos olhos do eleitorado como figuras públicas e políticas com características bem peculiares: Cabral era de longa data tido

⁵² Aqui, o significado de messianismo político não é tomado ao pé da letra, mas nas ramificações simbólicas em certos comportamentos políticos. No caso de Cabral, esse “messianismo” fica visível na conjunção de dois arquétipos políticos: a evocação do sentimento paternalista pelos menos favorecidos socialmente e a promessa de modernização da cidade (procurando fazer com que a cidade se destaque no cenário regional e até nacional).

como um “benfeitor” que estava sempre atento às “demandas” populares (leia-se: outorga de favores), procurando garantir dessa forma a fidelidade de seus eleitores; Rique era tido como o homem dos “punhos de renda”, nascido em “berço de ouro”, afeito às atividades empresariais da família, e que potencialmente se descortinava diante do eleitorado como uma representação da classe rica, mas ao mesmo tempo capaz de racionalizar politicamente os problemas sociais e econômicos da cidade⁵³.

Essas representações dos dois políticos, cristalizadas no imaginário popular, seriam como que desmontadas no processo de suas respectivas campanhas eleitorais, e reorganizadas em um novo espetáculo político, no qual ambos os “atores” trocariam de papéis, ou se apropriariam dos símbolos do “outro”, na representação das mensagens que gostariam de transmitir ao eleitorado. Um dos principais palcos dessa reorganização de sentidos seriam os jornais *Evolução* e *Diário da Borborema*, representando em suas páginas, respectivamente, as defesas das candidaturas de Severino Cabral e Newton Rique. Rique, para contrabalançar o peso simbólico das promessas de industrialização, tentaria se representar como um político carismático e simpático às sensibilidades populares, enquanto Cabral se apropriaria, em sua campanha eleitoral, do discurso de modernização e exaltação da posição de Campina Grande no cenário regional.

Severino Cabral e seus partidários, cientes do poder simbólico proveniente da concatenação de ideias e movimentos políticos que ebulliram no final da década de 1950, se apropriaram dos discursos que representavam a cidade sob uma ótica progressista, desenvolvimentista e nacionalista. Estes discursos, fazendo parte de uma tradição política presente em diversos momentos de sua história, conferiam à cidade a sua representação enquanto lugar privilegiado no cenário regional e nacional.

⁵³ Cf. ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. A Ciranda da Política em Campina Grande. IN: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*

CAPÍTULO 3

REPRESENTAÇÕES DE UM IMAGINÁRIO POPULAR SOBRE CABRAL EM SUAS TRAMAS DO PODER

As representações coletivas sobre a cidade de Campina Grande atingiram, como já foi salientado nos capítulos anteriores, um ponto de ebulição no fim da década de 1950, pelo qual uma dada cultura política se consagrou do ponto de vista deste trabalho: uma cultura política na cidade que concatenava todos os impulsos políticos e econômicos a nível nacional e estadual, com suas manifestações ideológicas, e os reescrevia de forma a idealizar uma nova imagem para a cidade, buscando adequá-la às grandes transformações políticas e sociais daquele contexto histórico.

Ao mesmo tempo, essa cultura buscava elevá-la simbolicamente a uma posição de destaque a nível regional. Essas representações, construídas através de uma relação de circularidade entre a população local e seus representantes políticos, encontraria no imaginário popular o palco principal de suas manifestações, no qual a cultura popular também se tornaria o porta-voz dos sonhos sobre o futuro da cidade. Neste capítulo, a literatura de cordel foi escolhida como fonte de uma das manifestações mais contundentes da cultura popular, capaz de expressar em si os signos de uma cultura política campinense com raízes nas tramas políticas da década de 1950. Foi assim que os cordéis de Manoel Camilo dos Santos e Manoel Monteiro ganharam notoriedade na realização deste estudo, com seus cordéis discorrendo, respectivamente, sobre a campanha eleitoral de 1959 e sobre a administração assistencialista de Cabral.

Assim, trataremos neste capítulo das representações sobre Cabral que discorreram sobre a construção de sua imagem política e sobre sua personalidade em momentos-chave entre 1960 e 1963, representando-o como um personagem folclórico na identificação construída entre ele e o *povo*, através da encenação política propiciada pelo jogo das alianças políticas e pela produção de imagens políticas. Abordaremos essas tramas do poder sob a ótica teórica de Georges Balandier, segundo o qual essas tramas do poder se efetuam numa espécie de "teatrocracia", em que o poder é exercitado pela sua ritualização ou encenação, e por sua identificação com símbolos, sejam eles ideias, objetos ou pessoas com os quais os "atores" do poder se identificam, e nos quais imagens são produzidas e manipuladas de modo a induzir a opinião popular a

enxergar suas conquistas, suas afinidades com os anseios populares, e sua identificação com seus representantes políticos.

No primeiro tópico, abordaremos a repercussão midiática da inusitada aliança extrapartidária entre Severino Cabral e Pedro Gondim na eleição para governador em 1960, inserindo-os no contexto do discurso político sobre desenvolvimentismo e a exploração do discurso da seca, na sua busca pela construção de uma imagem carismática e populista dentro do imaginário do eleitorado.

No segundo tópico, utilizaremos como um dos principais instrumentos de expressão dessa personificação folclórica dos anseios populares a literatura de cordel, principalmente o cordel de Manoel Monteiro, considerado o maior cordelista do Brasil, sobre a vida e carreira política de Severino Cabral, que, apesar de recente (2006), expressa em seu texto signos e representações sobre a cidade nas décadas de 50 e 60, conservando uma fração da memória de um imaginário popular sobre esse período. Destacam-se nesse cordel as representações sobre a gestão de Cabral como prefeito na cidade. Faremos o diálogo entre essa forma de expressão da cultura popular com as questões sociais e econômicas enfrentadas na gestão de Cabral.

No terceiro tópico, buscaremos inserir essas representações sobre Cabral na contextualização de suas teatralizações do poder, durante a sua gestão como prefeito, período em que Cabral teceu outras alianças políticas ambíguas na consagração de sua imagem como “homem do povo”, assim como também iniciou ou se apropriou de movimentos políticos de exaltação e homenagem à cidade e seus personagens: o caráter simbólico e ritualístico da homenagem e recordação da memória do ex-vereador Félix Araújo feita por Cabral em 1960; e o movimento da “pacificação” na sugestão de escolha para o prefeito do Centenário (1964), cuja ideia do movimento foi apropriada por Cabral em 1962 como sendo criação sua.

3.1. Cabral e Gondim na Conjuntura Política Paraibana: As Tramas do Poder em uma Aliança Política Indesejada

A imagem de Cabral como “homem do povo” buscava adicionar sentido à tradicional imagem de “líder local” que os políticos paraibanos se esforçavam em fixar no imaginário coletivo em suas cidades de origem. Nesse sentido, em termos mais gerais, a proeminência de um representante político oriundo de determinada cidade fazia

com que o nome e prestígio dessa cidade se elevassem simbolicamente na representação e ufanismo (bairrismo) difundida por seu representante a todo o Estado paraibano. Foi nesse sentido que se construiu a imagem política de líderes como Argemiro de Figueiredo, em Campina Grande, e João Agripino, em Catolé do Rocha. Como analisamos no primeiro tópico do capítulo 1 desta dissertação, a busca pela liderança partidária dentro da UDN paraibana por parte de Agripino parecia seguir, naquele contexto, o mesmo estilo de monopólio simbólico de poder que Argemiro exercia em Campina Grande através de sua imagem na cidade como líder partidário e líder estadual.

Diante da configuração fragmentada das diferentes ideologias que se insinuavam no panorama político nacional (com ideias nacionalistas sendo absorvidas pelos adeptos do desenvolvimentismo, e vice-versa, ao mesmo tempo em que ocorria uma mescla entre ideologias “retrógradas” e concepções “modernizantes”), esse apelo populista dos políticos paraibanos transcenderia as meras disputas inter e intra partidárias, consubstanciando-se em expressões partilhadas entre os representantes políticos oriundos de diferentes orientações políticas, em que o peso de expressões com conotação getulista, como “homem do povo” e “pai dos pobres”, influenciaria a auto representação política até mesmo dos antigetulistas de carteirinha, como aconteceu com muitos políticos da UDN.

Na sua legitimação como “homem do povo”, Cabral “romperia” simbolicamente com seu próprio partido, o PSD, em 1960, ao apoiar a candidatura do dissidente partidário Pedro Gondim ao governo do Estado, que havia migrado para a UDN. Este fato gerou grande repercussão na imprensa local. Antes disso, em meio às incertezas sobre o posicionamento de Cabral, um planfeto⁵⁴ em oposição a Cabral circularia em Campina Grande questionando a sua indecisão quanto às alianças nas eleições de 1960, ao mesmo tempo em que insinuava a origem da lealdade de Cabral a Gondim:

Ninguém desconhece o prestígio desfrutado pelo Chefe do Executivo (Cabral) no ex-governo. Aliás, diga-se de passagem, o Poder Oficial é o clima predileto do Sr. Cabral; em busca do mesmo, ele sacrifica tudo, empenha a própria alma (...). (Na administração passada) nomeou professores, indicou delegados, canalizou verbas e até inaugurou a “bossa-nova” de apontar empreiteiros para obras estaduais, sem concorrência pública. Fez e desfez. Era o representante do governo nesta cidade (...). Mas chegou a vez da decisão. O Sr. Severino Cabral está defronte a uma encruzilhada. O ostracismo com o Sr. Pedro Gondim, ou o poder novamente com o Sr. Janduhy

⁵⁴Cf. Sylvestre, 1988, p.320.

Carneiro? **Concordar com o seu maior inimigo, o senador Argemiro de Figueiredo, para se liquidar, ou a coragem de ficar sozinho?**(...) Gondim que o ajudou, que o prestigiou, que deu crédito à sua palavra, ou Janduhy que até nas visitas que fez a esta cidade sempre procurou, com visível preferência, os Srs. Argemiro de Figueiredo e Newton Rique? (...) São caminhos diferentes. **Cabral ficará como chefe político de uma grande cidade, ou reduzido à condição de cabo-eleitoral de Ruy Carneiro?** (grifos nossos)

O que mais se destaca no panfleto é a tensão no discurso entre acusar Cabral de se beneficiar do governo interino de Gondim e entre o reconhecimento de que Cabral efetivaria simbolicamente sua imagem como grande chefe político na cidade de Campina Grande, caso decidisse apoiar Gondim à revelia de seu partido (PSD). Percebe-se uma ambivalência no tom do discurso do texto, que oscila entre um respeito velado à imagem de “líder campinense” conquistada por Cabral, respeito expresso no incentivo moral de se posicionar do lado de quem o ajudou, e um desdém pelos “mandos e desmandos” atribuídos a Cabral no âmago dessa relação entre ele e o governo estadual de Gondim. Havia a acusação de nepotismo e a veiculação de uma imagem autoritária de Cabral, conivente com a tradicional imagem de “coronel” atribuída a ele por seus adversários.

Uma ambivalência maior se encontra no reconhecimento, no texto do panfleto, de que Cabral entraria num ostracismo político caso discordasse das diretrizes de seu partido tal como fez Gondim. Assim, a expressão “poder com Janduhy”, referindo-se ao candidato oficial do PSD, implicava na concordância de Cabral com aquele que era considerado o seu maior rival político, o senador Argemiro de Figueiredo, o que, no dizer do panfleto, significava a liquidação da imagem política de Cabral para a sociedade campinense. Pois pode se dizer que sua imagem de líder na cidade era alimentada por sua rivalidade aberta àquele que por mais tempo carregou em sua carreira política as insígnias dessa liderança simbólica: uma herança argemirista que vinha dos tempos do Estado Novo de Vargas. Assim, a política dos partidos se fragmentaria (ou seria golpeada) pela política dos egos, do personalismo de figuras que construiriam imagens carismáticas de si aos olhos da população estadual (Gondim) e municipal (Cabral).

A dissidência de Gondim se deu pelo fato de que o PSD havia declarado a ilegalidade da reeleição, baseando-se na Constituição de 1946, ao mesmo tempo em que o partido buscava assegurar a candidatura de Janduhy Carneiro, irmão do senador e líder pessedista Ruy Carneiro (ARAÚJO, 2009, p. 41). Gondim tentaria argumentar que não

se tratava de reeleição, já que era apenas o governador interino, enquanto que o governador Flavio Ribeiro, apesar de doente, ainda estava vivo.

Com o agravamento da saúde de Ribeiro, Gondim decide renunciar ao cargo, trocando o PSD pela UDN, e garantindo o seu direito à candidatura do governo. Candidatando-se pela coligação UDN-PDC (Partido Democrata Cristão), Gondim lançaria uma das campanhas eleitorais de maior apelo popular na História da Paraíba, com o duplo viés de se fazer representar pelo desenvolvimentismo e pela exploração do discurso político sobre o flagelo da seca. Diante do jargão eleitoral “Quem é o homem? O homem é Pedro!”, Cabral “pegaria carona” no entusiasmo populista da campanha eleitoral de Gondim, alavancando o personalismo como força política maior na definição de suas alianças.

Araújo (2009, p. 42) afirma:

A construção da imagem do candidato Gondim como “*líder absoluto das multidões*” se sedimentou, principalmente, no fato dele ter assumido uma postura de contestação à autoridade de Ruy Carneiro, rompendo com o PSD e lançando-se candidato. Após esse ato, se assistiu no processo de disputa eleitoral a montagem de um grande *espetáculo político*, no qual o enredo apresentava o “herói” Pedro Gondim, e o “carrasco” Ruy Carneiro”.

No texto de Railane Araújo, percebe-se a análise desse dualismo imagético na construção das representações sobre Gondim. Partindo da noção de *teatralização do poder*, presente nas obras de Balandier, Geertz, Carvalho, dentre outros autores, Railane Araújo demonstra como Gondim manipularia as imagens políticas, de forma a fazer com que ele próprio se representasse de acordo com as demandas das problemáticas sociais e econômicas daquele período (seca, fome, desenvolvimento industrial), ao mesmo tempo em que estabelecia um “maniqueísmo” político na sua trama de caracterização pejorativa dos adversários. Essa depreciação política se agravava simbolicamente pela situação econômica e social vivida no Estado, fazendo com que tais imagens se fixassem nas percepções populares (no imaginário). No presente trabalho, entende-se que Cabral seguiria a mesma vertente de pensamento político “maniqueísta”, constituindo-se tal vertente no cerne de suas tramas do poder: o fortalecimento de sua identificação com as camadas mais carentes da sociedade campinense e a identificação negativa de seus adversários políticos.

Segundo Araújo (2009)⁵⁵, ao analisarmos o governo estadual interino de Pedro Gondim antes da eleição em 1960, entre 1958 e 1960, período em que ele substituiu o governador eleito Flávio Ribeiro, afastado do cargo por motivos de saúde, podemos perceber que esse governo provisório foi marcado pela absorção simbólica das ideias desenvolvimentistas do governo JK e pela promessa de superação das crises econômicas e sociais pelas quais passava o Estado da Paraíba. Criar-se-ia, no período JK, um “discurso de salvação” para o Nordeste no tocante à sua inserção na política desenvolvimentista, o que iria de encontro à tradicional imagem “rural” e “coronelista” do Nordeste.

Em contraposição, essa imagem “velha” sobre o Nordeste seria reforçada pelo próprio desenvolvimentismo de Juscelino na criação de instituições como a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, idealizada na tentativa de diminuição das desigualdades econômicas e sociais entre o Nordeste e as outras regiões. Mas isso ao mesmo tempo reforçava o caráter considerado “ruralista” da economia nordestina, já que a Sudene⁵⁶ também tinha entre suas principais pautas as problemáticas da seca e da reforma agrária⁵⁷. No contexto de criação da Sudene e do direcionamento da política desenvolvimentista nacional para com o Nordeste, havia eclodido o flagelo da seca na região a partir de 1958, com a conseqüente migração em massa da população do campo para as grandes cidades nos anos que se seguiram. Dessa forma, os líderes paraibanos encontrariam nesse novo e problemático horizonte social o pano de fundo para a construção de suas representações políticas sobre desenvolvimentismo e melhoria social, afetando as sensibilidades populares na construção de um imaginário social de progresso e inovação durante esse período.

⁵⁵Sobre esse governo interino de Gondim, e sobre a influência exercida sobre ele pela formação das alianças partidárias estaduais neste período e pela política desenvolvimentista, ver capítulo 1 da dissertação de Railane Martins de Araújo (2009).

⁵⁶Sobre a Sudene e o legado ideológico do economista Celso Furtado na política nacional sobre o Nordeste, com o seu documento fundador da instituição, *Uma política de Desenvolvimento econômico para o Nordeste*, ver a Tese de Doutorado *SUDENE: A Utopia de Celso Furtado* (2004), UFPE, de autoria de Laura Christina Mello de Aquino. Até a criação da Sudene em 1959, não havia no Brasil uma política econômica efetiva para a região Nordeste, com exceção de medidas paliativas, como a destinação de apenas 4% da receita tributária federal para o Nordeste segundo a Constituição de 1934, revogada durante o Estado Novo, e depois retomada e revisada pela Constituição de 1946 (AQUINO, 2004, p 125). A autora também considera a atuação do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) no Nordeste desde 1945 como ineficiente.

⁵⁷Segundo Aquino (2004, p. 68): “O objetivo de Celso Furtado, na criação e direção da Sudene, era seguir na direção das transformações parciais, das reformas, o que acabou gerando, na região, do ponto de vista político, um problema complexo. Enquanto a Sudene era vinculada diretamente ao governo federal (o superintendente da Sudene tinha status de ministro), as Ligas Camponesas, com uma intensa atuação naquele momento histórico preciso, pretendia a transformação radical, a revolução, a reforma agrária “na lei ou na marra””.

Desse modo, a dicotomia entre desenvolvimentismo e ruralismo no direcionamento político econômico do governo de Juscelino quanto ao Nordeste também se refletiria na política paraibana, tanto a nível estadual quanto a nível municipal. Essa representação em dupla mão do governador Gondim, já verificada no seu governo interino entre 1958 e 1960, como representante da política desenvolvimentista e como *depositário* de uma imagem política carismática e populista, apta a lidar com as mazelas sociais na cidade e no campo, também seria apropriada por Severino Cabral durante sua gestão, nas representações de sua própria imagem política para a cidade de Campina Grande. Daí seu comprometimento ideológico com a imagem pública de Pedro Gondim durante a eleição estadual de 1960, tirando proveito do simbolismo de se fazer representar pela imagem de “líder heroico” e comprometido com o *povo*.

A imagem enquanto representação transcende aquilo que se presume como realidade ou verdade. A “realidade” da política campinense, estadual e partidária colocava Cabral como “o Prefeito representante do PSD”, “realidade” que ele não negaria oficialmente, mas que ele demonstraria simbolicamente que a transcendia. Daí provém o estarecimento do jornalista Henrique Miranda Sá Neto⁵⁸ diante do jogo político ambíguo de Cabral, cuja fidelidade a Pedro Gondim transcendia as configurações partidárias a nível local, estadual e nacional. O jornalista via como natural e inevitável a transposição da aliança nacional PSD-PTB à esfera política local:

Cada dia que passa nessa louca aventura empreendida pelos janistas no sentido de confundir o eleitorado paraibano, e favorecer a penetração do nome do ex-governador de São Paulo, ficamos mais certos de que assumimos a posição justa dos verdadeiros lotistas: apoio irrestrito à aliança PSD-PTB no plano estadual.

Isso não prejudica em nada o nosso desejo de continuar prestigiando o Prefeito que ajudamos a eleger. De maneira nenhuma nos incompatibiliza com o Poder Municipal, que apoiou o programa do nosso partido, e vem, na medida do possível, atendendo às reivindicações populares em Campina.

Até mesmo no plano nacional – nós e o prefeito estamos com Lott – há um traço de união entre os socialistas que discordam da candidatura Pedro Gondim e o Chefe Político que discordou de seu partido. (Diário da Borborema, 01 de Julho de 1960)

⁵⁸Percebe-se na trajetória jornalística de Sá Neto uma versatilidade que se traduziria na constante revisão de seu pensamento político, de acordo com a visão política predominante nos diversos jornais impressos em que ele trabalhou naquele período. Tendo passagem em jornais como a União, de João Pessoa, Sá Neto teria participação ativa na elaboração do jornal Revolução Democrática em 1960, de oposição à administração de Cabral, poucos meses depois de expressar opinião favorável a Cabral no DB.

Na opinião do jornalista, o apoio de Cabral a Gondim em sua candidatura ao governo do Estado era incompatível à configuração política das alianças partidárias a nível nacional, em que o marechal Henrique Baptista Teixeira Lott, ex-ministro da Guerra no Governo de Juscelino, havia se candidatado a Presidente da República pela aliança PSD-PTB, tendo o petebista João Goulart como candidato a vice. A polêmica na ambiguidade de Cabral em seu posicionamento político se verificava pela possibilidade de identificação de sua imagem ao candidato de oposição na eleição presidencial, Jânio Quadros, em uma coligação liderada pelo seu Partido Trabalhista Nacional. A nível estadual, essa coligação janista seria então apoiada pela coligação UDN-PDC de Pedro Gondim.

Segundo Sylvestre (1988, p.309), Jânio fazia uso de um discurso nacionalista e desenvolvimentista na formulação dos seus planos de governo, sendo apoiado por representantes nacionalistas da UDN (o que demonstra que a adoção das ideologias políticas nesse período se dava de forma ambígua, dependendo dos interesses e das forças políticas envolvidas). A popularidade de Jânio vinha crescendo de forma exorbitante no país, e a associação indireta de Cabral ao seu nome na cidade, por força da teia entre as alianças partidárias nacionais, estaduais e municipais, fazia com que Cabral potencialmente tirasse proveito dessa ambiguidade na (in) definição de suas alianças, no seu esforço de solidificação da imagem de “homem do povo”. Cabral oficialmente apoiava a chapa pessedista Lott-Jango, mas seu elo de identificação com a oposição janista também jazia sorrateiramente no seu apoio irrestrito ao seu dissidente partidário Pedro Gondim. Assim, Cabral “ia aonde o povo ia”, transcendendo a fidelidade partidária nas suas tramas do poder.

Não era dessa forma que o jornalista Sá Neto enxergava a situação de Cabral. Sá Neto parecia refletir, em sua defesa incondicional da imagem política de Cabral, certa concepção que havia se enraizado no imaginário popular sobre Cabral em Campina Grande: a imagem de ingenuidade de Cabral, que era desenhada como sendo a de um líder político absorvido por tramas políticas que escapavam ao seu controle. Como vemos adiante, o jornalista continuava discorrendo sobre a situação de Cabral:

Por isso viemos acompanhando, com angústia, o que vem se passando nos bastidores da campanha queremista. Sentimos as pressões que o grupo janista exerce contra Cabral, e **a reação que os cabralistas autênticos fazem com mérito e amor à causa da “Hora do Pobre”**. Tudo o que se dizia nas rodas políticas, veio a ser comprovado pelo vibrante discurso do Chefe de Gabinete da Prefeitura, Acadêmico

Figueiredo Agra. O jovem político conterrâneo denuncia as tramas udenistas junto ao candidato do Prefeito, procurando tirar o mérito que possui, na realidade, Severino Cabral, em qualquer pugna que se desenrole em nosso município.

No entanto, procuram afastar o Edil. Omitem o seu nome na convocatória do grande comício. “Conchavam” com Raymundo Asfora no sentido de ser Cabral hostilizado por esse parlamentar. Lutam pela direção irrestrita da Administração Municipal, suas vantagens e posições, deixando ao Prefeito o amargo dos insucessos e da falta de cumprimento das promessas feitas nas últimas eleições.

Percebe-se, nas palavras do jornalista, a expressão popular sobre Cabral herdada da campanha eleitoral que mais ecoava na sociedade campinense daquele período, particularmente entre as camadas mais carentes: “A Hora do Pobre”. Este era, segundo Souza (1988, p. 36), o título de um dos programas de governo mais eloquentes apresentados por Cabral durante a campanha eleitoral de 1959, cujo efeito simbólico (Cabral como a “voz do pobre”) ressoaria continuamente durante todo o esquema propagandístico promovido pela Prefeitura sobre a imagem do Prefeito na cidade durante sua administração. A eficácia da reprodução dessa imagem de Cabral, sobrevivendo à campanha eleitoral com expressões marcantes, também tinha sido mérito do marketing eleitoral do publicitário Jorge Albano. Diante da força simbólica da reprodução dessas expressões, e junto a esse papel de defensor da “causa do pobre”, se aglutinaria também a imagem de Cabral como vítima das maquinações dos grupos de poder na cidade, o que funcionaria como a explicação política para os empecilhos administrativos que sua gestão vinha enfrentando, através da polarização entre o “pobre” Cabral e os “ricos poderosos” da cidade:

O povo de Cabral deve conhecer os inimigos íntimos do prefeito.

Aqueles que querem dar continuidade, em Campina Grande, às campanhas eleitorais espalhafatosas que só vêm satisfazer aos políticos carreiristas, e nada de trabalho pela coletividade.

Em vez de ruas calçadas, comícios. Em vez de aumento do funcionalismo, passeatas. Em vez de crédito comum aos produtores, jogo eleitoral grupista nos distritos.

Cabral precisa ser libertado desse grupo. A Figueiredo Agra devem se juntar todos os amigos do Prefeito, pelo bem de Campina Grande.

...E o Chefe do Executivo Municipal, pensando um pouquinho, poderia sacudir a terra de seus ombros másculos e voltar. “Voltar é renascer”. Voltar ao PSD, contra a UDN de Jânio, pela eleição de Lott e Janduhy Carneiro a 3 de outubro!

(Diário da Borborema, 01 de Julho de 1960)

Figueiredo Agra havia ficado conhecido durante a campanha eleitoral de 1959 com a publicação do seu escrito “A Revolução de Polichinelo” nas páginas do Jornal Evolução, como uma antítese ao plano de governo apresentado por Newton Rique naquela campanha (Revolução da Prosperidade). Obtendo votação inexpressiva na sua candidatura a vereador, seria nomeado como Chefe de Gabinete da Prefeitura, tornando-se um dos principais entusiastas do Cabral “pessedista” durante a campanha eleitoral estadual, contra as “maquinações” dos udenistas que apoiavam Gondim. A Câmara dos vereadores também se tornaria o palco dessas lutas de representações sobre Cabral, com vereadores seguindo a orientação pessoal de Cabral de apoiar Gondim, e outros vereadores cabralistas seguindo a orientação partidária de seguir o candidato pessedista Janduhy Carneiro. O jogo político de Cabral consistia em se deixar representar por lados opostos, ao mesmo tempo em que se esquivava de uma representação “oficial” aos olhos do *povo*. Pois o *povo* era o principal palco das teatralizações do poder de Severino Cabral.

3.2. As Problemáticas Sociais de Campina Grande na Gestão de Cabral, sob as Representações da Literatura de Cordel

Iniciaremos este tópico realçando a voz do cordelista Manoel Monteiro sobre a história de Campina Grande que ele presenciou. Nascido no município de Bezerro, Pernambuco, veio morar definitivamente em Campina Grande no ano de 1955. Já durante esse período trabalhou para Severino Cabral como “uma espécie de menino de recados”, como ele mesmo diria na apresentação do seu cordel “Severino Cabral: Pé-de-chumbo, Coração de Ouro, Pavio Curto”, lançado em Julho de 2006 como parte de uma coleção de cordéis organizada por ele denominada *Projeto Campinense, Sim Senhor*, com o intuito de registrar suas próprias memórias sobre os mais de 50 anos em que viveu na cidade. Tendo escolhido suas próprias memórias⁵⁹ sobre Severino Cabral como

⁵⁹Relação entre memória e história segundo Pierre Nora: “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Por que é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; **ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas**, sensível a todas as transferências, cenas, censuras e projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica” (Nora, 1993, p. 9). (grifo nosso)

ponto de partida para a realização de seu projeto, Monteiro diria, à guisa de introdução de seu cordel:

Só quem viveu muito teve ocasião de ser testemunha e partícipe da história. Eu testemunhei um pedaço da história de Campina Grande. Vi e ouvi Juscelino inaugurando a adutora de Boqueirão num memorável comício na Praça da bandeira, ouvi o tiro que feriu Félix Araújo, vi Tenório Cavalcante, o homem da capa preta, em visita à nossa cidade; (...) ouvi muitas vezes os discursos flamejantes do tribuno Raimundo Asfora (em noite de comício ardoroso, Asfora chamou Cabral “Pé de Chumbo”, nome que ficou por marca de solidez, decisão, fortaleza) (...) encantei-me com o linguajar prolixo de Argemiro de Figueiredo. Trabalhei, por algum tempo no “Bureau Eleitoral” de Severino Cabral, que ficava no começo da Rua João Pessoa e depois se transferiu para a Rua Augusto Severo, fundos de sua casa da Getúlio Vargas. Era uma espécie de menino de recados, Office-boy, se preferem um nome da moda. Nessa qualidade fazia de tudo, levava documentos aos Cartórios, cobrava os aluguéis das casas de Seu Cabral e fazia tudo o mais que Maria Bulcão, secretária, me mandasse fazer.

Manoel Monteiro, tendo vivenciado parte significativa da história de Campina Grande, referente ao período 1955-1963, concretizou em seu cordel a sacralização de suas próprias memórias sobre Cabral e a cidade. Nesse sentido, ele procurou expressar em seu cordel aquilo que foi mais marcante sob seu ponto de vista, e essa memória seletiva pode ser compreendida como mais um veículo das diferentes representações do imaginário popular sobre Cabral e a cidade. Embora de autoria recente, compreendemos as representações desse cordel sobre Cabral e a cidade de sua época como um esforço de resgate de memória sob a marca da cultura popular, sem, contudo, pretender denotar tais representações como “verdade”. Há no cordel de Monteiro a mesma ideia de sintonia com o *povo* presente no discurso de Cabral, difundido também na opinião de seus eleitores, favorecidos com suas práticas assistencialistas. Também há, em seu cordel, uma grande preocupação em enfatizar o legado das problemáticas sociais da administração de Cabral para os tempos atuais, procurando perpetuar essa imagem política sob as representações do cordel. Os programas sociais da gestão de Cabral deixaram profundas impressões no imaginário popular dentro da cidade, confundindo-se com sua iniciativa pessoal de assistencialismo, e essa mixagem entre atos da esfera pública e da esfera privada sob o direcionamento assistencialista de Cabral deixou suas marcas nas representações que se construiriam sobre Cabral a partir de então. Analisando o contexto político e social de Campina Grande no fim da década de 1950,

percebe-se o aparecimento de condições favoráveis para que tais representações sobre Cabral se cristalizassem no imaginário popular. Essas representações sobre Cabral também se refletem no cordel de Manoel Camilo dos Santos, escrito durante a campanha eleitoral de 1959. Nele, o cordelista deixa entrever algumas representações do imaginário popular sobre Cabral também presentes no cordel de Monteiro:

“Auxílio, amparo e favor
 Proteção e caridade
 O deputado Cabral
 Já não soma a quantidade
 Que ao povo tem prestado
 Em quase todo o Estado
 A quem tem necessidade.

Manoel Camilo, além de expressar essa visão favorável ao assistencialismo cabralista, também fez em seu cordel um prognóstico das obras de cunho popular que Cabral realizaria durante sua gestão como prefeito:

Primeiramente ele vai fazer
 Casas populares
 Para os operários pobres
 Com os seus familiares
 Isto nos bairros afastados
 Aonde os pobres coitados
 Ainda não tem seus lares.

Souza (1988) analisa as políticas públicas da gestão de Cabral enquanto fator contribuinte para a construção de sua imagem como “pai dos pobres” no imaginário popular. Dentre suas principais atividades que contribuía para a fomentação dessa imagem política, destacou-se a construção e mesmo doação de casas populares. Em 1962, a Prefeitura elaborou um projeto de lei que autorizava a concessão de terrenos de sua propriedade para a construção de casas para pessoas reconhecidamente pobres, ao mesmo tempo em que se comprometia a conservar a moradia dos mais pobres em terrenos já ocupados, à guisa de “doação”. Segundo a mesma autora:

Ainda que no projeto de “construção da casa própria” apenas uma pequena parcela seja beneficiada, o “efeito demonstração” foi suficiente para garantir o registro na memória social, há três décadas, através da transmissão oral, onde Cabral figura sempre

como o “precursor da construção da casa popular” em Campina Grande. (SOUZA, 1988, p. 61)

Souza (1988, p. 64) também relata a primeira viagem de Cabral a Brasília, em 1961, onde conseguiu com o Presidente Jânio Quadros o envio de verbas para a construção de trezentas casas populares. A autora relata uma reportagem do Diário da Borborema de 1961, em que se reporta a construção do primeiro grupo de casas populares, em número não informado. A precariedade dessas construções também revelaria, segundo Souza, o caráter imediatista dessas disposições da Prefeitura em auxiliar a população mais pobre sem qualquer planejamento urbano, procurando acomodá-los na cidade a todo custo. O objetivo não seria a melhoria da qualidade de vida dessa população, mas antes a sua inclusão nas estatísticas da política assistencialista no quesito “habitação”. O imediatismo dessas decisões populares revelava o agravante quadro das desigualdades sociais durante aqueles anos.

Segundo Sylvestre (p.23, 1988), Campina Grande era “a “primeira estação” do trem do êxodo rural”. Severino Cabral “distribuía favores” aos cidadãos mais carentes e, dadas às condições econômicas da população rural que vinha migrando para a cidade em busca de melhores condições de vida, entusiasmados pela promessa da política desenvolvimentista de “50 anos em 5”, ele conseguiu fazer a articulação entre a tradicional imagem de “pai dos pobres”⁶⁰, e a identidade progressista e desenvolvimentista que se projetava do cenário político nacional para a esfera local. Aqueles que viviam em condições precárias, que compunham a grande parcela de migrantes advindos de outras cidades do interior do Estado, sentiam-se deslocados e sem referenciais de identidade na turbulência urbana que se construía na cidade por meio do discurso desenvolvimentista. Tal como afirma Agra do Ó:

A cidade tinha suas fronteiras abertas e isto gerava sentimentos ambivalentes, na medida em que os recém-chegados eram entendidos como uma ameaça à tranqüilidade se não eram incorporados de alguma forma ao cotidiano habitual, o que só ocorreria por intermédio de sua inserção no mercado de trabalho – quando, aí, estes novos habitantes recebiam uma carga de sentidos mais positiva para os *da terra* (AGRA DO Ó, 2006, p. 47).

⁶⁰O apelido foi criado durante o Estado Novo (1937-1945) pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo do então Presidente Getúlio Vargas. Foi criado com o intuito de alicerçar o culto à personalidade de Vargas no seio da população brasileira, sendo apropriado pelos discursos dos mais diferentes grupos políticos em todo o país.

Muitas dessas pessoas encontraram na imagem política de Severino Cabral o referencial paternalista que se havia perdido no meio do caminho entre suas cidades de origem e Campina Grande. Essas mesmas pessoas eram marginalizadas na sua tentativa de inserção dentro da sociedade urbana, e a imagem política de Cabral funcionou como o ponto de intersecção na inversão simbólica das posições sociais: o político rico que se solidarizou com os pobres, gerando a imagem do “prefeito pobre”.

Por isso, durante a sua gestão como prefeito, como já vimos no segundo capítulo desta dissertação (p. 78), Cabral seria pressionado a tomar medidas administrativas na tentativa de contenção daquilo que era percebido como “desordem social” pelas elites da cidade: a grande quantidade de migrantes rurais que se deslocavam pela cidade em busca de emprego em locais que incomodavam essas elites, como o centro da cidade, segundo os quais transmitiam uma imagem de “sujeira” e desordem para o local. Simbolicamente repetiam-se, através das sensibilidades das elites desse período, as problemáticas sanitaristas do centro da cidade durante a gestão do prefeito Vergniaud Wanderley entre 1935 e 1938⁶¹, que em seu segundo mandato (1940-1945) havia se empenhado em modernizar e alterar a estética urbana do centro da cidade.

A política assistencialista de Cabral procuraria oferecer moradia e “amparo” a essas pessoas carentes em áreas mais afastadas do centro, ou melhor, nas periferias da cidade, confirmando o fenômeno de segregação espacial que tanto assola os centros urbanos brasileiros, a exemplo de São Paulo, como analisa Caldeira:

O novo padrão de urbanização é comumente chamado centro-periferia e tem dominado o desenvolvimento de São Paulo desde os anos 40. (...) As classes sociais vivem longe uma das outras no espaço da cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal (CALDEIRA, 2000, p. 218).

O jornal Tribuna de Campina, criado em 1963 com o intuito específico de fazer oposição a Cabral e apoiar a segunda candidatura de Newton Rique para prefeito, alertava para o descaso com a favela da Cachoeira, criada com o aval do prefeito. Em

⁶¹Durante a primeira gestão de Vergniaud (1935-1938), a feira de Campina Grande ainda se espalhava pelas ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira, dentre outros locais, sendo estas as principais ruas do centro, constituindo-se como local de moradia de vários membros da elite. Foi na gestão de seu sucessor, Bento Figueiredo, que começou a se construir o mercado público em outro local (Piabas). O historiador Fabio Gutemberg de Souza descreve as sensibilidades e percepções dos ricos quanto a esses espaços da cidade: “Além de ares pútridos, que atraíam moscas e mosquitos, a mistura de lama com cascas de frutas jogadas pelas calçadas transformava-se em armadilhas, colocando em risco o equilíbrio dos visitantes que iam à feira e casas comerciais” (SOUZA, 2001, p. 264).

reportagem publicada em 11 de Outubro de 1963, fazia-se a comparação depreciativa entre a situação campinense e os “morros da capital Guanabara”. O medo da desordem social, sentido pelas elites da cidade, havia sido parcialmente neutralizado ao longo das décadas com a segregação social e espacial das camadas mais pobres na cidade, mas surgia agora, sob o ângulo de visão elitista, uma nova visão “monstruosa”, criada à semelhança das grandes favelas presentes nas metrópoles brasileiras. Essa “visão monstruosa” também seria identificada como sendo o “curral eleitoral” de Cabral. Em artigo publicado na Revista História e Cultura, de Franca, São Paulo, Hilmária Silva nos fornece o relato de criação da favela:

Tal favela teve origem durante a gestão do então prefeito Severino Cabral (1959-1963). O local foi ocupado por pessoas que imigravam da zona rural da Paraíba para Campina Grande em busca de obter uma melhoria na qualidade de vida. (...) Sentindo-se ameaçados pelos populares que ali se estabeleciam, a elite campinense começou a pressionar as autoridades públicas para que algo fosse feito. (...) Tendo em jogo os poderes e as influências que eram peculiares à sua condição, o prefeito Severino Cabral desalojou os invasores daquela área cedendo para eles um terreno situado entre os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo, marginalizando e varrendo aquelas pessoas do centro da cidade. O então prefeito estava tão empenhado em “solucionar” aquele caso, que além de ceder terreno aos “sem teto”, ainda ofereceu-lhes materiais de construção para que eles improvisassem pequenas moradias, incentivando, assim, sua permanência na nova área e garantindo que eles não voltassem a “pisar nos calos” da elite coligada. Estava assim marginalizando aquelas pessoas, mas não desagradando os interesses da elite local. O que o prefeito Severino Cabral fez foi “resolver um problema” criando outro. (SILVA, 2012, p.93)

É importante observar que a favela da Cachoeira constituiu-se nesse período como mais um entre tantos outros focos de pobreza que se espalhavam nas periferias da cidade durante aqueles anos. Assim, a presença dos “sem teto” no centro da cidade, e sua posterior circunscrição à periferia da cidade, não poderia ser equiparada ao que ocorrera durante a gestão do prefeito Vergniaud Wanderley entre 1940 e 1945, ocasião em que se “expurgou” casebres do centro da cidade, em nome de uma estética urbana “moderna”.

As percepções sobre os fenômenos políticos e sociais de um dado momento histórico são variáveis de acordo com os interesses dos diferentes grupos sociais. Se, com a criação da favela, a segregação social seguiu-se como corolário da segregação

espacial, por outro lado se reproduziu no imaginário popular outras interpretações mais positivas sobre Cabral, e nelas Cabral passaria facilmente de “vilão” a “herói”.

Transcrevendo um trecho do cordel de Manoel Monteiro, podemos perceber a reiteração de certos temas no imaginário popular que se construiu sobre Cabral. O texto do cordel cita a desapropriação de um prédio (Clube dos 200), do qual um dos filhos de Cabral era acionista, para a construção de uma escola. Segundo Monteiro, uma mulher muito pobre morava em um abrigo improvisado na frente do prédio, sendo percebida como “obstáculo” para o empreendimento:

Como reformar o prédio
Com aquela pobre na frente?
Mas CABRAL não consentiu
Que agissem brutalmente
Construiu-lhe uma casinha
E convenceu a velhinha
A aceitar seu presente

Transferiu-a com carinho
Pra o Bairro da Cachoeira
E um dia levou-me a vê-la
Quando constatei que a feira
Não lhe deixava faltar
Hoje, me apraz lhes contar
Esta história verdadeira.

Assim, se por um lado Cabral era retratado por seus opositores como clientelista e “coronel”, havia, como no referido cordel, representações mais favoráveis sobre esses mesmos estigmas, e o próprio Cabral se apropriaria dessas representações, a ponto de inverter, com certa naturalidade, os significados de corrupção política. Em entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá (1993, p.181), a ex-primeira dama e viúva de Severino Cabral, Anita Cabral, indagada sobre se gostaria de ver seus filhos fora da política, afirmou: “Gostaria, sim. Eu acho muito pesada essa vida de política. **O povo explora muito.** Não apenas os eleitores, como também os grandões. Querem ser eleitos, não gastam nada, depois, não se elegem e ficam zangados com a gente”. Essa percepção de *povo* como “explorador” ou mesmo “corrupto” se converte, pela manobra política, na concessão da “boa vontade” política em aceitar essa “exploração” por tempo indeterminado, reproduzindo um padrão de solidariedade baseado no ditado popular “fazer o bem sem olhar a quem”. Esse “amor incondicional” atribuído ao chefe político foi uma das

grandes marcas do paternalismo cabralista, imagem pela qual se fez reconhecer perante o imaginário popular.

Sacralizando a sua carreira política aos olhos do eleitorado campinense, a imagem pública de Cabral como comerciante bem sucedido, que havia migrado de uma cidade pequena em busca de melhores condições de vida na “cidade grande”, encontraria ressonância na identidade das pessoas que haviam deixado a insalubridade da zona rural para viver em Campina Grande. É que, no campo do simbólico, a própria história de vida de Cabral parecia ecoar o mesmo trajeto de vida do homem interiorano que migrava: o desarraigamento de sua terra original, seguido pelo estranhamento com a “cidade grande”, e a conseqüente busca por adaptação e esperança de sucesso. A poesia no cordel de Manoel Monteiro expressou melhor esse elo de identificação:

Oriundo de Umbuzeiro
 Cidade do Cariri
 Pelos 1.900
 E 23 sai dali
 Veio, viu, amou Campina
 E por sorte, escolha ou sina
 Plantou seu futuro aqui

O século estava aflorando
 Com toda pujança e brilho
 Ele e sua bela esposa,
 Jovem cheirando a polvilho,
 Chegaram à região
 Conduzindo pela mão
 Saúde, esperança, um filho.

Dependendo desses referenciais simbólicos, a falta de perspectivas com a qual os migrantes frequentemente se deparavam ao chegar aqui poderia ser amenizada pela acolhida mais calorosa fornecida pelo aparato simbólico das representações populares sobre Cabral. Nesse sentido, a trajetória de vida de Severino Cabral, recontada por Manoel Monteiro sob a beleza poética do cordel, poderia ser percebida, dependendo das sensibilidades, como a imagem do migrante que chegava a Campina Grande no fim da década de 1950, mesmo que a história dos êxitos de Cabral, no âmbito comercial e depois político, não correspondesse à dura realidade daqueles que chegavam à cidade. Refletindo o discurso “pai dos pobres”, Cabral havia se convertido no arquétipo dos sonhos e aspirações do sertanejo que chegava a cidade sem rumo determinado, embora as condições financeiras de Cabral fossem bem mais amenas quando saiu de sua cidade

de origem. Ressaltamos os cordéis até aqui estudados como uma das muitas expressões das percepções populares sobre a cidade e seus representantes políticos, mas sem necessariamente representá-las em sua integralidade.

As representações que se constroem no imaginário popular, concorrendo para a formação de uma cultura política em determinado contexto histórico, não são uniformes ou homogêneas. Quando determinado ator político é mitificado, as percepções populares são variadas, assim como também são os interesses particulares de grupos políticos que se apropriam dessas representações e constroem ou desconstroem imagens políticas. Citando a obra *Mitos e mitologias políticas*, de Raul Girardet, Ângela de Castro Gomes analisa o papel dos mitos políticos na revelação das representações presentes no imaginário popular:

(...) Girardet não está defendendo a ideia de mito como algo que “esconde”, que “atrapalha” o conhecimento social. Ao contrário, ele encara os mitos (sobretudo os políticos), como construções “reveladoras” de uma sociedade; como narrativas que desvelam e falam sobre suas crenças e valores, usando uma rica e complexa linguagem”. (GOMES, 2005, p.34)

No contexto da campanha eleitoral de 1959, Cabral já era associado por seus opositores aos estigmas do “coronelismo”, com essa identificação negativa funcionando como o “reverso da medalha” da (mais tolerada) imagem clientelista ou assistencialista, muitas vezes percebida pela população mais pobre como manifestação política de caridade e solidariedade (com Cabral sendo descrito como “pai da pobreza”). O marketing eleitoreiro cabralista buscava representar uma “metamorfose” na imagem política de seu candidato, de forma a fazer com que sua campanha eleitoral concatenasse todos os impulsos de “inovação”, em alguns casos se antecipando ao jogo político de seu opositor, o petebista Newton Rique, mas sem deixar de lado a política “assistencialista”, considerada como sendo sua “marca registrada”.

Assim é que, a essa imagem construída sobre Cabral, seria contraposta a imagem depreciativa do coronelismo incitada por seus adversários políticos⁶², ao mesmo tempo em que estes últimos também buscariam pela imagem idealizada do político paraibano,

⁶²Aqui, entende-se por *adversários de Cabral* os seus adversários no campo das ideias políticas, que também manipulavam a política estadual e municipal através da orientação do jogo político dentro dos partidos e dos meios midiáticos, como os jornais impressos. Políticos como Argemiro de Figueiredo participaram desse processo. Essa cultura política específica idealizaria as imagens de certos personagens políticos, promovendo “culto” as suas personalidades, com o objetivo de solapar a imagem de seu oponente, associando-a a signos pejorativos, como foi o caso da associação entre Cabral e o coronelismo.

que por vezes a fariam ser representada por indivíduos políticos que, a seu ver, apresentavam em seu discurso, e em sua trajetória política, os signos do progresso, da inovação e da modernização, como Newton Rique e José Joffily. Este último, tendo sido do mesmo partido de Cabral (PSD)⁶³, e tendo apoiado naturalmente o candidato de seu partido, Janduhy Carneiro, às eleições estaduais de 1960⁶⁴, abandonaria o PSD em 1962 em decorrência do debate, originado dentro do partido, sobre quem teria maior capacidade financeira para representar o partido nas disputas senatoriais:

“Quem pode gastar mais para financiar a campanha?” Esta foi a principal questão levantada. Já não interessava saber quem tinha mais tempo de atuação político-partidária, maior merecimento e muito menos quem estava credenciado a vencer as eleições face à defesa de ideias novas e atuais que eram discutidas pelo povo em todos os lugares – nacionalismo e reformas de base. (SYLVESTRE, 1988, p. 351)

É importante destacar aqui o antagonismo entre nacionalismo e coronelismo expresso pelo jornalista Josué Sylvestre em sua obra. Sylvestre situou esse antagonismo entre as décadas de 1950 e 1960, personificando-o, em alguns momentos, em personagens-chave daquele contexto da cultura política local. Dessa forma, na visão de Sylvestre, sobressaíram-se nesse período as figuras de Newton Rique e José Joffily, do lado dito progressista, nacionalista, desenvolvimentista, “inovador”, e, do lado “coronelista”, ruralista, clientelista, representando o fantasma do passado que Campina Grande buscava exorcizar com o anúncio de novos tempos dentro da política, situava-se a figura de Severino Cabral, tido por Sylvestre como a personificação do coronelismo na cidade daquele período.

Nessa gama de representações sobre Joffily, que havia ingressado no PSB (Partido Socialista Brasileiro) após sua saída do PSD em 1962, reiterava-se, sob a ótica de Josué Sylvestre e dos apoiadores mais entusiastas do MNB, a imagem idealizada do político paraibano nacionalista, progressista, em sintonia com os valores políticos considerados mais modernos, em contraste com os signos do passado representados pelas práticas “coronelistas”, dependentes da manipulação das esperanças dos eleitores carentes através de práticas clientelistas. Projetando em suas representações do período

⁶³E um dos principais entusiastas do Movimento Nacionalista Brasileiro em Campina Grande, desse modo oferecendo suporte ideológico e fortalecendo a campanha cabralista na eleição municipal de 1959, sob a supervisão do marqueteiro Jorge Albano, como vimos no primeiro capítulo.

⁶⁴Joffily havia sido cogitado inicialmente para se candidatar a governador pelo PSD, mas Janduhy Carneiro, irmão de Ruy carneiro (então Presidente do PSD), foi escolhido em seu lugar.

estudado as personificações desse antagonismo, Sylvestre (1988, p.373) apresentaria em sua obra o cordel de autoria de José Alves Sobrinho⁶⁵ (1962), exaltando a imagem de José Joffily em contraste à imagem arquetípica do “coronel” paraibano. Com o título *Joffily, a esperança do camponês*, apresentaremos algumas estrofes:

Cuidado paraibanos
 Com os trustes mascarados
 Antes mansos cordeirinhos,
 Depois lobos esfaimados,
 Companheiros operários,
 Esses latifundiários
 Não mais devem ser votados!

Tem candidato que anda
 Comprando votos na rua,
 Mas a esse descarado
 Eu digo de cara nua,
 Compra a consciência alheia,
 Porque também não receia
 De negociar a sua.

José Joffily Bezerra
 Figura nacional
 É candidato a dois postos
 Coisa muito natural
 Conforme opinião pública
 Senador pela República
 E deputado federal.

Filho de Campina Grande
 O Cariri causticado,
 Pelo sol das grandes secas,
 Pela fome castigado,
 Eu também nasci ali
 Na zona do Cariri
 Na terra do deputado.

**Escutei quando ele disse,
 Em linguagem necessária:
 Que a sua política é livre
 De corrente partidária.**
 Fez ver aos donos de empresas
 Que sem as Ligas Camponesas
 Não se faz Reforma Agrária.

⁶⁵José Alves Sobrinho (1921-2011) foi um cordelista e poeta paraibano, além de ter sido professor e pesquisador da Universidade Federal da Paraíba, hoje UFCG. Também escreveu conjuntamente com Átila Almeida obras sobre poesia popular, além de ter contribuído para a constituição do acervo de cordéis da Biblioteca Átila Almeida, em Campina Grande. Informações disponíveis no site: <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20101216165955&cat=paraiba&keys=pesquisa-sobre-jose-alves-sobrinho-ganha-premio-ministerio-cultura>

Estou com Joffily porque ele
Está com a massa proletária.
Está ao lado do pequeno,
Zelando a honra operária.
Está de encontro aos burgueses,
Defendendo os camponeses
Pregando a Reforma Agrária.
(grifos nossos)

Sylvestre (1988, p. 355), analisa a presença das Ligas Camponesas no Estado a partir de 1958, a organização da Liga campinense em 1962 (cujo lema era “reforma agrária na lei ou na marra”) e o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira (02/04/1962). Ele associa esses episódios aos confrontos entre camponeses e proprietários de terra nas cidades de Massaranduba, Alagoa Grande e Itabaiana, por ocasião dos comícios realizados durante a campanha eleitoral de 1962 para os cargos de senador e deputado federal, disputados por Joffily. O autor representou, em sua obra, o nacionalismo campinense como o motor ideológico mais capacitado a impulsionar a reforma agrária no Estado, e via em José Joffily a liderança política com maior ardor na defesa do trabalhador rural e na denúncia da perseguição aos ideais camponeses.

Joffily, tendo se candidatado aos dois cargos, não foi eleito em nenhum. A explicação oferecida por Sylvestre foi sua perda de representatividade política ao sair de um grande partido político (PSD), e pela sua decisão em se fazer representar por dois postos (deputado e senador). Nas representações sobre Joffily mais frequentes durante sua campanha eleitoral, destacou-se certa sublimação de sua imagem como candidato que transcendia as intrigas partidárias, e estava, portanto, acima dos partidos políticos, tal como foi expressa no cordel de José Alves sobrinho, onde se diz que “a sua política é livre de corrente partidária”. Assim, durante sua campanha eleitoral, a seguinte charge seria publicada nos jornais locais:



Fonte: Sylvestre, 1988, p. 387.

Como vimos no segundo item do segundo capítulo, a política agrária de Severino Cabral agiu de forma a mostrar diferentes faces no seu tratamento para com camponeses e grandes proprietários, se esforçando para não perder o apoio de ambos, e dessa forma se apresentando como um mediador ou “pacificador” de suas diferenças. Essa imagem política ambígua permitia que o prefeito se representasse como “ruralista convicto”. Dessa forma, observamos que um representante político se reveste ou se faz representar por símbolos comuns à sua época, relacionados a posturas, gestos e falas que encontram grande aceitação popular de acordo com o contexto político vivido. Enquanto Joffily se posicionaria claramente a favor da causa do camponês, alinhando-se ao pensamento mais aguerrido da reforma agrária defendida pelas Ligas Camponesas, Cabral tentaria transmitir ao imaginário popular uma imagem política de conciliação, de

mediação entre as classes. Porém, ambos se fariam representar como políticos cuja personalidade transcendia as intrigas políticas dos partidos, e ambos veriam seu personalismo político ser explorado nessas tramas do poder.

Pode-se perceber um aspecto cerimonial nas representações políticas, pois estas buscam fazer com que políticos sejam percebidos pela sociedade de seu tempo em concordância com os sistemas de valores e crenças mais aceitos em sua época, servindo-se deste critério na escolha dos símbolos pelos quais se fazem representar. Como afirma o historiador Jacques Le Goff: “Há em todas as épocas um cerimonial político carregado de sentido que cabe ao historiador identificar e que constitui um dos mais importantes aspectos da história política” (LE GOFF, 1994, p. 359). Analisando esse cerimonial nas representações próprias do cenário político, é possível identificar sinais de um imaginário sobre a cidade, no qual imagens e representações são compartilhadas entre os cidadãos e seus representantes políticos.

3.3. As Tramas do Poder nas Representações sobre Cabral: “Pão e Circo” e o Movimento da “Pacificação” para o Centenário

Com as representações sociais sobre Cabral se expressando na reprodução de sua imagem política como “homem do povo”, Cabral tentaria tirar proveito dessa condição imagética nas suas teatralizações do poder, no tocante a maneira como conduzia as contas públicas, e sua prestação de contas à Câmara de vereadores, particularmente aos seus adversários políticos. O PTB, partido de oposição à gestão de Cabral, compunha grande parcela na Câmara de vereadores, com personalidades políticas emergentes no cenário político campinense, como os vereadores Ronaldo Cunha Lima, Salvino Figueiredo e Mário Araújo, irmão do ex-vereador Félix Araújo, assassinado em 1953. A condução dos gastos públicos feita por Cabral seria acompanhada de forma assídua por seus oponentes na Câmara, à semelhança do que havia ocorrido no fim da administração do ex-Prefeito Plínio Lemos, aliado tradicional de Severino Cabral, quando Félix Araújo discursava veemente contra o prefeito com a denúncia de irregularidades administrativas.

Ideologicamente, Cabral tentaria justificar sua política assistencialista através da representação de sua imagem como “benfeitor do povo”. Nessa indefinição entre os limites do público e do privado na gestão das contas da Prefeitura e sua confusão com o patrimônio pessoal de Cabral, haveria no estilo de gerir de Cabral as reminiscências do patrimonialismo⁶⁶ tão presentes na História do Brasil desde o Período Colonial. Esse aspecto de “propriedade coletiva” dos bens públicos, expresso na sua partilha simbólica feita por Cabral com as camadas mais pobres da população campinense, embaralharia as metas dos programas sociais de sua gestão com a velha iniciativa cabralista do assistencialismo, expresso nas doações e favores aos seus “protegidos”. O cordel de Manoel Monteiro compreende essa atitude política como conquista, ou empatia com o *povo*, em contraposição à ideia de manipulação atribuída a outros políticos:

Fazia política assim
De modo clientelista
Comprando votos, talvez
Mas do meu ponto de vista
Seu Cabral tinha razão
**Pois é com “circo e com pão”
Que ao povão se conquista**

Comprar voto hoje é um crime
Conforme a Lei atual
Só que os politiqueiros
Fazem como Seu Cabral
Compram de um jeito novo
Oferecendo ao povo
Futebol e carnaval

(grifo nosso)

Na visão do cordelista, percebe-se a repetição da imagem sobre Cabral que era recorrente no imaginário popular daquela época em Campina Grande: a ideia de que o ato de ajudar os pobres legitimava a própria permanência de Cabral no cargo de prefeito, não apenas através de uma mera “compra de votos”, mas através de uma empatia construída entre Cabral e seus eleitores, pela qual o ato de doar perdia sua artificialidade política através de suas mãos, mas não perdia sua conotação de corrupção

⁶⁶ Sobre a análise do patrimonialismo no Brasil desde o período colonial, ver a clássica obra *Os Donos do Poder*, de Raimundo Faoro. Ver também a obra de Victor Leal Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*, que analisa a tradição patrimonialista nas raízes do coronelismo no fim do Período Imperial. Ressaltamos neste estudo sobre Cabral a concepção de que o cargo público ocupado é tomado como uma extensão de suas propriedades individuais, e como um bem comum ao povo.

nas mãos de qualquer outro político. Pois seu assistencialismo foi sendo paulatinamente construído durante as diferentes fases políticas pelas quais passou, durante os dois mandatos consecutivos como deputado estadual, e durante as duas campanhas eleitorais consecutivas para prefeito, fazendo com que essa imagem “filantrópica” se cristalizasse no imaginário social sem necessariamente ser atrelada a um oportunismo eleitoreiro. A coroação dessa imagem de Cabral aos olhos dos cidadãos viria com a continuidade desse assistencialismo mesmo durante a sua gestão. Esse assistencialismo, transcendendo o caráter transitório da mera compra de votos em eleições, continuaria a lhe servir de base ideológica para a realização de seus projetos sociais apresentados à Câmara Municipal da cidade. Dessa forma, a utilização dos recursos públicos para tais projetos ajudaria a mascarar a natureza clientelista de seu programa político na cidade, ao mesmo tempo em que Cabral continuaria a se utilizar diretamente de suas próprias finanças na manutenção de seu assistencialismo explícito.

Também segundo a expressão do cordelista, mesmo uma política cabralista do “pão e circo” era percebida com bons olhos pela população mais carente, e o ato de Cabral de procurar satisfazer não apenas suas necessidades mais básicas, como moradia e alimentação, mas também de oferecer meios de lazer ou recreio coletivo a essa população, refletia essa tolerância dos seus eleitores. No início de sua administração, Cabral encomendaria à Câmara Municipal um projeto de lei de sua própria autoria, solicitando a instalação de aparelhos de televisão nos bairros mais carentes da cidade. Em 30 de maio de 1960, o Prefeito apresentava sua justificativa⁶⁷ à Câmara para que tal projeto fosse aprovado:

Proporcionar meios de recreação ao povo pobre que não têm condições financeiras para frequentar, como deve, as casas de diversão, onde todo homem que trabalha vai procurar momentos de enlevo, que lhe proporcione um pouco de higiene mental, tão útil à saúde do espírito quanto o tratamento do corpo à saúde do organismo, é dever precípua dos governos, inscrito em todas as constituições. Sendo assim, estamos enviando a esse ilustre Poder Deliberativo o Projeto anexo, na certeza de merecer o mesmo a aprovação dos srs. Vereadores, pelo que antecipo os meus sinceros agradecimentos. Reiterando os meus protestos de alta estima e consideração a V. Excia., envio. Atenciosas Saudações. Severino Cabral. Prefeito.

⁶⁷Documento disponível nos arquivos da Câmara Municipal de Campina Grande.

Após o envio à Câmara, seu projeto é aprovado, sendo sancionado em seguida pelo Prefeito. Entre os artigos previstos nessa lei, o direito ao lazer por parte das pessoas mais pobres voltaria a ser salientado como sua principal justificativa:

Lei N° 170/60 Art. 2° - Os aparelhos (...) deverão ser instalados em lugar público e destinados a servir à população pobre dos subúrbios, que não pode frequentar cinemas ou quaisquer outras casas de diversão.

Com a promulgação dessa lei, Cabral nivelava simbolicamente as camadas mais pobres da população com as elites, às quais tradicionalmente se reservava o luxo de usufruir das opções de lazer disponíveis na cidade daquela época, notadamente os cinemas e clubes. A utilização do dinheiro público para a realização de tais projetos não seria vista de forma positiva por seus adversários políticos, como veremos mais adiante. De todo modo, a repercussão desse ato entusiasmou a percepção positiva que muitos dos cidadãos mais pobres tinham de Cabral, trazendo uma rara conotação positiva para a percepção de “novo” e “moderno” que se descortinava aos olhos dessas pessoas, diante do discurso tão recorrente na política local sobre industrialização e modernização. Como enfatiza Souza sobre a repercussão desse projeto social nas sensibilidades populares, citando o depoimento de um entrevistado:

Acredito que o projeto de governo assistencialista de Severino Cabral configurou nas camadas populares um sentimento de aceitação positiva com o prefeito, como aponta o trecho desse depoimento, de um funcionário da prefeitura: “(...)outra coisa boa nesses bairros que foi a televisão, no tempo que só quem podia usar era os ricos e nesses bairros não existia televisão (...) ele mandou, comprou televisão para o povo, instalou no meio da rua, construiu uma casinha e instalou uma televisão para todo mundo assistir, era uma novidade televisão, quem tinha aqui no centro era 10 ou 20 ricos, pobre não podia (...) aí o povo gostava, Cabral e tal, o povo gritava. Muito bom, ele fez muita coisa boa”. (SOUZA, 1988, p. 87)

No imaginário popular que então se construía sobre sua pessoa, Cabral ajudava porque “tinha bom coração”, mesmo que tais ajudas pudessem se originar, em parte, do erário municipal. Essa disponibilidade de Cabral quanto ao assistencialismo é que era percebida como sua marca registrada aos olhos dos seus eleitores, e que ao mesmo tempo o legitimava no imaginário popular como o prefeito “pai dos pobres”, como enfatiza Souza (1988, p.83): “é tanto que, de um vigilante, ouvi: “quem fez ele foram os

pobres’”. Essa reciprocidade, ou “troca de favores”, entre Cabral e os pobres também é insinuada nesta estrofe do cordel de Manoel Monteiro:

Seu Cabral fez a política
Do dando pra receber
 De quem estava sofrendo
 Amenizou o sofrer
 Sepultou os indigentes
 Deu pão a bocas carentes
Por interesse e prazer.

(grifo nosso)

Souza (1988, p. 83) também argumenta sobre essa percepção do estilo político de Cabral, pois segundo a autora, no dizer dos populares daquele tempo, “pobre não passeava” com Cabral, significando que os cidadãos mais carentes podiam contar com o apoio incondicional de Cabral, através do famoso “fichário”, ou do seu “bureau eleitoral” e “Centro Político Severino Cabral⁶⁸” (tal como era referido o atendimento aos eleitores em sua própria residência). A autora também afirma que “a construção da identificação pobre e Cabral definiu-se pela oposição a prefeitos (ou políticos) que não prestaram uma assistência tão efetiva aos pobres, anteriormente, em Campina Grande” (1988, p.84). A polarização entre as imagens políticas, entre uma imagem do político “bondoso” e empático com o pobre em oposição ao político “da elite”, constituiria um dos principais recursos de representação nas teatralizações do poder feitas por Cabral.

Geertz (1997, p.183) discute a prevalência dos “centros de carisma” na constituição do valor simbólico dos indivíduos políticos na sociedade em que eles atuam. Ele vê tais centros como “lugares” em que as ideias dominantes se fundem com as instituições dominantes na sociedade em um dado contexto histórico. Assim, no caso de Cabral, o assistencialismo e o carisma populista são reforçados pela institucionalização de tais práticas, através de seu “Centro Político” instalado em sua residência. Cabe ressaltar que Geertz, ao teorizar, não utiliza o termo ‘centro’ para denotar um local em termos meramente geográficos, e sim para denotar a confluência de sistemas de pensamento enraizados na sociedade com a fixação de instituições que simbolicamente reforçam o carisma do indivíduo político. Nesse sentido, o “Centro Político Severino Cabral” não é apenas um lugar, mas principalmente a institucionalização e (monopolização) de Cabral como centro das práticas

⁶⁸ Ver Anexos.

assistencialistas na cidade, como centro de poder. Ali, as práticas cabralistas poderiam ser legitimadas ritualisticamente na sagração desse lugar para a realização de tais práticas. A institucionalização de tais práticas aponta para a figura de Cabral como centro de sua legitimação, a exemplo do que, segundo Geertz (1997, p. 188), ocorria nos cortejos reais dos governos absolutistas, em que o espaço central do cortejo, ocupado pelo rei, apontava para seu sentido simbólico enquanto centro de sua sociedade. São os símbolos da realeza que a legitimam como centro de poder na sociedade (nesse caso descrito, o cortejo e sua imagem de realeza). Aquele espaço também inscreve ou demarca seu território enquanto ritual de dominação simbólica sobre seus súditos.

A própria identidade de Cabral era construída como contraponto a uma suposta indiferença política de seus adversários quanto às desigualdades sociais que se descortinavam na paisagem social campinense, constituindo-se como resistência simbólica ao desamparo social que Cabral deduzia advir de um tipo de industrialismo e desenvolvimentismo que não contemplava a diminuição das mazelas sociais (ver propagandas da Prefeitura no *Semanário Oficial*, abordadas no Capítulo II desta dissertação).

Nesse sentido, Cabral dava continuidade ao discurso de industrialização e desenvolvimentismo que tanto foi explorado durante a campanha eleitoral, particularmente pela campanha de Newton Rique, mas a essa apropriação político-cultural ele imprimiria a sua própria marca. As obras de urbanização e revitalização das ruas da cidade, particularmente o projeto de modernização das imediações do Açude Velho, iniciadas na gestão do prefeito anterior Elpídio de Almeida, teriam continuidade através da apropriação do discurso de modernização e desenvolvimentismo por Cabral. Quer tenha sido na aplicação das finanças da Prefeitura nas obras de urbanização, ou na continuidade de sua política assistencialista, Cabral continuaria a gerir o dinheiro público como se fosse seu patrimônio pessoal:

Autorizava as despesas
Sem Empenho e sem Emenda
Sem especificação
Como se faz numa venda,
Por ser meio autoritário
Manipulava o erário
Como as contas da fazenda.

Como se insinua no cordel de Manoel Monteiro, os ritos de autoridade de Cabral exercidos sobre suas propriedades particulares seriam simbolicamente transferidos ao seu gabinete de prefeito. Também temos nesse trecho do cordel a materialização da opinião popular de que Cabral se utilizava do erário municipal como se fosse parte do seu próprio patrimônio financeiro. Nesse sentido, reproduzia-se a visão popular de que o dinheiro público pertencia ao *povo*, e Cabral, simbolicamente personificando esse *povo* enquanto “pai dos pobres”, fazia uso desse dinheiro público da forma que lhe agradava, mesmo sendo considerado “meio autoritário”. Esse “autoritarismo” na manipulação do dinheiro público seria legitimado e tolerado através do contentamento de parte da população mais carente em se ver favorecida fora do período eleitoral. Ou seja, a atitude corriqueira do assistencialismo cabralista seria sempre contrastada à simples compra de voto em período eleitoral. Seu assistencialismo era percebido como uma categoria política diferenciada por parte da população da cidade, tal qual retratado nos meios de expressão da cultura popular, como nos cordéis analisados neste estudo.

Segundo Sylvestre (1988, p.291):

No período em que estive na Prefeitura (1959/1963), distribuía sem qualquer planificação socioeconômica ou ordenamento contábil, telhas, tijolos, cimentos, areia e outros materiais de construção, por conta do erário público, com a mesma desenvoltura com que dispunha do seu patrimônio, quando não estava no executivo, embora o volume das doações fosse bem menor. (...) Sua tese era simplista: o patrimônio da Prefeitura é do povo e, assim, podia transferi-lo em migalhas ao eleitorado carente dos bairros e da periferia de Campina Grande. Foi por aí que começaram os IPMS contra Cabral no período punitivo do Movimento de Março de 1964.

O IPM (Inquérito Policial Militar) ao qual Sylvestre se refere seria no contexto do Golpe Militar de 1964. Naquela ocasião, o jornal Diário da Borborema faria então uma denúncia contra Cabral em uma série de reportagens intitulada “No Roteiro da Imoralidade”. Com a cassação do então prefeito Newton Rique, e diante da suspeita de que o filho de Cabral, Milton Cabral, teria sido o principal delator aos militares na representação da imagem de Rique como “subversivo”, o jornal apresentava ao coronel do Exército, Ednardo D’Avila, um relatório sobre os gastos públicos na administração de Cabral:

Para conhecimento e orientação dos que examinam as famosas contas do ex-prefeito Cabral, divulgamos, abaixo, como sugestão aos oficiais

do IV Exército, alguns pontos do monturo de irregularidades, desonestidades e desmandos daquele governo que tanto infelicitou Campina Grande:

1º - Depósito a PRAZO FIXO, efetuado 72 horas antes de deixar o governo (27/11/1963) a JUROS DE QUATRO POR CENTO AO ANO, na “Cooperativa Rural Mista de Campina Grande”. Essa Cooperativa era tida como da Prefeitura, mas quando a administração anterior procurou entendimentos para a substituição dos seus diretores, descobriu que o referido estabelecimento não possuía nenhuma ligação com a Prefeitura, sendo o próprio Sr. SEVERINO BEZERRA CABRAL o seu principal acionista. A Cooperativa é dirigida pelo Sr. Luiz Cabral, sobrinho do ex-prefeito e pessoa de sua inteira confiança. Esse depósito IMORAL já foi denunciado publicamente pelo Prefeito João Jerônimo da Costa. Caso o Sr. Severino Cabral consiga reter a importância de Cr\$ 12.740.000,00 (é o depósito a prazo fixo) pelo prazo por ele próprio estipulado quando Prefeito, ganhará cerca de NOVE A DEZ MILHÕES de cruzeiros (emprestando a dois e três por cento ao mês) e pagará à Prefeitura, durante os dois anos, apenas a quantia de UM MILHÃO de cruzeiros. (Diário da Borborema, 27/07/1964)

Nessa acusação do Diário da Borborema, voltaria a se expor a forma patrimonialista de Cabral gerir o erário municipal, como sendo uma postura constante durante sua gestão. A referida cooperativa rural havia sido criada no início de sua gestão⁶⁹, e segundo a denúncia do jornal, Cabral depositava dinheiro da prefeitura na instituição, cujos juros fariam com que o prefeito retivesse para si grande parte da quantia e repassasse à Prefeitura uma quantia muito menor. Novamente no cordel de Manoel Monteiro, encontramos a recordação desse momento político que pode refletir aquilo que se difundia sobre Cabral no imaginário popular de então:

Foi por isso que deu problema
Quando o Prefeito saiu
Não por desonestidade
Pois nesse val não caiu,
Os gastos foram normais
Só os trâmites legais
É que não se perseguiu

Ao ser cobrado por isso
Cabral ficou transtornado
Porque de ser inquirido
Não estava acostumado,
Ao ser cruelmente exposto
Seu coração ao desgosto
Sucumbiu amargurado.

⁶⁹ Ver segundo item do capítulo 2 desta dissertação (p.76).

Uma das principais formas de defesa de Cabral contra essas tramas políticas durante sua gestão foi a tentativa de construção de sua imagem como político conciliador ou “pacificador”. Entre seus atos políticos durante sua gestão que contribuíram para a fomentação dessa imagem de conciliação na cidade, podemos citar a homenagem prestada pelo Prefeito à memória do ex-vereador Félix Araújo (assassinado em 1953) para fins de concessão de bolsas de estudo para seus filhos. Cabral assim se expressaria em mensagem dirigida à Câmara municipal, em 11 de Fevereiro de 1960⁷⁰:

Julgo necessário, instruído por Deus, fazer ciente a esta colenda Câmara da ideia de oferecer aos filhos menores do ex-vereador Felix Araújo, o prêmio de que trata o projeto anexo. Levado pela certeza de que ainda paira acima das competições ambiciosas do momento, o sentimento profundo e grandiloquente de reconhecimento e saudade sempre terna, daquele que soube ser líder do bravo povo campinense, conduzindo-o nas batalhas cívicas mais memoráveis, instilando-lhe no espírito o conhecimento do direito de cidadania, preparando-o para os embates cívicos mais gloriosos; por tudo isso, Sr. Presidente, foi que tive a ideia de submeter à apreciação desta casa o projeto anexo.

Felix Araújo, por ter defendido intransigentemente os mais humildes; por ter amado paternalmente os pobres, a quem amou e socorreu; por ter combatido a prepotência, tornou-se o símbolo de nossa fé, na conquista cruenta da igualdade dos direitos dos povos.

E por isso Campina não o esqueceu nem o esquecerá. Na pessoa dos seus dois filhos, Felix e Tamar, Campina Grande lança prasenteira aos céus uma súplica, para que as duas crianças de hoje – sangue e vida do jovem mártir, sejam amanhã para a humanidade o que foi o seu pai para o povo humilde desta terra.

Expostas as razões nascidas do meu espírito e comungando com o espírito do povo de Campina Grande, espero que esta casa aprove o referido projeto. Severino Cabral.

Compreendemos o conjunto desses discursos e ações de Cabral no contexto de sua gestão como uma teatralização política cujo principal direcionamento seria uma tentativa de política de conciliação com seus adversários, de “pacificação”, pela qual o prefeito transmitiria a mensagem de harmonia e cooperação entre sua gestão e os seus opositores aos olhos da população da cidade. Partindo da exploração das possíveis significações simbólicas que poderiam se enraizar no imaginário popular, o Semanário Oficial da Prefeitura tratou de veicular toda a repercussão do gesto de Cabral na sociedade de seu tempo, destacando a reação dos familiares de Félix, especialmente da

⁷⁰Documento disponível nos arquivos da Câmara Municipal de Campina Grande.

resposta do vereador Mário Araújo (PTB), irmão de Félix e opositor de Cabral na Câmara:

Bolsa de Estudos para os Filhos de Felix Araujo

Teve a maior repercussão em toda a cidade a proposição encaminhada à Câmara de vereadores pelo prefeito Severino Cabral, concedendo duas bolsas de estudo aos filhos menores do ex-vereador Felix Araújo. A propositura do executivo, aprovado unanimemente pelo Poder Deliberativo sensibilizou a família do malgrado vereador campinense, tendo, a propósito, o Sr. Arnobio Araújo, tio de Félix Araújo, endereçado ao Prefeito o seguinte telegrama: “Prefeito Severino Cabral – Local – Muito me sensibilizou o gesto de V. S. homenageando a memória do saudoso Felix Araújo, concedendo bolsa de estudos até nível universitário aos filhos menores do inesquecível vereador. À parte a modéstia foi Felix Araújo, inegavelmente, um líder popular nesta cidade, quíça no Brasil sem que os poderes públicos tivessem a lembrança de um pequeno amparo à sua família” (...) A atitude espontânea e justa do Prefeito Severino Cabral, beneficiando os filhos menores de Felix Araujo, para que, amanhã, seguindo o nobre exemplo do seu ilustre pai, encontrou a mais profunda ressonância da consciência cívica de Campina Grande, cidade da qual Felix Araujo foi um dos seus mais destacados líderes.

Telegrama do vereador Mário Araújo, irmão de Felix:

“Prefeito Severino Cabral – Nesta – Cumpro o dever de agradecer ao Executivo Municipal representado na pessoa de vossência a instituição da bolsa de estudos em favor dos filhos do meu saudoso irmão Felix Araujo. Opositor do governo de vossência, **seria injusto se deixasse de reconhecer a espontaneidade e significação tão altamente humana do seu gesto que trouxe à família de Felix a satisfação de verificar que as administrações se sucedem** e o Poder Público Municipal se esforça em homenagear a memória daquele que sacrificou prematuramente a vida **em defesa dos dinheiros públicos**. Atenciosas saudações, Vereador Mário Araújo”. (Semanaário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande, 20 de Fevereiro de 1960) (grifos nossos)

Nessa homenagem de Cabral à família de Félix Araújo⁷¹, pode-se inferir que havia uma tentativa simbólica de ”exorcizar” da imagem de Cabral, diante do imaginário coletivo campinense, qualquer resquício de memória coletiva que o associasse às tramas políticas que levaram à morte do vereador em 27 de Julho de 1953.

⁷¹Sobre Felix Araújo, ver outra obra de Josué Sylvestre, *Lutas de vida e de Morte – Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945-1953)*, que aborda com pormenores as tramas políticas envolvendo o vereador Félix e o então prefeito Plínio Lemos, e seu trágico desfecho. Ver também a dissertação de mestrado *O PCB Paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945 – 1953)*, de Faustino Teatino Cavalcante Neto (2006), que analisa o imaginário paraibano sobre o comunismo através das tramas políticas envolvendo o Partido Comunista do Brasil em sua fase de legalidade, o poder instituído, e os militantes comunistas que construíram um legado de luta esquerdista na história local, destacando-se entre eles a militância de Félix Araujo.

Diante da mensagem do vereador Mário Araújo de que “as administrações se sucedem”, havia a percepção de que as representações sobre as tramas políticas envolvendo a morte de Félix Araújo e o então prefeito Plínio Lemos ainda se encontravam vivas no imaginário popular e na memória política local, e que a memória de Félix estaria assim sendo “vingada” diante da omissão das administrações anteriores com relação à preservação de seu nome. Concorreu para possíveis especulações durante aquele período o fato de que Cabral era aliado de Plínio Lemos, que era então deputado federal pela UDN. Através do *Semanário*, pela veiculação da mensagem de reconhecimento do vereador Mário Araújo, simbolicamente “limpava-se” a imagem da Prefeitura quanto àquele episódio. Pois diante das tramas políticas que circundaram a morte de Félix, havia a acusação de que o então prefeito Plínio Lemos havia encomendado sua morte, como retaliação às denúncias de corrupção feitas por Félix na Câmara Municipal naquele ano. O *Jornal de Campina Grande*⁷², sob a supervisão do jornalista William Tejo⁷³, em 14 de julho de 1953, reportava o crime como reflexo do estilo de política “coronelista” de Plínio Lemos, que supostamente teria contratado seu guarda costas João Madeira como “capanga” no assassinato de Félix. Pelas representações depreciativas do jornal e de outras manifestações midiáticas daquela conjuntura política, Cabral e Plínio seriam associados ao estilo de política “coronelista”, propensos a semear terror àqueles que discordassem de suas práticas políticas.

Em 1963, o nome de Plínio voltaria a se tornar peça chave nas tramas políticas de Cabral. Antes disso, Cabral começaria a articular os preparativos para as comemorações pelo Centenário da cidade, com a promulgação da Lei n.37, de 17 de Abril de 1961, instituindo a Comissão do Centenário⁷⁴.

Novamente, podemos observar a apropriação de Cabral do papel de “conciliador” das tramas políticas locais: após formar a Comissão do Centenário, conclamando a Câmara de vereadores, o governo estadual, a Federação das Indústrias, e diversas outras entidades públicas e privadas, Cabral passaria a se empenhar numa campanha de “pacificação” da política campinense como preparação para a comemoração do Centenário. Como “coroação” e principal característica dessa

⁷² A matéria do referido encontra-se disponível no site: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/07/27-de-julho-58-anos-da-morte-de-felix.html>

⁷³ O professor e jornalista William Tejo (1919-2000) havia sido um dos fundadores e diretor deste jornal. Mais informações sobre William Tejo no site: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012/12/gente-da-gente-william-ramos-tejo.html>

⁷⁴ *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande* (06/05/1961), disponível no acervo do Museu Histórico de Campina Grande.

“pacificação”, ocorreria a escolha de um único nome a prefeito apoiado por todos os políticos campinenses, anulando as diferenças políticas e partidárias.

Segundo Sylvestre (1988, p.397), o movimento da “pacificação” surgiu espontaneamente na cidade, incentivado por diversos representantes políticos e segmentos sociais, durante o segundo semestre de 1962, mas Cabral passaria a endossar a ideia e ainda declararia ter sido iniciativa sua. Por causa das tramas políticas que prestigiavam nomes preferidos por Cabral, o PTB voltaria a lançar a candidatura de Rique em 1963, e o PSD lançaria, em resposta, a candidatura de Plínio Lemos. Porém, diante das pesquisas preliminares que apontavam vitória esmagadora de Newton Rique, Plínio terminaria por abdicar da candidatura. Segundo Sylvestre (1988, p. 412), Cabral então publicaria um manifesto no Diário da Borborema definindo sua posição quanto à sucessão municipal. Esse manifesto pode ser resumido no seguinte trecho:

Outra coisa não tem feito o prefeito Severino Cabral, eleito pela pobreza de Campina Grande, se não colocar a Prefeitura a serviço dessa pobreza. Mas as elites minoritárias querem, numa tentativa frustrada e vã, tomar, para si e para o seu rico candidato, a liderança popular conquistada pelo prefeito Severino Cabral, buscando incompatibilizá-lo com a pobreza e, dessa forma, se apropriarem da prefeitura, evitando que esta continue **nas mãos do povo, nas mãos da pobreza, através de Plínio Lemos.** Desafiaram o povo. Desafiaram a pobreza. Desafiaram Severino Cabral. Pois o desafio está aceito. Será mais uma vitória do poderio popular contra o poderio econômico faustoso, ostensivo, exibicionista, soberbo e vaidoso que Campina Grande já condenou e repudiou e irá condenar e repudiar mais uma vez. (Diário da Borborema, 22 de junho de 1963) (grifos nossos)

Percebe-se nas palavras de Cabral a evocação de uma afinidade política entre Plínio Lemos e ele, particularmente na mensagem de antagonismo sobre as “elites minoritárias” (aludindo aos que apoiavam Rique) e o “poderio popular”. Enquanto seus opositores os representavam sob os estigmas imagéticos do coronelismo, Cabral voltaria a representar, naquele contexto, sua própria imagem e a de Plínio Lemos como pertencendo à “pobreza”. No fim do seu mandato, com o insucesso da política de “pacificação”, e vendo que a vitória⁷⁵ de Newton Rique era iminente, causando grande euforia entre os populares, Cabral se resignaria do papel de se fazer representar como

⁷⁵ Rique venceria a eleição de 1963 com 20.383 votos, contra apenas 8.455 de seu opositor Langstaine Almeida. Cabral não declararia apoio a nenhum dos dois candidatos, mas declararia o seu voto ao candidato a vice-prefeito na chapa de Rique, Williams de Souza Arruda, que também se sagraria vitorioso com grande votação (19.162 votos). (Sylvestre, 1988, p. 459)

mediador nas tramas políticas daquela campanha eleitoral. Em 11 de agosto de 1963, Cabral faria então um pronunciamento na Rádio Borborema, transcrito por Sylvestre (1988, p. 414). Segue um trecho relevante de seu discurso:

Poderia ter pensado em fazer o meu sucessor, seguindo uma praxe da vida política da província, mas, graças a Deus, não fui tocado por essa vaidade. Prefiri o caminho que me ditava o sentimento pela compreensão de que a paz seria o coroamento de uma obra administrativa que, se não teve grandeza, nunca deixou de exibir sua nota humana, como sua característica.

Na intencionalidade de indicar seu próprio candidato para a eleição do prefeito do Centenário, Cabral havia procurado veicular sua imagem de “conciliador” como uma imagem sublimada de sua administração, em harmonia com as vontades da população mais desfavorecida socialmente e dos poderosos, ou, na expressão de Souza (1988), a representação de uma imagem política que “agradava a Deus e ao Diabo”. Pela legitimação e confirmação de sua lealdade às suas alianças políticas mais tradicionais, Cabral havia tentado trazer de volta o nome de Plínio Lemos, que naquele período era deputado federal, ao cenário mais acirrado das disputas municipais a prefeito, como continuador do legado de Cabral na cidade. Pela fidelidade⁷⁶ política de Cabral a Plínio Lemos, a imagem e representação de Cabral na cidade, veiculada por seus opositores, havia sido associada à própria imagem de Plínio em sua trajetória política na cidade.

Constatamos que o personalismo político havia sido uma das principais maneiras pelas quais se efetuou a produção de sentidos no imaginário popular entre as décadas de 1950 e 1960 na cidade de Campina Grande. No decorrer desta dissertação, ressaltamos esse personalismo político pela sua construção de referenciais simbólicos, através dos quais Severino Cabral procurou (re) construir sua imagem política diante da população local.

⁷⁶Desde os tempos de PL (Partido Libertador), quando Cabral se elegeu como deputado estadual em 1954, apoiando a Plínio como candidato a prefeito, numa coligação formada por PSD e PL.

Considerações Finais

Durante a realização deste trabalho, constatamos que as representações que posicionavam simbolicamente a cidade de Campina Grande a um patamar de crescente prestígio regional não se limitaram às manobras políticas específicas do período entre as décadas de 1950 e 1960. Houve antecedentes históricos que condicionaram a construção de uma cultura política específica, que criava projeções sobre o sonho de progresso e modernização em Campina Grande. De acordo com a nossa análise, durante a campanha eleitoral de 1959 para prefeito, essas imagens e projeções “grandiosas” encontraram reprodução e difusão na sociedade por intermédio dos meios de comunicação específicos que foram estudados, como o jornal *Evolução*, o *Diário da Borborema*, e as manifestações da cultura popular expressas na literatura de cordel, dentre outros meios de difusão. Essas imagens também encontraram difusão por meio do discurso político de exaltação nacionalista e desenvolvimentista, possibilitando suas próprias configurações políticas na esfera local. Assim, levamos em consideração a primazia, na difusão das ideias políticas correntes na época, conferida aos citados meios de comunicação, como fontes importantes para a realização deste trabalho.

Por meio dessa cultura política, as personalidades políticas anteriores ao período estudado estenderam um vínculo de projeções sobre a cidade, com suas aspirações políticas sendo interligadas através das décadas. Disso resultou, no desenvolvimento desta dissertação, na alusão a nomes como Vergniaud Wanderley, Argemiro de Figueiredo, e Pedro Gondim. Pelas considerações em torno dos simbolismos de sua liderança política a nível local, procuramos identificar na política dessas personalidades políticas traços de proximidade com a maneira pela qual Severino Cabral procurou se representar perante a população de Campina Grande.

Partindo dessa análise, analisamos também as representações do campo político para a exacerbação do sentimento de exaltação e valorização da cidade, reforçadas por movimentos e tendências que estavam em andamento naquele período da história da nação, como as ideias propagadas pelo Movimento Nacionalista Brasileiro e os impulsos canalizados dos simbolismos da liderança do presidente Juscelino Kubitschek. Os aspectos carismáticos e populistas de líderes como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek também foram analisados em consonância com a tentativa de incorporação

de seus aspectos simbólicos por Cabral, o que se verificou de forma mais visível nos seus primeiros planejamentos administrativos durante sua gestão como prefeito. Utilizamos, no decorrer deste trabalho, a história sobre a campanha eleitoral de 1959 como ponto de partida através do qual Severino Cabral se reconstruiu como personagem político, absorvendo as ideias políticas de seu tempo e somando-as à sua imagem, tradicional na cidade, de “pai dos pobres”.

Ainda se valendo das significações dessa campanha eleitoral, cujos protagonistas foram Severino Cabral e Newton Rique, podemos concluir, pelas análises formuladas, que, embora se possa afirmar que os candidatos partilharam dessas representações sobre a cidade nas expressões de seu marketing eleitoral, houve uma tentativa de apropriação recíproca das representações costumeiras sobre eles. Dessa forma, Rique ousava incorporar, nas suas teatralizações perante a população campinense, traços de afinidade populares próprios de Cabral, enquanto que este tendia a se antecipar, por meio do marketing eleitoral, aos projetos políticos de conotação desenvolvimentista e progressista elaborados pelo petebista.

Diante das constatações que foram efetuadas sobre os pormenores dessa campanha eleitoral, percebemos a importância das significações atribuídas às representações construídas sobre a cidade. Fala-se em “representações sobre a cidade” porque as representações construídas sobre Severino Cabral, sobre si mesmo e sobre a oposição, também reuniam símbolos que apontavam para a construção da imagem de “grandiosidade” da cidade, sendo partilhadas por seus habitantes e transmitida através das décadas.

Portanto, para compreender a cultura política na qual o prefeito Severino Cabral, estava inserido, fez-se necessário abordar a conjuntura política e cultural própria das décadas de 1950 e 1960, que por sua vez refletiu como num espelho os símbolos e representações de décadas anteriores. Fenômenos políticos e econômicos nacionais como nacionalismo e desenvolvimentismo se somaram, cumulativamente, às tramas políticas pelas quais a cidade havia passado em anos anteriores: como os dramas do processo de urbanização; as lutas por modernização; as representações políticas oriundas do populismo, do clientelismo e do coronelismo; e a constituição de um imaginário social sobre esses processos, vislumbrando a cidade como um lugar de destaque no cenário regional.



Severino Cabral exercitando pessoalmente a prática do clientelismo eleitoral.

Fonte: Sylvestre, 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da Cidade de Pedra à Cidade de Papel: Projetos de Educação, Projetos de Cidades-Campina Grande (1959)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

AQUINO, Laura Christina Mello de. **SUDENE: a Utopia de Celso Furtado**. Tese de Doutorado em História. Recife, UFPE, 2004.

ARANHA, Gervácio Batista. “O Trem de Ferro em Imagens Literárias: Advento Triunfal da Mecânica Moderna no Brasil na Transição do Século 19 para o 20”. IN: **Historiografia em Diversidade: Ensaio de História e Ensino de História**. CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

_____. **Trem e Imaginário na Paraíba e Região: Tramas Político-econômicas (1880-1925)**. EDUFCEG, 2006.

ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: Imprensa, imaginário e representações (1958-65)**. João Pessoa: UFPB, 2009.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. “A Ciranda da Política Campinense”. IN: **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). Prefeitura Municipal de Campina Grande – Secretaria da Educação, 2000.

BARROS, José d’Assunção. História Social e Retorno do Político. In: MATOS, Júlia Silveira; SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito. **Campos da Política – Discursos e Práticas**. Editora LP-Books, São Paulo, 2012.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BENEVIDES, Victoria Maria. **O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento**. In. (ORG.) GOMES, Ângela de Castro, et al. **O BRASIL DE JK**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FVG)/CPDOC, 1991.

BECKER, Jean-Jacques. **A Opinião Pública**. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. IN: **Para Uma História Cultural**. (Orgs.) RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1999.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem Pública de Luís XIV**. Tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: uma Nova História Política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: A Política Imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05/06/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)**. Campina Grande: UEPB. 2006. Dissertação de Mestrado em Ciências da Sociedade.

_____. Relações Ideológicas e Imaginário Social Sobre o Comunismo: O Caso Paraibano (1945-1947). IN: **Historiografia em Diversidade: Ensaios de História e Ensino de História**. CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia (Orgs.). Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **O Mundo como Representação**. In: Estudos Avançados, Vol. 5, N. 11, São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como Projeto de Nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Volume I e II. João Pessoa: União Sup. de Imp. E Editora, 1993.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Editora Campus, 2011.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma Outra Representação da Modernização em Campina Grande: A Cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. Dissertação de Mestrado em História, Campina Grande, UFCG, 2011.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

_____. **Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder.** In: O Saber Local – Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2001, pp.182-219.

GOMES, Ângela de Castro. “História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões”. In: **Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História.** (Orgs.) SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.

HAROCHE, Claudine. **Da Palavra ao Gesto.** Tradução de Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto - o Município e o Regime Representativo.** Rio de Janeiro: Editora *Nova fronteira*, 1997.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval.** Tradução de Manuel Ruas. Portugal: Editorial Estampa, 1994.

LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: Expansão e crise em Campina Grande.** 50 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande:1996.

MONTENEGRO, Rosilene: **História política e imaginário de progresso em Campina Grande no anos 50.** In: **Saeculum.** Revista de História. Nº 10, Janeiro/Julho 2004 - João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e Possibilidades na Apropriação de Cultura Política pela Historiografia. In: **Culturas Políticas na História: Novos Estudos.** MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). Belo Horizonte-MG: Argvmentvm, 2009.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares”. In: **Projeto História.** Nº 10, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **A Nova História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do Urbano.** Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. “Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades” (p. 1-8). Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/229>

SILVA, Hilmaria Xavier. **Experiências Urbanas: Migrantes e Modos de Viver e Trabalhar na Periferia de Campina Grande na Década de 1960**. In: Revista História e Cultura, Vol. 1, N. 2, p.89-102, Franca-São Paulo, 2012.

SILVA, Pontes da; OCTÁVIO, José; SANTOS, Walter (orgs.). **Poder e Política na Paraíba: Uma Análise das Lideranças (1960-1990)**. João Pessoa: API (A União), 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença – A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Editora Vozes, 2004.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo e Coronelismo – Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964)**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **A Cassação de Newton Rique: um Prejuízo para Campina Grande**. In: Poder e Política na Paraíba: uma Análise das Lideranças (1960/1990). SILVA, Francisco Pontes de; MELLO, José Octávio de Arruda; & SANTOS, Walter (Org.). Edição API União, João Pessoa, 1993.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920 – 1945**, Tese de Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

_____. **Campina Grande: Cartografias de uma Reforma Urbana no Nordeste no Brasil**. In: Revista Brasileira de História. Vol. 23. N 46, São Paulo, 2003. <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n46/a04v2346.pdf>.

SOUZA, Josefa Lúcia Jordão. **Agradando a Deus e ao Diabo – um Estudo Sobre a Gestão Severino Cabral**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFPB, 1988.

TORRES, José Valmi Oliveira. **A Escola Politécnica e a Construção Identitária de Campina Grande como Polo Tecnológico (1952-1973)**. Dissertação de Mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2010.

VASCONCELOS, Amaury. Massa e Sensibilidade Política no Clientelismo de “Seu” Cabral. In: **Poder e Política na Paraíba: Uma Análise das Lideranças (1960-1990)**. SILVA, Pontes da; OCTÁVIO, José; SANTOS, Walter (orgs.). João Pessoa: API (A União), 1993.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O Populismo na política brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

JORNAIS

Diário da Borborema (1957-1963)

A Evolução (1958 – 1959)

Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande (1959 - 1963)

Jornal Tribuna de Campina (1963)

Jornal Revolução Democrática (1960)

LITERATURA DE CORDEL

“Severino Cabral: Pé-de-chumbo, Coração de Ouro, Pavio Curto”. Autor: Manoel Monteiro da Silva. Projeto “Campinense, Sim Senhor”. Campina Grande-PB, 2006. Disponível no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

“A Candidatura de Severino Cabral”. Autor: Manoel Camilo dos Santos. Campina Grande, 1959. Disponível na Biblioteca Átila Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

“Joffily: a Espera do Camponês”. Autor: José Alves Sobrinho. Campina Grande, 1962. Disponível na obra Nacionalismo e Coronelismo, de Josué Sylvestre (1988, p. 373)